



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOÃO VITOR FERREIRA MEDEIROS

**O BRASIL NAS COPS: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS
TEMÁTICAS EXPOSTAS PELA DIPLOMACIA BRASILEIRA ENTRE
AS 21ª E 29ª EDIÇÕES DA COP**

João Pessoa

2025

JOÃO VITOR FERREIRA MEDEIROS

**O BRASIL NAS COPS: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS
TEMÁTICAS EXPOSTAS PELA DIPLOMACIA BRASILEIRA ENTRE
AS 21^a E 29^a EDIÇÕES DA COP**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.**

**Orientador(a): Prof. Tulio Sergio Henriques
Ferreira.**

João Pessoa

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M488b Medeiros, Joao Vitor Ferreira.

O Brasil nas COPs: uma análise de conteúdo das
temáticas expostas pela diplomacia brasileira entre as
21ª e 29ª edições da COP / Joao Vitor Ferreira
Medeiros. - João Pessoa, 2025.
102 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Diplomacia climática. 2. Conferência das Partes
(COP). 3. Mudanças climáticas. 4. Acordo de Paris. I.
Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)


JOÃO VITOR FERREIRA MEDEIROS

**O BRASIL NAS COPS:
UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS TEMÁTICAS EXPOSTAS PELA
DIPLOMACIA BRASILEIRA ENTRE AS 21ª E 29ª EDIÇÕES DA COP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado em: 02/10/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **TULIO SERGIO HENRIQUES FERREIRA**
Data: 09/10/2025 15:35:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Escrever e conseguir terminar este trabalho não foi uma jornada fácil. Foi um caminho árduo e tortuoso, que passou pelo autoconhecimento, superação de desafios, uma cirurgia, e o processo mais difícil até hoje da minha vida que foi vencer a procrastinação e me habituar a uma rotina de estudos e exercícios físicos, para manter corpo e mente sãos. Foi uma trilha longa, iniciada ainda em 2024, que veio terminar apenas no final de 2025, um pouco por falha minha, mas também o destino queria que eu chegasse aqui e agora, neste ponto e nesta época. Chegar até aqui não esteve apenas nos meus méritos, pois, como Sir Isaac Newton disse em uma carta endereçada a um rival: *“Se eu vi mais longe, foi por estar sobre o ombro de gigantes”*.

E é dessa forma que inicio meus agradecimentos, pela base de tudo aquilo que me fez chegar até aqui. Primeiramente, agradeço a Deus por estar aqui hoje, com vida, desafiando a lógica em muitos momentos, e sei que eu estar aqui hoje, como estou, é um milagre, e por isso atribuo todas minhas conquistas a Ele.

Agradeço agora minha Mãe, que sem ela eu não teria a vida, e sempre esteve comigo desde o início de tudo, me ensinou a andar, falar, comer, e principalmente a nunca desistir. Uma mulher resiliente, exemplo de santidade e retidão, que assim como a mãe de Santo Agostinho de Hipona rezou pela vida do seu filho, ela também rezou pela minha e conseguiu ver hoje uma pessoa melhor que há um tempo. Passar pelo que você passou durante toda a vida me fizeram, mesmo que inconscientemente, repetir seus passos e dia após o outro, um passo de cada vez, seguir meu caminho e continuar andando para frente, sem nunca parar. Você é meu grande exemplo, Mãe, de tudo. De paciência, de história, de serenidade. Você é minha confidente nas horas mais difíceis, e onde eu encosto minha cabeça quando quero só chorar e desistir de tudo, como foi com esse TCC, e você sempre me acalmou, mandou tomar vergonha e seguir em frente, de forma inconsciente, sem levar orgulho para si, você me fez fazer o que você sempre fez. Obrigado por me dar coragem para enfrentar os desafios, por mais difíceis que tenham sido, eu sei que não passei por nenhum desafio maior nessa vida do que todos que a Sra passou, e mesmo assim continuou e segue aqui. Obrigado por tudo, Mãe, por ser quem você é, e por me trazer até aqui.

Agradeço também a meu Pai, que esteve ao meu lado me ensinando sempre não só a saber me levantar, mas também a como cair. Um homem que sempre esteve comigo para os maiores desafios, me ensinando a não ter medo do escuro, a ter coragem de enfrentar o dia a dia, e saber que nem sempre vamos ter vitórias, mas o importante é continuar tentando, e sempre melhorar. Obrigado Pai por ter me levado desde pequeno para os esportes, natação e judô, que quando pequeno desisti rapidamente, por preguiça ou falta de interesse, mas hoje sei da

importância que isso teve na minha formação, e tem até hoje na minha vida. A minha paixão pelo basquete e por outros esportes que moldaram quem eu sou tudo vem pelo Sr, que me incentivou e me levou até os campeonatos, torceu por mim e me mandava entrar com a “faca nos dentes” jogo após jogo, luta após luta, mesmo eu não querendo machucar o coleguinha rival. Obrigado por me ensinar a vencer meus medos e por ter sido meu amigo durante esse tempo, ajudando a enfrentar as situações de pânico com calma e serenidade. O Sr sabe a importância que isso teve na minha formação como homem, e que tem até hoje.

Quero agradecer agora a minha irmã, Luciane, que em muitos momentos também me tratou como se fosse filho dela. Lu, eu nunca vou esquecer seu choro de “volte vivo” quando eu fui pra Portugal, eu sei da sua preocupação comigo e sei do medo que você estava nesse momento. Obrigado pelas suas preocupações comigo, por cuidar de mim mesmo quando eu não queria ser cuidado, por me incentivar a ser uma pessoa melhor, mais saudável, mais focado. Obrigado por toda parte da vida que você cuidou de mim, e por sempre poder contar contigo para conselhos, mesmo depois de velho, e por me dar também um dos maiores presentes nessa vida que foi Leo, eu amo demais esse moleque. Agradeço também a meu irmão que não está mais aqui, mas essa mensagem vai para ele, que tanto me amou nessa vida: Te amo Cris, e obrigado por ter me amado tanto e ter sido muitas vezes na minha vida um exemplo de como ser uma pessoa melhor. Não convivemos tanto quanto eu gostaria, nem tanto quanto eu me lembro, mas você sempre esteve presente em mim, e sei que onde está rezar não só por mim, mas por todos nós, e comemora todas nossas vitórias.

Agora é momento de agradecer aos meus avós, e primeiramente, minha avó materna, Vó Penha, que sempre com muita serenidade me deu ensinamentos enquanto podia. Sempre foi muito sábia, e talvez toda essa resiliência da minha mãe venha dela, que foi uma mulher corajosa e forte, Te Amo Vó. Agradeço também a minha Vó Paterna, que desde sempre me criou como mãe. Obrigado por todas as noites que chorei para dormir aí, que tanto fiquei na sua casa durante minha infância, foi meu abrigo, meus finais de semana. Obrigado Vó Cléa, Te amo muito. Também ao meu Avô, Salomé, que queria tanto ter convivido mais, que tanto cuidou de mim e me ensinou mesmo pequeno a ser uma boa pessoa. Um coração gigante e um cuidado com todos, Te Amo Vô.

A Maria Eduarda, minha namorada, não poderia deixar nunca de agradecer você que fez tanta parte da minha vida, de muitos anos e para a vida toda. Há 5 anos você efetua um papel essencial na minha vida, e ainda mais a cada dia quando novamente nos escolhemos. Você é a razão de eu querer ser uma pessoa melhor, a razão de eu buscar um sucesso profissional, e a razão de eu querer constituir uma família. Sem você eu com certeza não estaria

aqui, terminando essa jornada, e que seja só a primeira de muitas conquistas nossas. Toda conquista minha também é sua, obrigado por nunca soltar minha mão e nunca me deixar desistir, mesmo quando eu queria, Te Amo Muito.

Agradeço também a todos amigos que fizeram parte dessa jornada, Raphael Maciel, Johnny Lol (João Ricardo), Vitória Sodré, José Elias, Rodrigo Oliveira, Ícaro Henrique, Lara Andrade, Gabriel Rodrigues, Marcos Lacet, Caio Remígio, Eduardo Henrique, José Luiz, Yohan Asevedo, Bobby (Luiz Antônio), e todos os outros que posso acabar esquecendo de pôr o nome aqui mas foram importantes em minha vida e marcaram a minha história, obrigado por me acompanharem durante todo esse caminho.

Gostaria também de agradecer a Silvana Maciel, que foi uma segunda mãe para mim e cuidou de mim como cuidou do seu próprio filho. Seu carinho e cuidado comigo nunca serão esquecidos, Obrigado Tia Sil!

Não poderia deixar de agradecer o Departamento de Relações Internacionais e todos os professores, seus ensinamentos, suas aulas, trabalhos e seminários com certeza serviram para meu engrandecimento como pessoa. Meu muito obrigado também ao Professor Túlio, que topou esse tema comigo e me orientou durante esse caminho, obrigado por através das aulas de PEB me fazer reviver o sentimento de motivação para estudar para o CACD. Também agradecer a banca, ao professor Marcos Alan que tanto frequentei as disciplinas e quase me fez ter um pé em Estudos de Paz, nunca vou esquecer da disciplina de Ética e as Relações Internacionais, Estudos Regionais Oriente Médio, e todas as disciplinas que frequentei do Sr que me trouxeram muito conhecimento extraclasse. A professora Elia também meu agradecimento por ter aceitado participar dessa banca, a Sra teve uma parte central em me fazer minimamente gostar de estudar Economia, meu muito obrigado. Ao professor Augusto Teixeira, que me fez primeiramente despertar o interesse por Relações Internacionais, quando em 2018 na indecisão pré-Enem participou de uma banca onde falou do curso, e finalmente sanou minhas dúvidas e marcou minha decisão, muito obrigado por todo conhecimento, por ter quase enveredado para área de segurança e por todas as aulas e disciplinas com muito conhecimento e muita história.

Agradecer também ao projeto da Simulação Paraibana de Ensino Médio (SIPEM) e o Modelo Paraibano das Nações Unidas (PBMUN), assim como todos os membros que passaram por minha vida, por terem novamente despertado a minha paixão por diplomacia.

Não posso passar em branco o agradecimento a Adriano Lucena, pelos anos em que me ensinou a ter dedicação a algo que amava, ensinando que não bastava ser bom em quadra, tinha que ser uma pessoa boa para ser reconhecido. Meu muito obrigado, meu eterno técnico.

Agradeço claro ao Colégio Motiva e principalmente a figura do Diretor Karamuh Lopes Martins de Medeiros, que me deu a oportunidade de mesmo muitas vezes sem condições, estudar na melhor escola da Paraíba, que guiou minha formação e fez parte do que sou hoje, meu muito obrigado por tudo, essa vitória tem sua cara estampada.

Por fim, a todos que me acompanharam, meu muito obrigado!

“A esperança não decepciona” - Romanos 5:5

RESUMO

O presente estudo analisa a frequência e a distribuição das temáticas apresentadas nos discursos oficiais das delegações brasileiras entre a 21^a e 29^a edições da Conferências das Partes (COP), órgão máximo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), identificando possíveis continuidades e mudanças durante o período. Utilizando dos princípios da metodologia da análise de conteúdo de Bardin, proporcionado pelos estudos de Lycarião e Sampaio, foi selecionado como corpus do trabalho os documentos oficiais das delegações brasileiras no segmento de alto nível da COP, onde participam apenas os chefes de Estado. O estudo objetiva também calcular as frequências relativas e absolutas das temáticas, como mapear os principais temas e comparar ao longo do tempo e ao longo dos governos, percebendo as principais mudanças ou permanências. Os resultados evidenciaram a influência que as transições de governo tiveram na ação da diplomacia brasileira, revelando oscilações entre momentos de maior aliança com o multilateralismo e a governança climática — como na assinatura do Acordo de Paris e na retomada do discurso ambientalista no terceiro mandato de Lula — como também fases de retração e omissão, principalmente durante o governo Bolsonaro. A análise permitiu compreender como a diplomacia, ao longo da década analisada, buscou reafirmar o papel do Brasil no cenário internacional e projetar-se como liderança no Regime Internacional para Mudanças Climáticas, projetando e preparando um caminho para a COP 30, a ser realizada em Belém em dezembro de 2025.

Palavras-chave: Diplomacia Climática; Brasil; Acordo de Paris; Conferência das Partes (COP); Mudanças Climáticas.

ABSTRACT

This study analyzes the frequency and distribution of themes presented in the official speeches of the Brazilian delegations between the 21st and 29th editions of the Conferences of the Parties (COP), the supreme body of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). It seeks to identify possible continuities and changes over this period. Based on Bardin's content analysis methodology, as systematized by Lycarião and Sampaio, the study's corpus consists of official documents delivered by Brazilian delegations during the COP high-level segment, which includes only heads of state. The research also aims to calculate the relative and absolute frequencies of themes, map the main topics, and compare them over time and across different administrations, identifying key shifts or continuities. The results highlight the influence of governmental transitions on Brazilian diplomatic action, revealing oscillations between periods of stronger alignment with multilateralism and climate governance — such as during the signing of the Paris Agreement and the environmentalist revival under Lula's third term — and phases of retraction and omission, particularly under the Bolsonaro administration. The analysis provides insight into how Brazilian diplomacy, throughout the analyzed decade, sought to reaffirm the country's role on the international stage and position itself as a leader within the International Climate Change Regime, paving the way toward COP 30, to be held in Belém in December 2025.

Keywords: Climate Diplomacy; Brazil; Paris Agreement; Conference of the Parties (COP); Climate Change.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Emissões Históricas de GEE (1990-2005)	33
Figura 2: Gráfico 1 - Frequência Relativa de Códigos Temáticos presentes na Categoria de Compromissos Climáticos e Políticas Internas	54
Figura 3: Gráfico 2 - Frequência Relativa de Códigos Temáticos presentes na Categoria de Cooperação Internacional e Justiça Climática	60
Figura 4: Gráfico 3 - Frequência Relativa de Códigos Temáticos presentes na Categoria de Estratégias Retóricas e Posicionamento Político	68
Figura 5: Gráfico 4 - Frequência Relativa de Códigos Temáticos presentes na Categoria de Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira	74
Figura 6: Gráfico 5 - Frequência Absoluta dos Códigos Temáticos	78
Figura 7: Gráfico 6 - Frequência dos Códigos Temáticos por Edição da COP (Parte I) ...	79
Figura 8: Gráfico 7 - Frequência dos Códigos Temáticos por Edição da COP (Parte II)	81
Figura 9: Gráfico 8 - Frequência das Categorias por Edição da COP	82
Figura 10: Nuvem de Códigos mais Frequentes entre as COPs 21 a 29.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Temáticas e Decisões Dos Acordos de Cancun na 16ª Conferência das Partes ...	37
Tabela 2: Lista do Corpus do Trabalho	52
Tabela 3: Frequência dos Códigos Temáticos por Edição da COP (Parte I).....	80
Tabela 4: Frequência dos Códigos Temáticos por Edição da COP (Parte II)	81
Tabela 5: Frequência das Categorias por Edição da COP	83
Tabela 6: Tabela de Constância das Categorias entre as COPs 21 e 29.....	87
Tabela 7: Tabela de Constância dos Códigos de maior Frequência entre as COPs 21 e 29	89
Tabela 8: Tabela de Frequência das Categorias por Governo	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: O BRASIL E O REGIME INTERNACIONAL PARA MUDANÇAS CLIMÁTICAS 17	17
1.1 A Conceituação de Regimes Internacionais	17
1.2 A Conferência de Estocolmo e o Caminho para a Rio-92	18
1.3 A Conferência Das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento	23
1.4 O Início Da Conferência Das Partes e o Mandato de Berlim	28
1.5 As Negociações e a Vigência do Protocolo De Kyoto	30
1.6 O Fim do Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris	42
CAPÍTULO 2: A METODOLOGIA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO E A TÉCNICA DE CATEGORIZAÇÃO TEMÁTICA	43
2.1 Metodologia De Análise Conteúdo	43
2.2 Seleção dos Discursos e Critérios de Análise	46
2.3 Técnica de Categorização Temática	49
CAPÍTULO 3: A DIPLOMACIA CLIMÁTICA BRASILEIRA EM NÚMEROS — ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DISCURSOS NAS COPs 21 A 29.....	52
3.1.1 Compromissos Climáticos e Políticas Internas	54
3.1.2 Cooperação Internacional e Justiça Climática.....	60
3.1.3 Estratégias Retóricas e Posicionamento Político.....	68
3.1.4 Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira.....	73
3.2 Lista e Frequência de Códigos Absoluta.....	77
3.3 Lista e Frequência de Códigos e Categorias por Edição	78
3.4 Considerações Finais do Capítulo	83
CAPÍTULO 4: RESULTADOS DA ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DISCURSOS BRASILEIROS NAS COPS (21–29).....	84
4.1 Frequência Global dos Códigos e Categorias nas COPs 21–29	85
4.2 Evolução Temporal das Categorias e Temas.....	89
4.3 Comparação da Frequência de Temas entre Governos	92
4.4 Síntese dos Principais Achados.....	96
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	100

1 INTRODUÇÃO

O debate a nível internacional acerca das mudanças climáticas teve como marco histórico para o seu início a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, também rotulada de Conferência de Estocolmo, no ano de 1972 (Saavedra, 2014). Com o crescimento dos movimentos ambientalistas a partir do fim da década de 60, o meio ambiente se torna um dos fatores de preocupação e debate nas conferências internacionais, e é lançado como plataforma por meio desta incipiente conferência que pôs em pauta a necessidade de combater uma apenas possível, naquele momento, crise climática global (Saavedra, 2014). Apesar disso, o debate se manteve ainda de forma tímida na plataforma da ONU, com a recomendação de uma conferência internacional de grande escopo, que veio a ser a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), popularmente conhecida por Eco-92 ou Rio-92 (Araujo De Abreu *et al*, 2016).

O Brasil nesse período foi líder de um grupo de países que passavam por um intenso processo de desenvolvimento e industrialização, em detrimento da preservação do meio ambiente, e adotou uma posição de negação da importância dos problemas ambientais. (Viola, 2002). Contudo, como afirma Viola, a crise do modelo de desenvolvimento econômico na 80, junto da crise política causada pela redemocratização, resultaram na virada para um discurso mais moderado (*Ibidem*). A política externa brasileira passou então por uma reformulação para inserir o país no debate internacional e viabilizar uma mudança na visibilidade que tinha externamente, passando da política de negação advinda da década de 70 para um tom de responsabilidade ambiental, sendo escolhido como sede da ECO-92 (*Ibidem*).

Durante a conferência então o país se tornou reconhecido internacionalmente por ter sido propositivo e construtivo nos debates, como aponta Vieira (Vieira, 2024). Nesse ínterim foram formalizadas e institucionalizadas três convenções, sendo uma delas o objeto de estudo do presente trabalho que é a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, como sigla oficial em inglês), cujo órgão supremo de deliberação e tomada de decisões é a Conferência das Partes (COP) (*Ibidem*). Além das convenções, houve também a assinatura de declarações, que serviram como intensificadores dos debates acerca do meio ambiente no cenário internacional, funcionando como marcos históricos da questão climática (Moreira, 2009).

A partir de então, o Regime Internacional para Mudanças Climáticas teve institucionalizada a COP como uma convenção anual, que entrou em vigor em 21 de março de 1994, com 166 assinaturas dos 179 países participantes (*Ibidem*). No ano seguinte, 1995, foi realizada a primeira COP, em Berlim, contudo, a literatura afirma que grandes conquistas

apenas foram realizadas a partir da terceira COP, com o Protocolo de Kyoto, em 1997 (Vieira, 2024). O protocolo resultou no primeiro grande compromisso dos países em reduzirem suas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), principalmente seguindo o princípio das Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas (RCPD), consagrado na ECO 92 (*Ibidem*). Dessa forma, o Brasil assume por meio das reuniões da COP uma posição de destaque no debate climático por meio da atuação da sua diplomacia, com atuações protagonistas em diversos momentos, até o ponto da COP 21, onde foi assinado o Acordo de Paris, em que o Brasil foi o pioneiro nos países em desenvolvimento a impor para si o compromisso de redução absoluta das emissões de GEE (*Ibidem*).

Com o crescente descaso com o meio ambiente, iniciados através do primeiro mandato de Trump (2017-2021) e a retirada dos Estados Unidos da América (EUA) do Acordo de Paris, a discussão a nível internacional sofreu um retrocesso. O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) fez com que o país perdesse espaço no posto de liderança climática, praticando uma diplomacia climática omissa no debate internacional quanto aos seus compromissos e metas de preservação (Vieira, 2024). A aproximação do país com os EUA durante esse período levou, junto de diversos outros fatores, a desistência do Brasil em sediar a COP 25, que fora realizada em Madrid, além do presente debate sobre o possível abandono do Acordo realizado na COP 21, seguindo a política dos EUA (Azzi *et al*, 2022).

No entanto, com a eleição de Lula em 2022 houve um retorno da plataforma progressista e do discurso de compromisso com o meio ambiente, com a atuação ainda como presidente eleito na COP 27, no Egito em novembro de 2022 (Vieira, 2024). O país apresentou nesta edição da COP uma questão curiosa, com dois discursos, um da delegação oficial ainda representada pelo Ministro do Meio Ambiente do Governo Bolsonaro, Joaquim Leite, e outro na figura do presidente eleito Lula, com um caráter de mais ambição climática, restabelecendo a candidatura para sediar a COP 30 em 2025 (Vieira, 2024).

Por isso, esse tema revela sua importância para o atual cenário devido a necessidade de analisarmos os temas discutidos e priorizados pelos diferentes governos brasileiros durante o tempo, para visualizarmos o caminho percorrido neste século que guiou até a COP 30, visualizando também o futuro que a diplomacia climática brasileira prepara por meio das temáticas tomadas como relevantes. A COP 30 será um evento de elevado valor simbólico pois será realizada 20 anos após a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto e 10 anos após a adoção do Acordo de Paris, com o foco em desenvolver medidas e mecanismos para implementar aquilo que foi acordado na COP 21 (Lago, 2025). Assim, a temática dos discursos e dos compromissos propostos pelas delegações brasileiras assume um grau de importância

acentuado para o país que ocupa uma posição de centralidade no Regime Internacional Para Mudanças Climáticas. É notável também a complexidade deste tema devido aos desafios recorrentes enfrentados pelo descaso ao debate climático e como o percalço que foi o governo Bolsonaro influencia na tentativa de retorno do Brasil a este patamar de liderança climática, recorrendo a analisar como as temáticas de um governo se transpuseram para o outro, se esse fenômeno de fato ocorreu.

Seguindo por esse contexto, cheguei ao seguinte questionamento: De que maneira se distribuem e evoluem as temáticas centrais da diplomacia climática brasileira nos discursos oficiais entre as COPs 21 e 29, e até que ponto essas temáticas refletem continuidade ou variação conforme os diferentes governos em exercício. Assim, tomei como marco inicial para a análise o histórico Acordo de Paris, que prometeu iniciar um novo capítulo na história do Regime Internacional para Mudanças Climáticas.

A partir desta temática, busquei como objetivo principal do presente trabalho analisar a frequência e distribuição das temáticas dos discursos das delegações brasileiras entre as edições entre as COPs 21 e 29, identificando continuidades e mudanças na diplomacia climática brasileira durante o período. Ademais, tomei também três objetivos específicos que consistem em calcular a frequência relativa e absoluta dos temas expostos pela diplomacia brasileira, assim como mapear os principais temas abordados nos discursos ao longo do tempo, e por fim comparar longitudinalmente a presença dos temas, identificando mudanças e continuidades no decorrer da década de análise.

Nesse sentido, empreguei primeiramente uma revisão de literatura para definir o tema a ser tratado, buscando apurar conceitos e mecanismos utilizados pela diplomacia climática brasileira, como também revisar o histórico da evolução do Regime Internacional para Mudanças Climáticas, além da atuação da política externa brasileira no mesmo, identificando as temáticas centrais, propostas e grandes feitos durante esse período. Por meio disso, foi feita uma busca de repositório contendo documentos oficiais dos discursos de abertura do país nas Conferências, onde encontrei uma dificuldade no acesso aos discursos de abertura proferidos pelas delegações brasileiras ao longo dos anos de realização da COP, contudo, na busca encontrei e utilizei da base de dados do repositório Brasil na COP (Llano; Facciolla; Fleury, 2022), que contém sumário dos discursos de abertura da COP 10 para frente, apresentando porém uma ausência nos discursos das COPs 12, 14, e as do triênio mais recente, 27, 28 e 29. Por isso, delimitei o recorte temporal citado anteriormente, mas só explicado seus motivos agora, utilizando dos documentos da COP 21 (2015) até a COP 29 (2024), na tentativa de manter uma continuidade, seguindo ano por ano, cobrindo então as 9 últimas edições em uma

sequência, utilizando a base de dados principal do repositório Brasil na COP (Llano; Facciolla; Fleury, 2022), para as edições da COP 21 a 26, e das edições 27 à 29 utilizando a própria base de dados pública do governo federal (Brasil, 2022; Brasil, 2023a; Brasil, 2024).

Após a realização da revisão de literatura formulei duas hipóteses que podem ajudar a responder a pergunta de pesquisa. Como primeira hipótese, de caráter positivo, busco investigar no trabalho se as temáticas mais recorrentes entre as COPs 21 e 29, que se concentram nos temas centrais da diplomacia brasileira e nos compromissos climáticos por eles firmados, mantêm-se constante independente de governo. Na revisão de literatura percebi que independente de governo, certas temáticas como as medidas de mitigação, desenvolvimento sustentável, redução do desmatamento e uso da floresta amazônica eram temas centrais na construção do discurso brasileiro, e por isso pareciam ser estruturantes para a formulação da diplomacia climática do país. Assim, a primeira hipótese busca entender se essas temáticas se mantêm constantes, perpassando às transições de governos. Além disso, formulei também uma segunda hipótese, onde viso estudar e compreender se os temas relacionados a cooperação internacional e multilateralismo são, por sua vez, mais voláteis e tendem a sofrer mudanças conforme as transições entre governos.

Após a finalização do recorte temporal, tendo sido formuladas as hipóteses centrais do trabalho, foram recolhidos os documentos dos discursos a serem utilizados e passados para uma análise de conteúdo por meio do Software Atlas.TI, onde realizei a categorização temática e iniciei a codificação dos trechos e frases. Neste momento foram criadas categorias de análise, e códigos internos a essas categorias que exprimiam um sentido nos discursos, e assim foram tratados os dados e analisados por meio de tabelas e gráficos, expostos nos terceiro e quarto capítulos do presente trabalho.

O trabalho consiste em quatro capítulos principais, em que no primeiro realizo uma breve explicação do histórico do Regime Internacional para Mudanças Climáticas, passando pelas suas origens, temas mais importantes ao longo dos anos, e edições que serviram como marco histórico, guiando até o Acordo de Paris, onde inicia-se o objeto de análise do presente estudo. O segundo capítulo por sua vez se dedica a explicar a metodologia de análise de conteúdo, passando pela justificativa do recorte temporal de forma mais específica, além de tratar de explicar como será feita a codificação e categorização, preparando o terreno para o centro empírico do trabalho, que é o terceiro capítulo. Este capítulo se trata da análise quantitativa dos dados recolhidos por meio da codificação, que serão tratados e analisados por meio de tabelas afim de obter resultados, que serão expostos e interpretados no quarto e último capítulo, seguido apenas das considerações finais. Dessa maneira, iniciemos o presente trabalho

com o histórico recente do Regime Internacional para Mudanças Climáticas e suas implicações para o Brasil.

CAPÍTULO 1: O BRASIL E O REGIME INTERNACIONAL PARA MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O presente capítulo tem como objetivo abordar todo o contexto histórico do Regime Internacional para Mudanças Climáticas. Assim, buscarei, inicialmente, discorrer acerca da conceituação de Regimes Internacionais, em seguida expor toda criação e institucionalização do regime, transitando entre a política externa e fatos marcantes da política interna do Brasil que repercutiram na delimitação da ação no exterior. Para isso, retrocederei ao ano de 1972, contextualizando o início do regime, seguido da análise da posição brasileira na reunião, guiando até a mudança discursiva que o país enfrentou com a redemocratização, possibilitando a realização da Rio-92. Ademais, avançarei pelos marcos mais importantes que instituíram a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Conferência das Partes. Discorrerei posteriormente acerca das edições que foram marcos históricos das COPs, abordando aquilo que foi destacado como mais significativo pela literatura, seguindo o caminho do Protocolo de Kyoto até o Acordo de Paris, que finaliza a exposição histórica e passa a análise dos dados. Portanto, seguimos com o início do capítulo.

1. 1 A Conceituação de Regimes Internacionais

A definição de Regimes para as teorias das relações internacionais é alvo de debate desde a década de 70, com os embates clássicos entre realistas e liberais. Com o avançar da discussão acadêmica várias conceituações surgiram no berço de diferentes teorias, advindas tanto das ciências sociais quanto políticas, e três perspectivas mais versaram sobre a conceituação de regimes, estas foram a institucionalista liberal, a neorrealista e a construtivista.

Para prosseguimento deste trabalho, utilizarei a definição dada por Krasner (2012), que argumenta da seguinte forma:

Os regimes podem ser definidos como princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores (Krasner, 2012, p. 94).

Nesse contexto, a visão de Krasner mais se encaixa com a definição que os regimes são mais do que apenas regras, acordos, organizações, ou instituições, mas sim um agrupamento de

todos esses elementos com um objetivo comum e expectativas mútuas dos Estados, podendo ser formados em todos os campos das relações internacionais. Regimes são mais do que apenas acordos, eles sustentam o agrupamento de normas com maior estabilidade e durabilidade, tendo em vista que os acordos, como sustenta Keohane, são arranjos temporários *ad hoc*, com um propósito definido (Krasner, 2012, p. 94). A função dos Regimes portanto é facilitar a negociação de acordos e tratados por meio da redução dos custos de operacionalização, normatizando procedimentos e regras que possibilitem uma maior aproximação entre os Estados, além de criar princípios e normas que vão se estabelecer por um longo período, e não estarão sujeitos aos interesses de curto prazo dos Estados, que são voláteis e capazes de mudança mais rápida (Krasner, 2012, p. 94).

Dessa forma, o presente regime a ser analisado seguiu fases de implementação que ocorreram durante décadas do século XX, sofrendo mudanças e discussões até hoje. A formação do Regime portanto tem início com a Conferência de Estocolmo, que instituiu os princípios, posteriormente formalizados por regras e acordos na Rio-92, e por fim, com seu nível máximo representado por uma instituição robusta formalizada na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que organizou dentro da sua capacidade todas as normas, convicções e institucionalizou organizações e conferências periódicas dentro do seu próprio tratado. A partir disso, passarei a discorrer acerca da forma como esse instrumento foi organizado desde o início.

1.2 A Conferência de Estocolmo e o Caminho para a Rio-92

O Regime Internacional para Mudanças Climáticas, iniciado em 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, popularmente batizada de Conferência de Estocolmo, foi primeiro grande marco dos debates no nível das Organização das Nações Unidas (Saavedra, 2014). Advindo do fortalecimento dos movimentos ambientalistas das décadas passadas, dando prosseguimento as discussões de outras reuniões de caráter menor, a Conferência de Estocolmo foi o verdadeiro início que elevou os debates ao nível institucional dos países. Durante a reunião, pôs-se em pauta a necessidade de combater uma, naquele momento, apenas possível crise climática global (Saavedra, 2014), diferente do sentido do debate que ocorre nas duas primeiras décadas do século XXI onde a crise climática já é eminente e urgente (Alexim; Coronel, 2022).

No contexto interno, o Brasil vivia um período de ditadura militar, porém, pensar a política externa desse período como uma unidade se provou um erro de análise, como bem pontuado pelos autores Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (Cervo; Bueno, 2010). Neste

momento, houveram divergências principalmente até a adoção do pragmatismo na política externa, em 1967, quando foram adotados novos rumos após o governo de Castello Branco e a ação da política externa brasileira foi suplantada ao projeto de desenvolvimento nacional, como apontam os autores, seguindo o paradigma até então vigente do Estado Desenvolvimentista. Apesar disso, os governos militares não romperam com diversos princípios arraigados na diplomacia do país, como afirma o trecho:

O paradigma do *Estado desenvolvimentista* manteve os princípios históricos da diplomacia brasileira, tais como a autodeterminação dos povos, a não-intervenção em assuntos internos, a solução pacífica das controvérsias, a rejeição da conquista pela força, o respeito aos tratados, e agregou-lhes um moderno conceito de interdependência, a ser implementada pela cooperação internacional (Cervo; Bueno, 2010, p. 398).

Assim, a diplomacia brasileira buscou se manter ativa e atuante em organizações e foros internacionais das mais diversas maneiras, mantendo o caráter do universalismo da diplomacia do país. Para então entender a participação do país na Conferência de Estocolmo, vale-se entender os princípios e objetivos da ação da política externa neste momento:

[...] a) atingir as metas nacionais do desenvolvimento e da segurança; b) obter informações para atuar nos foros multilaterais regionais e nas relações bilaterais; c) influir sobre a reforma da ordem mundial. (Cervo; Bueno, 2010, p. 400).

Portanto, ao participar da conferência em 1972, o Brasil buscou liderar os países periféricos ditos naquele momento como terceiro-mundo (Viola, 2002). Em comum com o Brasil, estes países passavam por um processo de desenvolvimento elevado que não priorizava a preservação do meio ambiente, assim, a diplomacia brasileira adotou como posição oficial a necessidade do direito desenvolvimento interno destes países, alegando que a crise climática global era responsabilidade dos países desenvolvidos que consumiam em larga escala os recursos naturais (Vieira, 2024). Durante a reunião, o país intensificou o debate alegando que a pior forma de poluição era a pobreza, sendo o desenvolvimento econômico uma prioridade antes da proteção ambiental, principalmente para aqueles países que não tinham tido ainda a chance de se desenvolver (Moreira, 2009). Os debates na conferência se polarizaram em dois sentidos, o desenvolvimentista, cujo país apoiava baseado nas questões já citadas, mas em contraponto a visão dos países desenvolvidos do crescimento zero, que buscava limitar o crescimento econômico e desenvolvimento dos países, mesmo aqueles que ainda não haviam se desenvolvido (Moreira, 2009). No momento, esse argumento a favor do crescimento zero tinha base e autoridade advinda de dois relatórios principais, isto é, o *Limites ao Crescimento*,

produzido pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, sigla em inglês) e o *Relatório do Clube de Roma*, relatório final da reunião antecessora a Estocolmo que havia acontecido em 1968 (Duarte, 2003). Ambos os relatórios chegavam a conclusões semelhantes e estipulavam que caso o desenvolvimento desenfreado não fosse reduzido os recursos naturais em pouco tempo se esgotariam, por isso, seria necessário refrear o desenvolvimento, o que prejudicaria os países que ainda não tiveram a chance de efetivar seus projetos nacionais (Duarte, 2003).

A linha discursiva brasileira se construiu em três aspectos principais como afirma Moreira, constituídos pelo conceito da defesa da soberania nacional quanto a exploração recursos naturais, além do argumento já supracitado de que proteção ambiental era posterior ao desenvolvimento do país e a elevação da renda per capita, como também a ideia de que responsabilidade era exclusiva aos países desenvolvidos, que já haviam produzido demasiado ônus ao meio ambiente como um todo quando desenvolveram suas respectivas economias nas décadas anteriores (Viola, 2003 *apud* Moreira, 2009). Por outro lado, a tentativa de restrição dos países desenvolvidos ao desenvolvimento foi apontada como mais uma forma de “congelamento do poder mundial”, reforçando a tese levantada pelo embaixador Araújo Castro, em 1971 (Coelho; Santos, 2014). A defesa brasileira baseou-se nesta tese, de mesmo nome, cunhada pelo ex-embaixador Araújo Castro indicando que as potências congelaram o poder mundial em dois documentos basilares e em duas datas perspectivas: A carta de São Francisco, de 1945, e o Tratado de Não-Proliferação, de 1967 (*ibidem*). Nessa medida, limitar o desenvolvimento dos países periféricos por meio de instrumentos criados nessa conferência seria um terceiro marco temporal para essa tese, corroborando ainda mais as mesmas potências que eram em 1945, se mantiveram em 1967, e se manteriam durante a continuidade do tempo.

A conferência terminou com um sentimento de vitória por parte dos países do terceiro-mundo, com a declaração final condenando a colonização, as opressões vigentes, reforçando o direito dos Estados da exploração do seu próprio território, em virtude da soberania nacional, assim, a retórica aplicada pelos países do terceiro-mundo e não alinhados, que agiram em bloco, foi posta de forma escrita na declaração final, evidenciando a unidade do grupo (Duarte, 2003). Um dos marcos conceituais da reunião foi a formalização do conceito de Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas, que consistia em expandir a responsabilidade ambiental para todos os países do sistema internacional, apresentando graus diferentes de participação na degradação ambiental (Moreira, 2009). Parte do argumento deste conceito, estabelecido em Estocolmo e utilizado até hoje nas conferências do clima, foi cunhado pela diplomacia brasileira e a coalizão dos países em desenvolvimento, que apresentaram o argumento que os países

desenvolvidos tinham um dever maior devido ao tempo de industrialização, visto que muitos deles iniciaram seu desenvolvimento ainda no século XVIII (*ibidem*).

No sentido prático, a Conferência produziu como conclusão das discussões o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que surgiu com a função de monitor o meio ambiente através do fornecimento de dados e relatórios a respeito dele, além de formular políticas baseadas em evidências científicas e coordenar respostas a desafios ambientais (*ibidem*). Além disso, é importante ressaltar que grande parte do movimento ambientalista e das Organizações Não-Governamentais (ONGs) cujo objetivo era o combate a degradação do meio ambiente nasceram a partir dos efeitos de Estocolmo, sendo um dos resultados práticos da conferência, que deu voz e força a sociedade civil atuante na questão climática (Duarte, 2003). Por conta da discordância nas temáticas, o Brasil terminou a conferência como um vilão climático e uma péssima carga de imagem no cenário internacional, que, apesar de deter a maior reserva ambiental e de biodiversidade do mundo, defendia a exploração com base no direito à soberania (*ibidem*).

Na década de 80 o modelo desenvolvimentista que o país havia emplacado desde a década de 60 entrou em crise, e o Brasil, não diferente dos outros países em desenvolvimento, passou a sofrer os revezes do sistema internacional, não conseguindo agir por meio da diplomacia e recuando na autoconfiança, elevando a utilização da retórica terceiro-mundista (Cervo; Bueno, 2010). A crise e as contradições desse modelo vão implicar num momento em que a diplomacia brasileira em diversas vezes denunciou e protestou contra o sistema internacional, sugerindo mudanças no seu funcionamento em defesa do terceiro-mundo (*ibidem*). Contudo, após a década de 70 e 80 serem pautadas no discurso que o Brasil era um vilão da questão ambiental, o governo democrático recém estabelecido decidiu mudar a retórica utilizada, abandonando o discurso aliado aos interesses nacionalistas e de direito à exploração dos recursos naturais, e se abrindo a cooperação internacional, em prol da visibilidade por meio das conferências internacionais e acordos climáticos que beneficiassem e financiassem o país. Como afirma então Lilian Duarte, no seu importante trabalho sobre Política Externa e Meio Ambiente:

Concomitantemente, o discurso da política externa brasileira também mudava. A retórica tradicional, nacionalista, com ênfase na soberania absoluta sobre os recursos naturais, foi cedendo lugar aos apelos à cooperação, ao diálogo, à formação de parcerias para equacionar as diferentes perspectivas dos atores envolvidos em negociações ambientais (Duarte, 2003, p. 10).

Esse momento que durou do governo Sarney, passando pelo governo Collor, e finalizando com o governo Itamar, os três primeiros governos da redemocratização, foram marcados pelo momento de consolidação da democracia no país e um período de difícil formulação de uma política externa concisa, como aponta Ricupero, foram anos similares ao período de consolidação da República, que adquiriu uma estabilidade apenas em 1902 com a Década do Barão (Ricupero, 2017, p. 555). Embora a Amazônia ainda não tivesse políticas significativas de proteção no início do primeiro governo, houve uma considerável mudança no discurso brasileiro, que realizou um contraposto a posição da diplomacia do período ditatorial em dois pontos focais primeiramente: meio ambiente e direitos humanos (Ricupero, 2017). Era necessário nesse momento, para atrair os bons olhares e uma boa repercussão do país no sistema internacional, romper com o caráter de vilão que o país havia recebido da mídia externa nas décadas anteriores, devido a fragilidade e dificuldades enfrentadas na transição. Com isso, cedendo às pressões internacionais após o assassinato do ambientalista Chico Mendes, em 1988, o país se candidata a receber a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com sede no Rio de Janeiro, que atraiu o nome de Rio-92, ou também batizada de Eco-92 (*ibidem*). Viola afirma que foi parte da inserção internacional ligada ao governo recém-eleito de Fernando Collor de Mello sediar a Eco-92, vendo nessa oportunidade uma estratégia para o Brasil agir de forma a aceitar a política plenamente a responsabilidade ambiental, em negação a política advinda da década de 70, que pretendia a priorização do desenvolvimento (Viola, 2002).

A política externa de Collor, apresentou um caráter neoliberal de abertura de mercado, e buscou abrir o país ao mundo, rompendo com o ideal desenvolvimentista e construindo a fundação do sistema econômico neoliberal baseado no dinamismo e na competitividade que a privatização das empresas públicas traria ao mercado interno e externo. Entretanto, Ricupero aponta que a política de Collor apresentou mais características de continuidade do que ruptura de fato, diferente da economia onde houve de fato uma ruptura (Ricupero, 2017). Além disso, a realização da Eco-92 foi marcada por um período de severa instabilidade no país visto que enquanto se realizava a conferência, iniciada no dia 3 de junho, também acontecia paralelamente uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) contra o presidente Collor, investigando questões acerca de corrupção e tráfico de influência.

Ainda com todo o processo de CPMI a conferência iniciou na data prevista, recebendo 183 países e destes com a presença de 103 chefes de Estado ou Governo. Até aquele momento o incipiente Regime Internacional para Mudanças Climáticas, iniciado com a Conferência de Estocolmo em 1972, não havia ainda testemunhado um foro internacional dessa magnitude.

Para isso, dedicarei a próxima sessão do texto para discorrer acerca dos fatos ocorridos durante os dias, o caminho e ação da diplomacia brasileira e os resultados da conferência para o Brasil e o sistema internacional como um todo, inaugurando e institucionalizando de fato o regime internacional do meio ambiente.

1.3 A Conferência Das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento

Anos antes do início das reuniões que ocorreram em 1992, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, guiada pela norueguesa Gro Harlem Brundtland, produziu um relatório final que ficou conhecido como o *Relatório Brundtland*, ou também *Relatório Nosso Futuro Comum*. Por meio desse documento foram cunhados e consolidados a nível de debate internacional diversas terminologias que foram posteriormente popularizadas no debate sobre o meio ambiente, à exemplo do conceito de “desenvolvimento sustentável” (Duarte, 2003). Sob essa ótica, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu em 1988, um ano após a divulgação do relatório, que era necessário uma reunião cuja temática fosse meio ambiente e desenvolvimento, por meio da resolução 43/196 (ONU, 1988). Após um ano, em 1989, a Assembleia adota a resolução 44/228 de 22 de dezembro de 1989, que define a realização da conferência no ano de 1992, aceitando a oferta do Brasil de sediar a reunião, e definindo os diversos objetivos da reunião, dentre eles desenvolver estratégias e elaborar medidas que combatam a degradação do meio ambiente e sejam capazes de parar ou reverter os efeitos causados até então (ONU, 1989). Nesse contexto, foi convocada e estipulada a reunião para 1989, respeitando os princípios da ONU e reiterando a preocupação internacional naquele momento com o meio ambiente.

Quando a conferência se realizou, o sistema internacional enfrentava uma onda de mudanças e alterações na condução do próprio sistema. Com o fim da guerra fria e a dissolução da URSS em dezembro de 1991, a polaridade do mundo se alterou e a clivagem Leste-Oeste havia sido então superada (Alves, 2018). Uma onda de redemocratizações se instalou com o nascimento de 15 novas repúblicas advindas da queda da União Soviética, além de diversos outros países do Leste Europeu que viviam sob a cortina de ferro que anos antes passaram por processos de redemocratização, junto também dos conflitos nacionalistas na Iugoslávia que ameaçavam também o nascimento de novos países. Nesse contexto, com a crescente adesão de novos membros na ONU e multiplicação dos países no sistema internacional, assumiu no lugar do conflito ideológico entre Leste e Oeste os antigos conflitos entre Norte e Sul, que até então estavam suplantados pela tensão da guerra fria e o sistema bipolar (*ibidem*). A visão dos países desenvolvidos a partir de então se voltou para os países em desenvolvimento do Sul como o

malogro do sistema internacional, alegando a responsabilidade deles nas questões internacionais devido aos altos índices de gases do efeito estufa, diversas formas de poluição, superpopulação, corrupção política que dificultava a implementação de políticas públicas efetivas, entre outros problemas apresentados pelo Norte que agora buscavam responsabilizar e resolver as questões destes países (*ibidem*).

Não obstante a efervescência política externa, internamente o Brasil também transitava por um período complicado, que passava por um escândalo político de denúncias vindas de Pedro Collor de Mello, irmão do presidente à época, que resultou no inquérito pela comissão parlamentar e posteriormente na abertura do processo de impeachment que levou a queda do seu governo (Câmara dos Deputados, 2012). No íterim de todo processo, no dia 3 de junho, na cidade do Rio de Janeiro, tem início a Conferência Das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento (CNUMAD 92), intitulada de Eco-92 ou também popularmente conhecida como Rio-92. Para o ex-embaixador José Augusto Lindgren-Alves, existe uma razão para a diferença dos nomes citados anteriormente, como ele esquematiza no seguinte trecho da sua obra *A Década das Conferências* (1990-1999):

Tais divergências podiam ser notadas até mesmo nas diferentes siglas com que o evento era promovido: Eco92 para os movimentos ecológicos, Cúpula da Terra para os ambientalistas não radicais e Rio92 para os brasileiros em geral, com apoio dos países em desenvolvimento (Alves, 2018, p. 77).

Dessa forma, as divergências que apareceriam nos debates daquela reunião se faziam presentes desde a nomeação da própria conferência. Assim, somado com toda divergência acerca do nome, da responsabilização novamente do Sul em detrimento do Norte, o Brasil buscou alterar a imagem do Brasil que circulava na mídia externa como um país vilão da causa ambientalista, advinda das queimadas, do assassinato do ambientalista Chico Mendes, e por isso se tornou necessário a mudança para uma melhor relação do país com a opinião pública internacional e a mídia externa (Duarte, 2003). Por isso, nos debates o Brasil adotou uma posição de defesa da cooperação e da sua soberania, respeitando a responsabilidade ambiental antes estabelecida, reforçando a defesa da oportunidade de desenvolvimento dos países que estavam nesse processo por meio do processo de transferência de tecnologias (Lafer, 1993). Para o país a fome e a miséria eram parte do problema e eram uma prova cabal da incapacidade interna de lidar com essas questões e a preservação do meio ambiente por meios próprios, assim, foi negociado um financiamento e uma transferência de tecnologia por parte dos países desenvolvidos (*ibidem*).

No decorrer da reunião elevaram-se no debate as questões dos desequilíbrios e desiguais condições do comércio internacional, a criação de mecanismos para erradicar a pobreza e a garantia do acesso universal a tecnologias, na tentativa de vencer o subdesenvolvimento (*ibidem*). Foram criados diversos grupos de negociação durante a conferência que levaram no dia 13 de junho às propostas finais para os mandatários dos países então presentes nas negociações, dentre as temáticas discutidas nos grupos específicos puderam ser listadas, como aponta o *Relatório da Delegação Brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (1993), as seguintes formações:

O Comitê Principal criou oito grupos de contato para tratar dos seguintes temas: finanças, transferência de tecnologia, proteção da atmosfera, declaração de princípios sobre florestas e combate ao desflorestamento, diversidade biológica e biotecnologia, recursos hídricos, instrumentos jurídicos e instituições (Lafer, 1993).

Como veremos posteriormente, as temáticas foram devidamente contempladas tanto no tratado final da convenção quanto nas declarações emitidas no dia 14 de junho de 1992.

Até aquele momento da história não havia paralelo que poderia ser feito devido ao escopo que apresentou a Rio-92. A presença em uma mesa de negociações de 103 chefes de Estado ou Governo na primeira grande Conferência do pós guerra-fria, em meio a uma década transitória de mudanças no sistema internacional, foi um marco para a história do país, do mundo, e para o Regime Internacional para Mudanças Climáticas, que teve efetivamente seu início institucionalizado por meio dessa conferência (Lafer, 1993).

A reunião se diferenciou de todas as outras em seu escopo devido a mudança do tom dos debates, iniciando como um confronto entre Norte e Sul, mas encerrando as atividades num clima de cooperação entre as partes. No fim, o Regime Internacional para Mudanças Climáticas tinha agora três convenções que versavam sobre a temática da diversidade biológica, da desertificação e a mais abrangente dela que foi a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, como sigla oficial em inglês) (*ibidem*).

A Convenção-Quadro, como define Moreira, é uma forma que os países criaram de institucionalizar o regime por meio de conferências periódicas, com a UNFCCC sendo através do órgão deliberativo de maior grau hierárquico, com capacidade decisória, que seria a Conferência das Partes (COP), cuja reunião seria realizada anualmente (Moreira, 2009). A autora ainda afirma que:

Esta Convenção-Quadro é um tipo de Tratado Internacional que se caracteriza por definir um objetivo bem sedimentado, que tem que ser cumprido, mas não determina

o modo de implementá-lo, ou seja, ela possibilita que ao longo do tempo vários caminhos possam ser tomados para se alcançar o objetivo final (Moreira, 2009, p. 58).

Por meio dessa periodicidade os países conseguem acompanhar a evolução da situação climática do mundo e propor medidas que possam acompanhar o momento que o meio ambiente presencia. A convenção serviu para criar um ordenamento que incentivasse o combate à degradação do meio ambiente e fiscalizasse a implementação das propostas adotadas, além de impulsionar o desenvolvimento sustentável por meio da troca de tecnologias e da cooperação internacional, buscando aumentar as metas de redução do GEE (Moreira, 2009). O tratado em sua forma final, assinado em 1992, se mostrou bastante ambicioso no seu escopo, como reflexo também do tamanho da reunião. Ele apresenta na totalidade 26 artigos, que se dividem nos princípios, respeitando os debates anteriores e estabelecendo direitos e deveres aos Estados, reiterando as obrigações e respeitando o princípio das RCPD, além da formalização acerca do funcionamento da COP, que seria efetivamente adotada e discutida as regras de procedimento na sua primeira conferência, e por fim, transitando a organização dos órgãos subsidiários constituídos que deveriam além de auxiliar a COP e também buscar cumprir seus objetivos próprios dentro da sua própria capacidade (Brasil, 1998). Assim, a convenção apresenta em seu Artigo 2 seus objetivos finais bem estipulados e abrangentes, que permeiam até hoje o funcionamento da mesma, da forma que está presente no texto do tratado:

O objetivo final desta Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos com ela relacionados que adote a Conferência das Partes é o de alcançar, em conformidade com as disposições pertinentes desta Convenção, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado num prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permita ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável. (Brasil, 1998).

O tratado, portanto, é ambicioso ao definir diversos temas, objetivos, princípios e institucionalizar de forma robusta um Regime que iria vigorar a partir de então, contudo, coube a competência das reuniões futuras dentro do estabelecimento da própria COP definir as metas de redução e implementar efetivamente as medidas para combate da degradação do meio ambiente (Moreira, 2009). Dentre as temáticas principais abordadas no seu texto final estão o desenvolvimento sustentável como um direito dos Estados, a cooperação internacional como um dever, além da erradicação das desigualdades econômicas que geram a pobreza nos países em desenvolvimento (Alves, 2018). Em síntese, a Rio-92 apresentou um caráter não apenas ambiental, mas também econômico, social e humano, expandindo a preservação do meio

ambiente à preservação do meio humano e da dignidade da população de forma geral, mas ressaltando os grupos vulneráveis (*ibidem*). O clima de conciliação e cooperação presentes no tratado final ficam bem evidenciados quando o ex-embaixador José Alves, poucos anos após a conferência quando lançou a primeira edição do livro *A Década das Conferências* (2001), afirma:

Além de evitar a reedição do conflito NorteSul que tanto se temia, a Rio92 equacionou corretamente os aspectos técnicos e econômicos das questões ambientais, transformando o tema global do meio ambiente num assunto prioritariamente social, a exigir participação e cooperação de todos, até por motivos de segurança internacional (Alves, 2018, p. 90).

O corpo do texto do tratado serve para definir a formalização dos processos da COP, mas cria uma divisão entre os países signatários da Convenção. A partir da assinatura do mesmo, ficou definido e dividido em dois grupos principais os membros daquele acordo, sendo o primeiro composto pelos países Partes do Anexo I e o segundo grupo composto pelos países Partes Não Anexo I. A diferença consistia que o Anexo I englobava os países que no momento da assinatura eram membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), junto dos países que haviam saído recentemente do bloco socialista e ainda transitavam para uma economia de mercado, enquanto o segundo grupo, consistia nos países em desenvolvimento (Moreira, 2009). Uma das explicações para a criação de dois blocos principais é que, seguindo o princípio das RCPD, os países em desenvolvimento ainda não poderiam ter metas obrigatórias de redução dos GEE, visto que o direito ao desenvolvimento também era um princípio da UNFCCC.

Adicionalmente às convenções assinadas na Conferência, houve também diversas declarações emitidas que permearam o último dia dos trabalhos, à exemplo da Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento também nomeada de Carta da Terra, que busca exaltar os princípios estabelecidos na Convenção, nomeadamente defende busca pela erradicação da pobreza, a defesa do meio ambiente junta do desenvolvimento sustentável, respeita os princípios das RCPD e da preocupação, entre outros (Lafer, 1993). A Declaração serviu como a base dos princípios ali estabelecidos durante todas as negociações, versando em seus 27 princípios sobre todas as temáticas abordadas e acordadas nos dias de reunião. Outro documento emitido no dia final da Conferência foi a Declaração de Princípios para Florestas, que consistiu num apelo a conservação, combate ao desflorestamento, debates sobre o gerenciamento de recursos e a utilização das florestas para o desenvolvimento sustentável, englobando todo tipo de florestas, sejam tropicais, temperadas, austrais, entre outras (*ibidem*).

Por último, a Agenda 21 foi o verdadeiro plano de ação da conferência, em que continha todos os compromissos acordados e assinados pelos Estados que foram parte da Conferência. A Agenda trata das questões sociais, econômicas, da preservação dos recursos naturais e sua gestão para propiciar o desenvolvimento sustentável pleno, especificando em suas seções o plano de ação para proteção dos oceanos, da atmosfera, do uso dos recursos hídricos e da água potável como um todo, descarte de resíduos tóxicos e a preservação da biodiversidade, além do combate à desertificação e ao desmatamento (*ibidem*). Por sua vez, também reforça o apoio aos grupos sociais vulneráveis como mulheres, crianças, jovens, indígenas, e as ONGs, e institui os mecanismos de financiamento para o desenvolvimento sustentável, abordando temas como captação e direcionamento dos recursos, financiamento de países em desenvolvimento, transferência de tecnologia, entre outros temas relacionados (*ibidem*).

Todas essas declarações e documentos emitidos no dia final da Conferência foram intensificadores e catalisadores advindos das discussões ocorridas durante as reuniões que definiram os tratados já supracitados, e na verdade, serviram como uma espécie de declaração ao público, assumindo os compromissos dos países ali presentes com o meio ambiente (Moreira, 2009). A partir da assinatura da UNFCCC, que entrou em vigor em março de 1994, iniciou-se formalmente e institucionalmente o Regime Internacional para Mudanças Climáticas, agora tendo na COP seu instrumento de deliberação e decisão mais importante que iria conduzir os acordos e protocolos adicionais. Assim, iniciou-se o período das COPs, objeto de estudo do presente trabalho que iremos analisar.

1.4 O Início Da Conferência Das Partes e o Mandato de Berlim

A partir do momento que a convenção entra em vigor, no ano de 1994, com a COP institucionalizada como uma reunião periódica dentro da jurisdição da ONU, prosseguiu sendo realizada por meio de reuniões anuais a partir de 1995. O primeiro palco para a realização da Conferência das Partes foi Berlim, onde os debates tomaram um sentido de instrumentalização do acordo estabelecido em 1992. As Partes do acordo buscaram durante a conferência revisar o documento original e buscar alterações substanciais que já incluíssem metas e prazos de redução dos GEE (Silva, 2017). O texto original, de 1992, não impunha metas nem obrigações às partes de forma explícita, apenas que as emissões de GEE até o ano de 2000 não ultrapassassem o limite estabelecido de 1990, contudo, não havendo limitações reais era necessário buscar números com base no princípio da certeza científica que justificassem uma limitação efetiva das reduções para os países do Anexo I (Viola, 2002). Para isso, foi adotado um protocolo adicional à Convenção, chamado de Mandato de Berlim, e designado um grupo

de trabalho que buscava formular um novo protocolo a ser apresentado na terceira COP, que seria em Kyoto, no Japão (Silva, 2017). Dessa forma, o acordo busca ainda de forma vaga estabelecer limites, mas enfrenta resistências de grupos articulados de países, finalizando com a decisão em seu artigo 2 que decide que os países do Anexo I estabeleçam políticas e medidas para efetuar a redução dos gases, além de impor prazos para tal, como o seguinte trecho:

Estabelecer objetivos quantificados de limitação e redução, dentro de prazos determinados, como 2005, 2010 e 2020, para suas emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal (ONU, 1995).

Eduardo Viola vai afirmar que um dos marcos importantes da primeira COP foi o estabelecimento de coalizões de países, que seguiram para reuniões futuras articulados de maneiras similares, acoplando-se e fortalecendo suas posições por defender a mesma lógica (Viola, 2003 *apud* Moreira, 2009). Assim, os países europeus, representado na União Europeia, formavam uma coalizão que era favorável ao Protocolo que limitava as emissões e impunha metas obrigatórias aos países do Anexo I, com maior representatividade a Alemanha, Holanda e os países Escandinavos (*ibidem*). Por outro lado, os países desenvolvidos com alta intensidade de emissões como os EUA, uniram-se aos países desenvolvidos cujas emissões eram tinham média intensidade e aos países que pertenciam ao bloco socialista, que por conta da crise econômica instaurada após a dissolução da URSS perderam grande parte das suas indústrias e já por acaso reduziram seu nível de emissões (*ibidem*). Esse grupo especificamente se pôs contra o protocolo, por motivos similares. Em primeiro lugar, os EUA não pretendiam reduzir as emissões por acreditarem ainda na necessidade da redução dos países em desenvolvimento mas que apresentavam grandes níveis de emissão, como Brasil, China, Índia, entre outros, além de contarem com o posicionamento de países como Japão e Nova Zelândia, que não apoiavam o protocolo devido ao seu nível de média intensidade de emissões e por terem passado por um recente processo de redução dos GEE, e por fim, os países da ex-URSS ou do bloco socialista que não pretendiam reduzir devido a perda das indústrias e da capacidade produtiva com o colapso econômico vivido recentemente (*ibidem*).

O terceiro grupo apresentado por Viola vai se evidenciar como o mais inconstante e diversos, apresentando majoritariamente países do G77, mas que se dividiram entre os países que pertenciam a um grupo que tinha alta porção das emissões globais, como China, Brasil, Índia, que viam na redução dos GEE para os países do Norte global como uma forma de se tornarem competitivos e se desenvolverem (*ibidem*). O Brasil manteve, durante as primeiras

conferências dentro do mandato da COP, a posição a que estava habituada e que havia sido cunhada durante a UNFCCC, isto é, a de não imposição de metas e compromissos de redução aos países em desenvolvimento, mas sim em defesa das mesmas para os países desenvolvidos, respeitando o princípio das RCPD (Silva, 2017).

Ademais, no mesmo grupo estavam também presentes outros países de economias em desenvolvimento, mas de baixa intensidade de emissões, como os tigres asiáticos e países latino-americanos, que apresentavam posicionamento à favor dos compromissos por parte dos países desenvolvidos, enquanto convivia também com a presença discordante de países cuja base principal da economia era a exploração de combustíveis fósseis, representados na Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que se posicionavam contra as medidas (Viola, 2003 *apud* Moreira, 2009). Por fim, o último grupo Aliança de Pequenos Estados-Ilha (AOSIS, sigla em inglês), que são até hoje os países mais vulneráveis às mudanças climáticas e eram terminantemente a favor do protocolo e de uma maior redução dos GEE, em virtude do risco existencial destes países com o possível aumento do nível do mar (*ibidem*).

Dessa maneira, a COP 1 encerrou suas discussões já protagonizando um ensaio para o que viria a ser o Protocolo de Kyoto, mas a sua verdadeira preparação foi durante a COP 2, em Genebra, na Suíça. A COP 2 foi um momento de preparação para a primeira grande mudança no Regime, visto que estabeleceu por meio do acordo final a obrigatoriedade do estabelecimento de metas de redução dos GEE, assim, que seriam firmadas durante a COP 3 (Silva, 2017). Outra grande novidade apresentada durante essa conferência foi a utilização efetiva do mecanismo de financiamento, previsto no artigo 11 do acordo final da UNFCCC (Brasil, 1998). Foi apontada então, durante a reunião, a necessidade de financiamento para os países Partes Não Anexo I, que seria feito por meio do Fundo Global para o Meio Ambiente, para prover aos solicitantes um incentivo monetário para a implementação de uma transição tecnológica que visasse o desenvolvimento sustentável, assim, caberia também a COP 3 direcionar o financiamento (Silva, 2017).

Nesse ínterim entre Genebra e Kyoto, o grupo de trabalho *ad hoc* sobre o Mandato de Berlim, que havia ficado de negociar o Protocolo, buscaram se reunir para negociar as metas que seriam estabelecidas no ano seguinte, assim como a forma que seriam implementadas (Viola, 2002). E assim, foi pavimentado o caminho para a COP 3 e o início da vigência do Protocolo de Kyoto, que foi a primeira grande medida de mitigação dos gases do efeito estufa no Regime Internacional para Mudanças Climáticas.

1.5 As Negociações e a Vigência do Protocolo De Kyoto

Quando terminou os trabalhos do grupo *ad hoc* sobre o Mandato de Berlim, que entre 1996 e 1997 negociaram medidas e a forma de implementação das limitações acordadas, foi apresentado em dezembro de 1997 acordo aos países Partes da Conferência e assim fora aprovado o acordo climático mais ambicioso até então. O Protocolo de Kyoto consistiu no acordo final advindo da terceira Conferência das Partes, mas que desde a formulação do próprio Regime por meio da UNFCCC vinha sendo debatido e negociado. A importância desse acordo como marco histórico do Regime se deve ao fato que este estabeleceu propriamente metas e compromissos estritos aos países, estritamente aqueles partes do Anexo I. Apesar de ter sido aprovado em consenso pelos países, entrou em vigor apenas em 2005 após a assinatura da Rússia, devido ao impedimento imposto pelo Artigo 25 do acordo que estabelecia o compromisso de pelo menos 55 países Partes da Conferência, que juntos somassem 55% das emissões totais de GEE com base nos dados de 1990, de ratificarem e aderirem ao Protocolo (Brasil, 2005). Apenas a partir deste momento o acordo entraria em vigor a nível internacional. Durante a negociação o acordo teve a aprovação de mais de 180 dos países que faziam parte da COP, contudo, países importantes como Estados Unidos e Rússia não ratificaram o acordo, o que manteve por bastante tempo a sua implementação travada (Silva *et al*, 2024). Além disso, parte da retórica americana se baseava que era necessário também compromissos por parte dos países em desenvolvimento que tinham altos índices de emissão, como Índia, China, e o próprio Brasil (Silva *et al*, 2024).

O Protocolo girava em torno da proposta de redução das emissões por partes dos países que eram parte do Anexo I do tratado original da UNFCCC, que consta no seu Artigo 3, que define a meta de redução total de emissões como sendo 5% abaixo do que eram os níveis em 1990, com esse compromisso sendo realizado até os anos de 2008, quando seria fiscalizado a primeira vez, e até 2012, que seria o fim da vigência do acordo (Brasil, 2005). Contudo, por conta do atraso para sua assinatura e entrada em vigor, o Protocolo foi prorrogado até 2020, apesar de seus compromissos já terem sido substituídos pelo Acordo de Paris na COP 21 (Silva *et al*, 2024). O Anexo B do Protocolo indica a meta que cada um dos países tinha de seguir até os anos limítrofes, variando a porcentagem entre 5%, o mínimo de redução, e 8%, o máximo de redução, exceto por alguns países que ainda tinham a capacidade de aumentar suas emissões.

A diplomacia brasileira teve grande contribuição e participação na negociação do Protocolo, ainda mais na criação de um mecanismo que se tornou uma das grandes conquistas do acordo. Inicialmente, a posição brasileira era criar um instrumento punitivo baseado nos princípios da UNFCCC, como o princípio das Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas e respeitando o histórico de emissões, propondo a partir disso que os países

desenvolvidos, por terem maior contribuição histórica, deveriam financiar a criação de um Fundo, batizado de Fundo de Desenvolvimento Limpo (FDL), que serviria como um instrumento para balancear as emissões (Viola, 2002). A medida funcionaria de forma que os países desenvolvidos contribuiriam para esse fundo que seria utilizado e redistribuído para os países em desenvolvimento, na finalidade de arcar com projetos que promovessem o desenvolvimento sustentável. Contudo, a medida foi vista de má forma pelos países do Norte que promoveram alteração nas mesmas, resultando no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), proposto e desenvolvido no Artigo 12 do Protocolo:

2. O objetivo do mecanismo de desenvolvimento limpo deve ser assistir às Partes não incluídas no Anexo I para que atinjam o desenvolvimento sustentável e contribuam para o objetivo final da Convenção, e assistir às Partes incluídas no Anexo I para que cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Artigo 3 (Brasil, 2005).

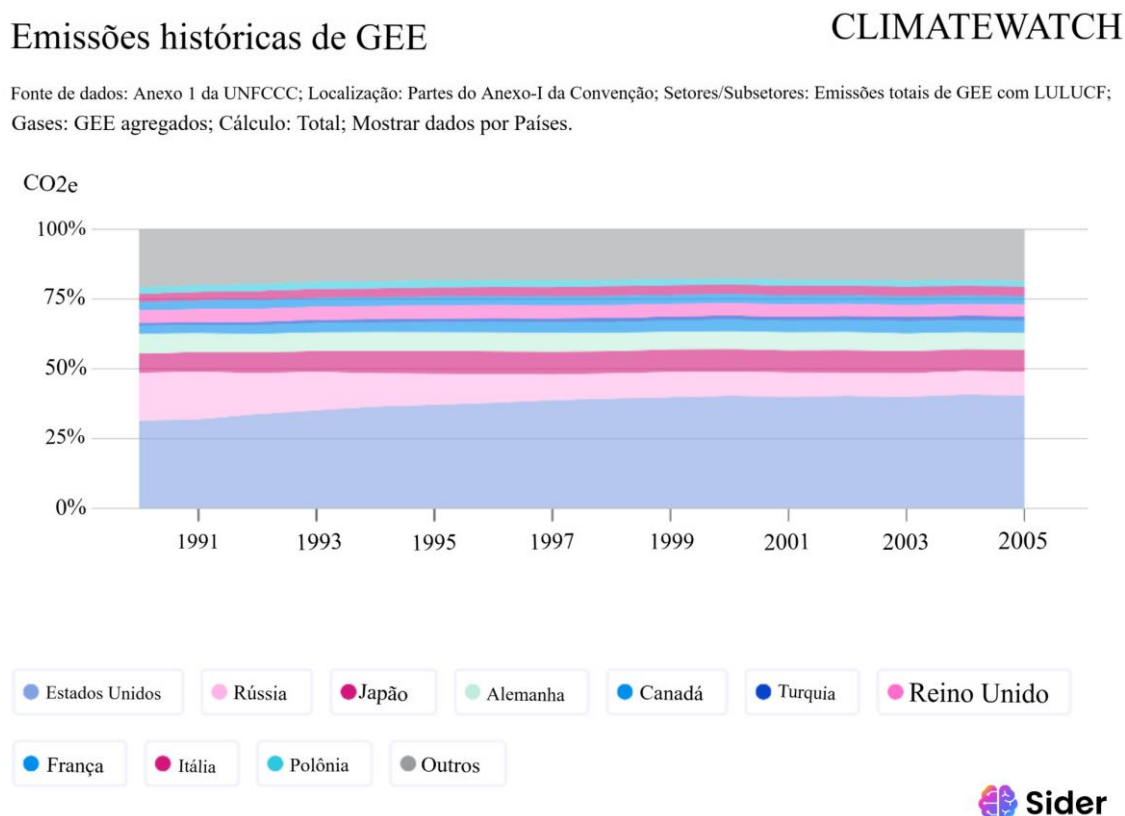
No decorrer do Artigo 12 é definido o funcionamento do mecanismo que flexibilizava a emissão de GEE para os países que apresentavam um compromisso efetivo de redução, que agora poderiam utilizar do MDL para comercializar Reduções Certificadas de Emissões (RCE). Dessa forma, o Protocolo instituiu um mecanismo de mercado de créditos de carbono, como ficou mais conhecido, que permitia os países que não tivessem intenções em reduzir suas emissões financiar projetos de desenvolvimento sustentável para países em desenvolvimento, emitindo os certificados que seriam utilizados para abater da sua contribuição de GEE (Silva, 2017). Por meio do MDL ambos os grupos se beneficiariam, tanto os países Partes do Anexo I como os não partes, por serem permitidas também empresas privadas, que forneceria e implementariam os projetos através de parcerias público-privadas, além de também comercializar os créditos de carbono nas bolsas de valores, como a Bolsa de Clima de Chicago, que se tornou um mecanismo de crescimento para empresas do ramo de engenharia e desenvolvimento (Silva *et al*, 2024).

O Protocolo ainda firmou dois outros instrumentos similares de negociação e flexibilização das emissões, contudo, apenas os países do Anexo I se beneficiaram das medidas. A primeira delas consistia na Implementação Conjunta, que firmava a iniciativa dos países desenvolvidos negociarem entre si a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável, em vista de reduzir as emissões de GEE, já a segunda medida foi batizada de Comércio de Emissões, e consistia na troca do excedente das metas de emissões de GEE, caso

um país estivesse abaixo da meta este poderia trocar o seu excedente para um país que necessitasse de cumprir o compromisso (Moreira, 2009). No entanto, o mecanismo de mais sucesso ainda foi o MDL, que mantém até hoje demasiada importância na bolsa de valores.

Com o fim das negociações o Protocolo passou para a fase de assinatura que durou um ano, de março de 1998 até março de 1999. Contudo, havendo a negativa dos Estados Unidos de ratificar o acordo, o Protocolo manteve ainda sem vigorar até 2005, quando finalmente cumpriu o requisito estabelecido pelo Artigo 25 com a ratificação da Rússia. Tendo em vista os dados de 1990, os EUA representavam sozinhos quase 1/3 das emissões dos países Partes do Anexo I, com a Rússia logo em seguida e em terceiro lugar o Japão (ClimateWatch, 2025).

Figura 1: Emissões Históricas de GEE (1990-2005)



Fonte: ClimateWatch, 2025.¹

Por isso, era necessário a ratificação de mais países, como os membros da União Europeia (UE) de maiores contribuições de GEE, à exemplo do Reino Unido, França, Alemanha e Itália, como também a participação de não membros da UE como a Rússia e Japão, para que

¹ A Figura usa dados do CLIMATEWATCH, tradução feita pela Plataforma Sider. Fonte: **CLIMATEWATCH**. Historical GHG Emissions. ClimateWatch, 2025. Disponível em: https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?end_year=2022&start_year=1990. Acesso em: 03 abr. 2025.

fosse matematicamente possível o acordo entrar em vigor com base nos impedimentos do Artigo 25 (Viola, 2002).

As Conferências seguintes deram prosseguimento a discussão acerca do Protocolo, buscando fixar os prazos para cumprimento das metas, junto com a implementação das questões técnicas do acordo, que consistia também na regulamentação do MDL para funcionamento pleno (Moreira, 2009). Nesse momento, o Brasil tomou a liderança para progredir na implementação do mecanismo, apesar dos entraves que ocorreram nas negociações posteriores principalmente na COP 6 em Haia, nos Países Baixos, que foi suspensa devido ao não andamento das negociações por conta do antagonismo dos EUA, e teve sua conclusão na COP 6 BIS, em Bonn, na Alemanha (Viola, 2004 *apud* Silva, 2017). Até aquele momento, os países não Partes do Anexo I tinham como compromisso apenas fornecer dados sobre suas emissões por meio de inventários nacionais apresentados durante a COP, contudo, iniciaram as discussões por meio de uma proposta Argentina acerca do estabelecimento de metas voluntárias dos países, que no momento foi combatido pelas delegações do terceiro grupo apresentado por Viola (Moreira, 2009). Anos depois a delegação brasileira honrou essa proposta por meio da implementação das metas nacionais de redução de GEE, contudo, será material para discussão posterior.

Com a retirada oficial dos EUA em 2001 do Protocolo, houve um pequeno período de descrença no acordo, visto que sem o maior emissor de gases quando o acordo foi desenhado ele perderia força vinculante a nível internacional. Contudo, as concessões feitas tanto pelos países Partes do Anexo I quanto pelos não Partes foram essenciais para a sobrevivência do Protocolo, que ganhou nova vida com os Acordos de Bonn e uma esperança de ratificação do Japão e da Rússia, que viriam em 2002 e 2004 respectivamente (Silva, 2017). O período até 2004 e a realização da COP 10 foram de discussões acerca do Protocolo, porém, com a assinatura da Rússia, o debate ainda em Buenos Aires evoluiu para o período pós-2012, quando fosse finalizado o tempo de vigência de Kyoto e fosse possível então discutir as metas para os países não Partes do Anexo I. A COP na Argentina foi o marco de 10 anos da ratificação da UNFCCC, e mostrou o envolvimento do Brasil ao cumprir as metas estabelecidas, por meio da divulgação da Primeira Comunicação Nacional do Brasil, que consistia no relatório de emissões de GEE com base nos dados de 1990 (*ibidem*).

O biênio seguinte, marcado pelas COPs 11 (2005) e COP 12 (2006) prosseguiram com o debate do regime pós-2012, estabelecendo 2008 como a data limite para sugestão de novos compromissos, e mantendo as datas limítrofes vigentes no acordo cunhado no Japão (Silva, 2019). Durante esses dois anos, antes das mudanças que vieram a ser apresentadas na COP 13,

houve um tangenciamento do debate principal para a temática do desmatamento promovido por países em desenvolvimento, em que o Brasil se posicionou favorável, porém com ressalva (Silva, 2017). O país saiu fortalecido da reunião por defender a manutenção das florestas nativas no país, mas através de um incentivo financeiro dos países do Anexo I, e o tema foi elevado a pauta para a reunião do ano seguinte.

A negociação acerca do regime Pós-Kyoto começou efetivamente em 2007, na COP 13 em Bali, na Indonésia. Como resultado da conferência obtiveram o plano de ação, ou Mapa do Caminho, como foi adotado. A decisão não refletiu diretamente em números acerca da redução dos GEE, como pretendiam os países da União Europeia, contudo, previa compromissos que pudessem ser mensuráveis, reportáveis e verificáveis, além de objetivos quantificados de limitação e redução de emissões (ONU, 2007). Além do mais, estabeleceu também o Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo (AWG-LCA, sigla em inglês), que visava conduzir todo o processo de preparação para a reunião seguinte, pondo como presidente do grupo um membro dos países Partes do Anexo I e o vice representado pelos países Partes Não Anexo I, buscando maior dinamismo nas negociações (*ibidem*). Dessa forma, o grupo estabelecido tinha como proposta chegar a um consenso e apresentar propostas para a COP 14 acerca de diversas temáticas, entre elas a questão da mitigação das ações climáticas, ações para adaptação dos países, suporte ao desenvolvimento e transferência de tecnologia, e, por fim, provisão de financiamento e suporte financeiro aos países membros, adotando a medida proposta pelo Brasil de incentivos financeiros para preservação de matas nativas em seu primeiro artigo (*ibidem*). Por fim, ainda na reunião foi apresentado, ao entrar em pauta a questão anteriormente posta pelo Brasil acerca da preservação das florestas nativas, uma ideia da criação de um mecanismo de incentivo dos países menos desenvolvidos a manterem suas florestas, que consistiu no plano de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação de Florestas (REDD+, na sigla em inglês), contudo, esse plano ficou apenas no papel e foi implementado apenas em reuniões posteriores (Rocha, 2016).

Em Poznań, na Polônia, o contexto internacional em que se projeta a reunião era de crise marcada pela bolha imobiliária nos EUA, apesar disso, o Brasil iniciou a conferência apresentando duas propostas que acentuaram sua importância na conferência (Vieira, 2024). A nível nacional, apresentou aos países a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), institucionalizada pela Lei Nº 12.187/2009, que consistia em uma adoção de metas voluntárias de redução de GEE em uma escala que variava de 36% a quase 39%, projetadas para 2020, ano em que uma nova PNMC passou a vigorar (Silverwood-Cope *et al*, 2024). Ao adotar metas nacionalmente estipuladas, mesmo não sendo Parte do Anexo I, o Brasil tomou um grande passo

em direção a liderança na governança global acerca da questão climática, se tornando o primeiro país a se autoimpor normativamente limites de reduções de emissões (MMA, 2019 *apud* Silva, 2019). A nível internacional, por sua vez, o Brasil apresentou nessa reunião o Fundo Amazônia, implementado por meio do Decreto Nº 6.527/2008 (Brasil, 2008). O Fundo consistia num mecanismo de captar recursos internacionais para implementar medidas que auxiliassem a gerir florestas e áreas protegidas, direcionando esses recursos para uso sustentável da floresta, além de financiar projetos de monitoramento para conservação e preservação da Amazônia, podendo também direcionar cerca de 20% para outros biomas ameaçados e florestas tropicais pelo mundo (*ibidem*). Apesar disso, a COP 14 foi observada com uma preparação para o ano seguinte, que ocorreria em Copenhague, onde seriam apresentados os resultados do grupo *Ad Hoc*, estipulados para o ano de 2009 (Silva, 2019).

A COP 15 iniciou em um período de crise econômica, advindo ainda da crise de 2008, que pode ter desviado primariamente os olhares do mundo ao alcance das metas climáticas, visto que em momentos de crise fatores ambientais são descartados em prioridade do desenvolvimento, vide exemplos usados anteriormente. Contudo, os trabalhos do grupo *Ad Hoc* somado com as expectativas estabelecidas pelo trabalho da reunião anterior resultaram no Acordo de Copenhague, que marca uma retomada da discussão e um compromisso de um estabelecimento de metas voluntárias por partes dos países, apesar de ainda não apresentarem uma métrica fixa que fosse capaz de comparação entre eles (Motta, 2010). A expectativa dos membros da UE era de um acordo de caráter vinculante e que fixasse as metas com uma métrica comparável, porém obtiveram um acordo com métricas variáveis que não tinham fator de comparação entre si (Motta, 2010). Dentre os frutos positivos do acordo estão a estender o mandato do grupo *Ad Hoc*, nomeadamente o AWG-LCA, por tempo não determinado pelo acordo (ONU, 2009). Adicionalmente, os países Partes do Anexo I acordaram que era necessário implementar individualmente as metas de redução de emissões dos GEE até o ano de 2020, mas não quantificando os números para cada país, apenas de forma voluntária, como já dito anteriormente, por meio da métrica específica adotada por cada país (*ibidem*).

Como uma vitória do grupo composto por Brasil, África do Sul, China e Índia, países não Partes do Anexo I manteriam as metas de forma voluntária, com a obrigação ainda sendo a publicação das comunicações nacionais anuais como relatório, informadas ao Secretariado da COP (*ibidem*). Por fim, os artigos 8 e 10 do Acordo apresentaram ideias ambiciosas, em relação aos resultados dos últimos anos, propondo o Fundo Verde do Clima, que consistia numa entidade financeira para captar verbas dos países desenvolvidos em prol do financiamento de projetos de mitigação dos GEE, destinado prioritariamente aos países em desenvolvimento

(*ibidem*). Inicialmente, foi estipulada uma arrecadação por meio de um compromisso coletivo dos países desenvolvidos no valor de 30 bilhões de dólares, a serem doados entre 2010 e 2012, além de uma extensão para o valor de 100 bilhões de dólares até o ano 2020 (*ibidem*). O acordo final da COP 15 não obteve consenso entre os países ali presentes, por isso, mostrou resultados vulneráveis, além de institucionalmente frágeis (Rodrigues, 2016). Entretanto, demonstrou que mesmo com os entraves nos resultados efetivos, ainda havia a possibilidade de criar mecanismos que a diplomacia brasileira poderia aproveitar para beneficiar o país, galgando posições de liderança na governança climática global (Silva, 2019).

Em virtude do não-consenso, o clima no México iniciou de forma a tentar obter resultados do que havia se preparado em Copenhague, e manteve suas expectativas no mesmo objetivo inicial. Os Acordos de Cancun, serviram como uma base de institucionalização de tudo que havia sido negociado anteriormente, expandindo o acordo e utilizando dele como um caminho para Durban (Rodrigues, 2016). Para isso, a decisão final refletiu como um amálgama das medidas propostas nas últimas conferências, resgatando inicialmente a temática proposta pelo Brasil acerca da preservação das florestas nativas disposto no mecanismo REDD+, que fora inserido na resolução, além de adotar efetivamente a criação do Fundo Verde do Clima, designada como uma entidade financeira subsidiária a Conferência (ONU, 2010). Não obstante, o acordo instituiu uma forma de obter transparência dos países Partes do Anexo I, incluindo normas para Medir, Relatar e Verificar (MRV) as emissões e ações de mitigação de cada país (*ibidem*). Os relatórios bienais de cada país desenvolvido a partir de então deveriam conter suas metas quantificadas de redução de emissões em nível nacional, ainda sem uma métrica própria estabelecida, o nível de emissões já evitadas, projeções futuras de emissões, além de informações acerca da contribuição financeira e tecnológica prevista (*ibidem*).

Para uma melhor visualização dos resultados preparei uma tabela dividindo as temáticas trabalhadas na decisão, com um breve resumo da ideia principal identificada no trecho do acordo que versa sobre a temática, além de corresponder com os parágrafos da decisão final:

Tabela 1: Temáticas e Decisões dos Acordos de Cancun na 16ª Conferência das Partes

Temática	Resumo da Decisão Correspondente	Parágrafos da Decisão 1/CP.16
Visão Global	Define um objetivo comum de longo prazo para conter o aumento da temperatura, respeitando responsabilidades diferenciadas.	§§ 1–10

Ações de Adaptação	Institui um arcabouço internacional para fortalecer respostas adaptativas, incluindo um comitê específico e apoio técnico.	§§ 11–35
Redução de Emissões	Estabelece compromissos de redução para países industrializados e ações voluntárias, mas reconhecidas, para países em desenvolvimento.	§§ 36–67
Transparência (MRV)	Introduz mecanismos para medir, relatar e verificar ações climáticas, com níveis distintos conforme o tipo de país.	§§ 40–44, 60–64
REDD+	Propõe medidas para combater o desmatamento com garantias sociais e ambientais, além de sistemas nacionais de monitoramento.	§§ 68–79 + Apêndice I
Recursos Financeiros	Formaliza a oferta de financiamento de curto prazo e a meta de recursos anuais para apoio a países em desenvolvimento.	§§ 95–99
Fundo Climático	Cria um novo fundo internacional com gestão compartilhada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.	§§ 100–112 + Apêndice III
Inovação Tecnológica	Lança estrutura voltada ao desenvolvimento e disseminação de tecnologias sustentáveis, com centros de apoio e governança técnica.	§§ 113–129
Fortalecimento de Capacidades	Reforça a necessidade de desenvolver capacidades locais para implementar ações climáticas, com apoio contínuo e direcionado.	§§ 130–137

Fonte: Elaboração própria, baseado na Decisão 1/CP.16 (ONU, 2010).

Ao encerrar o debate com os Acordos de Cancun acerca das metas estabelecidas para o Protocolo de Kyoto, a COP 17 em Durban recebeu a missão de discutir a sobrevivência dos acordos climáticos no escopo da UNFCCC em um período pós-Kyoto. Dessa maneira, a Plataforma de Durban, como ficou conhecido o acordo, na sua primeira decisão estabeleceu que o grupo AWG-LCA teria mandato estabelecido até o ano seguinte, quando seria encerrado os trabalhos acerca do Protocolo de Kyoto e suas mudanças (ONU, 2011). Porém, o centro da Plataforma lançada na África do Sul se concentrava no segundo e terceiro artigos da primeira decisão, que estabelecia dessa vez um grupo *Ad Hoc* para formalizar e discutir um acordo que

tivesse um caráter legal no âmbito da Convenção, incluindo dessa vez todas as Partes (*ibidem*). Esse posterior acordo após a expiração do Protocolo de Kyoto deveria ser discutido e formalizado pelo grupo para ser apresentado até 2015, com expectativas de entrar em vigor em 2020, como implementa o artigo 4 da Decisão (*ibidem*). A proposta de um acordo de caráter jurídico e vinculante partia de uma vontade dos países europeus apresentada em edições anteriores da Conferência, agora materializada como texto na Primeira Decisão da COP 17 (Rocha, 2016). Por fim, o restante do texto do acordo de Durban, incluindo as decisões e os anexos, institui os procedimentos acordados nos Acordos de Cancun, por isso, tem um caráter procedimental e de formalização, sem necessariamente apresentar um conteúdo novo (ONU, 2011).

Foi inaugurado em Doha um novo momento para a discussão acerca do UNFCCC, apesar de apresentar divisões políticas. O resultado do acordo da COP 18 foi dividido em duas partes, uma composta pela decisão da Conferência, enquanto outro estabeleceu uma emenda ao Protocolo de Kyoto, que prorrogou o acordo implementando uma segunda fase com início em 2013 e término em 2020 (ONU, 2012). A Emenda Doha, como foi chamado, instituiu um novo período de compromissos por meio de um novo parágrafo adicional ao Artigo 3 do Protocolo original, conjuntamente com uma atualização da meta total de redução dos GEE para 18% em valores totais, substituindo a antiga meta média de 5% (*ibidem*). Entretanto, a não concordância e consequente não assinatura por parte de países-chave para a efetividade do tratado puseram sua eficácia em risco, visto que Canadá, Rússia e Japão não assinaram a Emenda ao tratado (Gamba; Ribeiro, 2013). Importante ressaltar que a assinatura da Rússia, apenas em 2004, foi o que fez com que o Protocolo entrasse em vigor em primeiro momento (Silva *et al*, 2024).

Portanto, ao não realizar a assinatura do segundo compromisso, a Rússia, juntamente do Canadá e Japão, que somados representavam uma parcela importante das emissões de GEE, além da ausência por parte dos EUA, punha em risco a vigência do Regime para Mudanças Climáticas no escopo da UNFCCC. Apesar de ter havido um aumento nos compromissos e nas contribuições de outros países desenvolvidos, impondo metas mais ambiciosas e renovando o pacote de medidas, a não assinatura por parte dos países supracitados gerou desconfiança no acordo, que ficou travado nos resultados em razão da divisão política (Gamba; Ribeiro, 2013). Entretanto, as negociações realizadas no contexto interno do grupo *Ad Hoc* instituído na Plataforma de Durban, que preparavam um caminho para a COP de 2015, mantinham as esperanças ativas em um acordo de caráter vinculativo no âmbito do Regime Internacional para Mudanças Climáticas.

Por outro lado, a reunião também ensaiou resultados diferentes da emenda ao Protocolo de Kyoto, porém, nada de inovador foi apresentado. Doha representou o momento de conclusão dos trabalhos do grupo AWG-LCA, que já tinha tido seu mandato prorrogado por duas vezes, e em virtude de terem sido completados os trabalhos de parte majoritária do Mapa do Caminho, proposto em Bali e adotado nos Acordos de Cancun (Gamba; Ribeiro, 2013). Assim, o mandato não foi renovado uma terceira vez, mantendo como panorama final do grupo as conquistas obtidas e expostas nas decisões da COP 16, que não haviam sofrido alterações significantes desde então, passando então as questões pendentes para a pauta levada para Varsóvia no ano seguinte. Além disso, um passo importante foi dado na questão do Fundo Verde do Clima, que definiu a sua sede em Songdo, na Coreia do Sul, tendo como candidatos também Alemanha, México, Namíbia, Polônia e Suíça (ONU, 2012). O Comitê de Transição, criado para operacionalizar o Fundo, estabeleceu como data limite para inauguração o ano seguinte, 2013, em virtude do já recebimento de contribuições por parte dos países desenvolvidos para o comitê que garantiria sua operacionalização (*ibidem*). Por fim, mantiveram-se os protocolos anuais e as pautas restantes acerca de financiamento, do MDL e do REDD+ foram adiadas para a COP 19.

A literatura considera a COP 19 como o último grande marco histórico no período das COPS antes da COP 21, o chamado Acordo de Paris, e esta reunião foi responsável pelo desenvolvimento e implementação do REDD+, que havia sido proposto e estava em pauta desde a COP 13, em 2007 (Derani, 2014). O chamado Marco Regulatório do REDD+, como expõe Derani, é um movimento que escapa a timidez da comunidade internacional do momento, que se mantinha estática apesar do quinto relatório do IPCC divulgado naquele ano, e apresenta-se como uma maneira de combater o desmatamento e garantir resultados efetivos institucionalizando dentro do âmbito da Conferência o mecanismo de incentivo a manutenção de florestas nativas (*ibidem*). Assim, a resolução da reunião decidiu e subsidiou o mecanismo ao Fundo Verde do Clima, com as suas contribuições diretas sendo direcionadas ao fundo e em seguida ao instrumento de combate a redução do desmatamento, em um formato não de mercado, mas de transferência direta (Euler, 2016). Além disso, criou-se um sistema robusto por meio da Decisão 11 de mecanismos para MRV, instituindo a necessidade de apresentar relatórios baseados no formato do IPCC para que os países em desenvolvimento tivessem acesso aos fundos contribuídos, com isso, criou-se um mecanismo de financiamento baseado em resultados (Derani, 2014).

Além disso, o momento final da COP 19 foi representado pela exposição do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos, que consistiu em uma forma dos países de

pautarem a questão dos efeitos das mudanças climáticas em países que sofreram catástrofes em virtude das alterações (Rocha, 2016). Entretanto, a Conferência serviu para criar o mecanismo sem uma delimitação razoável das suas funções, capacidades e impondo seu limite dentro do comitê de adaptação, o que gerou um desagrado nos países mais vulneráveis a mudanças climáticas, como ilhas e nações menos desenvolvidas, que também não tiveram como contemplada a proposta conjunta de um fundo específico para lidar com perdas e danos (Boechat; Ribeiro, 2021). Apesar disso, o Mecanismo, que posteriormente passaria por um processo de robustecimento, teve seu início partindo das funções de aperfeiçoar a gestão dos riscos associados as mudanças climáticas, desenvolvendo um diálogo entre os países e uma cooperação financeira e tecnológica para capacitar os países vulneráveis, reduzindo os efeitos das catástrofes climáticas (*ibidem*).

Ainda no âmbito da COP 19 foram levadas a pauta outras discussões, como uma proposta brasileira de, por meio de relatórios do IPCC, desenvolver uma forma de culpabilizar a contribuição histórica dos países desenvolvidos, baseado no princípio das RCPD, parte crucial dos princípios reguladores da UNFCCC (Rodrigues, 2016). Contudo, a medida levava o Brasil a uma posição de encruzilhada, que, baseado no exame feito por Veiga e Rios (2013), a culpabilização dos países desenvolvidos poderia tornar a ser um golpe contra as reivindicações dos países emergentes, que, apesar de não representarem uma grande parcela no contexto histórico das emissões, ainda detinham a projeção de se tornarem os maiores responsáveis pelas emissões em poucos anos, baseado nos relatórios anuais expostos (Veiga, Rios; 2013 *apud* Rodrigues, 2016).

A cidade de Lima, no Peru, recebeu a COP 20 no ano de 2014 que teve como seu resultado o documento batizado de Chamamento de Lima para a Ação sobre o Clima, ou de forma abreviado, Chamamento de Lima (Ortiz, 2014). O acordo final foi uma maneira de pavimentar o caminho para a COP 21 que seria realizada em Paris, e assim, sua versão final serviu de rascunho para o que viria a ser o Acordo de Paris. Assim, a questão central de todo o acordo se resumiu a uma discussão antiga, baseada na divisão e disputa entre Norte-Sul, que alocava de um lado a proposta dos países desenvolvidos, de que todos os países deveriam assumir compromissos obrigatórios de redução das emissões, em contrapartida a visão dos países menos desenvolvidos, que baseados no princípio das RCPD, defendiam os compromissos deveriam ser obrigatórios aos desenvolvidos e voluntários aos emergentes (Observatório do Clima, 2014). Dessa forma, o Brasil propôs para o novo acordo a metodologia de Diferenciação Concêntrica, que consistia em uma maior contribuição nos compromissos por países desenvolvidos, seguido de contribuições que iriam diminuindo com base no

desenvolvimento do país e na sua responsabilidade para as emissões, respeitando os princípios fundadores da UNFCCC, contudo, a proposta foi rejeitada e não levada a pauta para o rascunho final (WWF, 2014). O saldo final da COP 20 foi a realização do rascunho do Acordo de Paris, que viria a ser discutido no ano seguinte e incorporado efetivamente a partir de 2020, quando encerraria a vigência do Protocolo de Kyoto. Dessa forma, a seção seguinte representa o fim deste capítulo, com a menção ao Acordo de Paris e a conexão propriamente com o início da análise.

1.6 O Fim do Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris

O Acordo de Paris foi o último grande marco, até os dias de hoje, do Regime Internacional para Mudanças Climáticas. A preparação do Acordo teve início nas COPs anteriores, como já exposto, e as expectativas para uma resolução de caráter vinculante eram altas, principalmente por parte dos países membros da União Europeia. O Acordo não conseguiu um caráter vinculante, mas adotou uma forma nova de metas e compromissos, adotando as metas nacionalmente verificáveis e estendendo elas a todos os signatários, não mais recorrendo a divisão por grupos como no regime do Protocolo de Kyoto. Portanto, os países então apresentariam suas metas de redução e estas seriam então levadas à risca por meio do mecanismo de MRV, exigindo então o cumprimento das metas estabelecidas nacionalmente por cada país membro. A meta de início da sua vigência seria o ano de 2020, quando encerraria o regime iniciado pelo Protocolo de Kyoto, e assim até lá seria discutido a sua implementação de forma ampla.

Dessa forma, ao longo desse primeiro capítulo busquei contextualizar o Regime Internacional para Mudanças Climáticas, destacando seus marcos históricos, da Conferência de Estocolmo em 1972 até Acordo de Paris, em 2015, onde propriamente irá iniciar a análise. Foi possível compreender nesse período de análise como a diplomacia brasileira desempenhou papéis ambíguos em toda a vigência do Regime, transicionando para um papel ambientalista a partir da década de 90, a fim de galgar posições de prestígio internacional. Essa trajetória também remonta que o Brasil sempre possuiu princípios históricos, como a discussão acerca das RCPD, mas também alterou seu papel após a transição para democracia, também adaptando-se às transformações globais para manter-se relevante, encontrando na crescente agenda climática pós fim da Guerra Fria uma oportunidade de projeção global. Baseado nisso, a literatura sugere o Acordo de Paris como um ponto de inflexão, que também vai se tratar como o marco do trabalho, que agora passa para a explicação da Metodologia de Análise de Conteúdo

de Laurence Bardin, e posteriormente para a aplicação desse método nos discursos oficiais das delegações brasileiras nas edições 21 a 29 da Conferência das Partes.

CAPÍTULO 2: A METODOLOGIA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO E A TÉCNICA DE CATEGORIZAÇÃO TEMÁTICA

O presente capítulo busca de forma detalhada compor o corpo do trabalho e expor a metodologia de análise de conteúdo empregada. Essa seção se dedica a apresentação do objeto de estudo, o recorte temporal selecionado e sua justificativa, compondo o critério de seleção dos discursos que foram utilizados, seguido também pela demonstração da plataforma utilizada e a técnica de codificação junto da justificativa para categorização dos códigos dentro de grupos seletos. Este capítulo apresenta o escopo do trabalho, introduzindo os discursos e os dados trabalhos, suas fontes, e relacionando os dados para chegar a resultados que consigam esclarecer o objetivo geral do trabalho que consiste em analisar a frequência e distribuição das temáticas apresentadas pelos discursos das delegações brasileiras nas COPs.

Dessa forma, a análise realizada inicialmente mapeou os temas expostos pela diplomacia nos discursos oficiais nas COPs, identificando sua frequência absoluta e relativa por categorias. Além disso, o trabalho identificou os padrões de recorrência nos temas conforme o avançar das edições, visualizando as mudanças na ênfase que diferentes governos dão sobre a mesma temática e comparando longitudinalmente como os governos visualizaram as temáticas, identificando continuidades ou descontinuidades no processo. Portanto, para iniciar a análise de conteúdo é preciso primeiro revisar a metodologia, iniciando agora na próxima seção do capítulo.

2.1 Metodologia De Análise Conteúdo

A Análise de Conteúdo (AC), como estabelecida por Bardin em sua primeira definição básica, se trata de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2016). Contudo, se trata, como a própria autora afirma, de uma definição simples que necessita de polimento e passa por diversas inferências até chegar em uma conclusão mais robusta, como apresentada por Lycarião e Sampaio (2021). Apesar de uma ser análise das comunicações, a AC ultrapassa a forma da língua, não se tratando apenas de um ramo da linguística, que prioriza o caráter lexical e gramatical da questão, mas sim busca um significado que está por trás das palavras utilizadas, ou seja, o pesquisador que trabalha com essas ferramentas busca a semântica além da sintaxe. O objetivo final da AC é gerar inferências por meio da observação e estudo do seu objeto, passando não apenas pela descrição do fato, mas sim sua interpretação,

ultrapassando a superfície textual de junção de palavras para obter um significado nelas, e por trás delas, buscando visualizar fatores que podem ter determinado a utilização das mesmas palavras ou as consequências da utilização delas (Bardin, 2016).

Ademais, a AC, diversas vezes confundida com análise documental, também busca se diferenciar deste ramo pois não trabalhar apenas com o acúmulo de informações textuais, mas observa e estuda como a linguagem foi manipulada para que a partir daí se obtenha uma realidade, inferida pelo pesquisador (Bardin, 2016). Dessa maneira, a autora expande a sua definição, não se limitando apenas a questão das comunicações e linguística, e sim obtendo agora uma definição metodológica e procedimental, que ajuda a criar um fluxograma e uma linha lógica que o pesquisador deve seguir para manter-se dentro da metodologia, assim, ela define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2016, p. 48).

A partir dessa definição, inspirados no conhecimento apresentado e sistematizado por Bardin, os autores Rafael Cardoso Sampaio e Diógenes Lycarião (2021) na publicação do seu manual acerca da AC, indicam que maior parte dos pesquisadores que até então estudaram e buscaram classificar a metodologia trabalharam sempre com a capacidade quantitativa do método, contudo, eles procuraram expandir a definição para uma forma que conseguisse também encaixar em pesquisas de caráter qualitativo, visto que como a própria Bardin ofertou na sua conclusão, a AC busca entender significados e interpretar objetos, criando a partir daí realidades. Assim, os autores vão definir da seguinte forma:

Análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos. (Sampaio; Lycarião, 2021).

Partindo dessa definição, o presente trabalho utiliza a técnica quantitativa de análise de conteúdo, como pensado nas capacidades iniciais de estudo e elaboração do método. Por se tratar de uma temática que busca analisar a frequência e recorrência de temas, entendi que era justo a utilização do caráter quantitativo para cumprir de forma mais efetiva os objetivos do tema. Nesse sentido, a AC no seu ramo quantitativo diferencia-se ainda assim das técnicas de

análise documental ou análise linguística porque busca identificar a presença, ausência ou intensidade e frequência de determinados temas por meio do procedimento de quantificação sistemático, isto é, a contagem objetiva das unidades de registro, com o objetivo de inferir resultados baseados nesses indicadores numéricos. Lycarião e Sampaio utilizarão o caráter quantitativo como método mais eficaz devido a sua capacidade de replicabilidade e objetividade, que são características necessárias na AC (Sampaio; Lycarião, 2021). Ainda que eles e outros autores busquem expandir a metodologia para a pesquisa qualitativa, a justificativa para utilização da pesquisa quantitativa se dá devido a precisão necessária para direcionar o enfoque ao objetivo final do trabalho, que consiste em buscar a frequência e recorrência de temas, encaixando perfeitamente com o caráter da pesquisa quantitativa.

Com isso, a AC, por ser um método com uma grande sistematização, possui uma estrutura robusta desenvolvida desde Bardin, com uma característica mais simples, até manuais como de Franco (2005), Bauer (2007), e o próprio Sampaio e Lycarião (2021), que utilizarei como referência mais atualizada e completa sobre o assunto (Bardin, 2016; Franco, 2005; Bauer, 2007; Sampaio; Lycarião, 2021). Para isso, a AC deve ser subdividida principalmente em três etapas, explicadas a seguir.

Inicialmente, a metodologia indica que se deve começar pela pré-análise, que consiste na estruturação da sua pesquisa, isto é, identificação do problema, formulação da pergunta de pesquisa por meio da revisão de literatura, a definição da hipótese trabalhada e por fim a seleção dos documentos, no caso deste trabalho, a seleção dos discursos e estabelecimento de critérios para sua análise. Nessa situação, após a revisão de literatura foi identificado a ausência de documentação, o que limitou o escopo do trabalho, contudo, após as adaptações foi definido o recorte atual, que será detalhado posteriormente.

Em seguida, o projeto passa para a etapa de exploração do material, ou desenho, como apontam os autores base da metodologia (Sampaio; Lycarião, 2021). A partir desse momento os dados brutos, para o presente trabalho são os discursos do Brasil nas COPs, serão lidos, tratados e categorizados, selecionando unidades de análise para os mesmos. Para obter um melhor significado, decidi trabalhar com frases, parágrafos e segmentos do texto que implicam uma temática dentre as categorias selecionadas, ao invés de utilizar somente palavras como unidade de análise, visto que a frase em um contexto adota um significado maior, que pode ser percebido como um tema. Na tentativa de cumprir os objetivos do trabalho, que é analisar a frequência e distribuição das temáticas dos discursos das delegações brasileiras nas COPs, somado com o cálculo da frequência absoluta e relativa dos temas, além do mapeamento dos principais temas e comparação longitudinal da presença desses temas com o decorrer dos anos,

optei por utilizar trechos e segmentos, maiores ou menores que apenas uma palavra, que exprimissem um significado e caracterizassem uma temática exposta no discurso, seja implícita ou explícita, seja de caráter apenas retórico ou propositivo, com vista para um resultado político de compromisso.

Posteriormente a essa escolha das unidades, o projeto passa pela codificação dos dados, que serão tratados em uma seção posterior, que em seguida serão levados a amostragem, revisão. Nesse momento é criada a base de dados por meio das quantificações das unidades de registro dentro dos documentos trabalhados, utilizando as menções temáticas como forma de mensurar a frequência das temáticas, para enfim levar à análise dos dados.

Por fim, a terceira e última etapa da metodologia consiste na análise efetivamente, que vai inferir os dados e reportar os resultados, separados para o terceiro e quarto capítulos do presente trabalho. Nas seguintes etapas os dados foram organizados em tabelas e gráficos de frequência, verificando os padrões de recorrência, presença ou ausência de temas em determinadas edições, identificando também a evolução ao longo dos anos. A análise mensurou os dados de forma objetiva e numérica, dentro da incidência das categorias temáticas, de forma que forneceu a visão sobre como os temas perpassam os anos dentro dos discursos, facilitando a exposição dos resultados no último capítulo.

2.2 Seleção dos Discursos e Critérios de Análise

Durante a formulação do pré-projeto, onde surgiu a ideia inicial de analisar a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, houve a percepção de que para analisar as posições do Brasil dentro da Convenção seria necessário a utilização do discurso como um objeto de estudo, visto que é através do mesmo que o país expõe suas intenções dentro das rodadas de negociação. Com isso, o discurso, para Fairclough (2001), é a linguagem utilizada de forma que aquele que o produz, ou seja, o sujeito, cria a sua própria identidade e age na construção de conhecimentos e convicções no mundo (Leite, 2012). Para o mesmo autor, o discurso tem caráter político e ideológico, em que ao mesmo tempo que constrói relações de poder, também constrói significados a fenômenos e relações pré-existentes no mundo (Leite, 2012). Assim, mesmo o trabalho não se tratando de uma análise de discurso, e sim de conteúdo, é necessário entender a conceituação exposta por Fairclough como a justificativa para a utilização dos discursos do Brasil na COP como objeto de trabalho.

Nesse sentido, ao trabalhar com uma visão construtivista, Fairclough aponta que os discursos podem produzir um caráter identitário nacional, configurando então uma prática social que é capaz de constituir significado a fenômenos políticos e construir realidades

narrativas (Fairclough, 2001 *apud* Leite, 2012). O discurso, portanto, como objeto de estudo e conjunto de significados e crenças, é capaz de produzir simultaneamente identidades, agendas políticas, legitimar ações, seja no âmbito interno ou externo, além de ser uma ferramenta de posicionamento oficial de um Estado. Uma importante ressalva deve ser feita visto que, apesar de tratar com uma conceituação de discurso, não utilizaremos na metodologia a análise de discurso propriamente dita, mas sim apenas o discurso político como um documento formal que será submetido a análise de conteúdo. Dessa maneira, o trabalho não se configura como uma análise de discurso, mas sim uma análise documental, quantitativa e de conteúdo, que utiliza discursos proferidos na COP como seu objeto de trabalho.

Nesse ínterim, trabalhar com a análise de conteúdo de discursos oficiais do governo brasileiro, no âmbito da COP, é analisar verdadeiramente as intenções que o Estado brasileiro, representado pelo presidente ou ministro, expressou nas reuniões. Os discursos apresentados, como será exposto posteriormente, em sua maior parte são carregados de uma junção de dados factuais, como metas, compromissos e indicadores, com intenções e construções narrativas que servem como uma ferramenta para encaixar e submeter as próprias metas e compromissos a um enquadramento ideológico, podendo então ser material tanto para uma pesquisa qualitativa como quantitativa.

Além disso, por meio da seleção dos discursos é capaz de analisar, por trabalhar com 9 edições da COP, as mudanças ao longo dos anos por meio do discurso, seja nas temáticas apresentadas, seja nas retóricas utilizadas, e por fim, seja nos compromissos assumidos e posicionamentos tomados. Dessa maneira, os discursos constituem-se como dados por serem uma fonte de caráter oficial, expressa de forma direta, e por posicionar o Brasil no cenário internacional, representando a imagem que o país toma para si e para o mundo.

Ainda quanto ao critério de seleção dos discursos e recorte temporal, durante a revisão de literatura foi encontrada pouca documentação disponível sobre edições da COP anteriores a COP 10 (2004), além de uma dificuldade na obtenção de textos e documentos oficiais do governo brasileiro acerca das COPs. Por diversas vezes as fontes não foram de fácil obtenção, os discursos não estão facilmente disponíveis na internet, contudo, utilizei como referência o repositório Brasil Na COP, que consiste em um projeto desenvolvido como trabalho final do programa de pós-graduação em Jornalismo de Dados do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) (Llano; Facciolla; Fleury, 2022). O projeto foi criado em 2022 com o intuito de realizar e disponibilizar publicamente os discursos, criando um mecanismo de consulta sobre os tópicos apresentados nos discursos, contudo, o projeto foi encerrado no mesmo ano com o término do programa (Llano; Facciolla; Fleury, 2022). O

repositório tratou de conjugar na sua base de dados todos os discursos da COP 10 (2004) em diante, exceto pelas edições da COP 12 (2006) e da COP 14 (2008), que eles informam não ter conseguido obter os dados.

Dessa maneira, apesar do repositório ter disponibilizado os discursos, decidi realizar uma triangulação para verificar a veracidade dos discursos, procurando de forma individual por meio do mecanismo de busca do Google, acessando o YouTube, na tentativa de transcrever os discursos encontrados, buscando matérias em jornais de ampla cobertura como O Globo, Folha de São Paulo, Estadão, G1, além de sites que cobrem notícias relacionadas a COP como Observatório do Clima e WWF. Outro mecanismo de busca foi através de sites oficiais do governo, Gov.BR, e sites ministeriais, à exemplo do Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia, e por fim o site oficial da UNFCCC. Ao encontrar os discursos necessários verifiquei que a base de dados do Brasil na COP era verídica, por isso passei a utilizar seus discursos já transcritos em formato txt para análise no software Atlas.TI, onde tratei os dados, que posteriormente serão explicados.

Ao terminar essa fase de busca dos dados e de revisão das fontes, concomitantemente com a revisão de literatura, realizei a delimitação temporal do tema, recorrendo ao recorte que encontrei, por meio da literatura, ser mais lógico, cobrindo então da COP 21 (2015) até a COP 29 (2024). A escolha se mostrou de forma lógica visto que a COP 21, também conhecida como Acordo de Paris, foi um marco histórico para o Regime Internacional para Mudanças Climáticas, e instituiu um novo rumo, com um acordo mais abrangente, ambicioso, iniciando um novo período de discussões dentro do âmbito da COP que abrangia desde questões acerca da sua implementação quanto também de metas, compromissos, e novos mecanismos que o Acordo inaugurou. Dessa forma, tratar com discursos pré-Acordo de Paris tangenciaria o objetivo do estudo e iria poluir os resultados com discursos versando temáticas obsoletas, pois até a COP 20 (2014) ainda se discutia acerca da implementação e validades dos acordos da COP 3, também chamado de Protocolo de Kyoto (1997) junto de seus protocolos adicionais, como indicado no primeiro capítulo. Além disso, a falta de disponibilidade dos discursos anteriores a 2004 iria resultar em uma incompletude dos dados, com anos vazios e sem documentação digital disponível.

Por isso, o recorte temporal entre 2015 e 2024, cobrindo as últimas 9 edições da COP, é uma delimitação justificada que traz ao estudo uma lógica de continuidade acerca das temáticas expostas, pois durante todos esses anos a ideia principal da COP foi discutir a implementação do Acordo de Paris, suas medidas e revisões, preparando também um caminho até a COP 30, realizada em Belém deste ano de 2025. Portanto, a COP realizada no Brasil se

configura também como um marco histórico, estando há 20 anos da entrada de vigor do Protocolo de Kyoto, como também há exatos 10 anos da assinatura do Acordo de Paris, tornando a análise dos temas apresentados pelo Brasil nessa última década imprescindível para o entendimento do futuro que a diplomacia brasileira espera.

Ademais, a critério de justificativa da escolha dos discursos, durante todos os anos analisados foram escolhidos, com o critério de trabalhar com o pronunciamento oficial do governo brasileiro, os discursos no Segmento de Alto Nível da COP, isto é, a reunião onde estão presentes apenas os Chefes de Estado, ministros e autoridades dos governos dos países. Assim, na COP 21, a primeira sessão analisada, devido a importância e o tamanho do acordo esteve presente e discursando a então Presidente Dilma Rousseff, já no ano seguinte, nas COPs 22 e 23, o Brasil foi representado pelo então ministro do meio ambiente do governo Temer, José Sarney Filho, e na COP 24 pelo seu sucessor, ainda no mesmo governo, o ministro do meio ambiente Edson Duarte. Posteriormente, na COP 25, após assumir o Presidente Jair Bolsonaro, discursou o ministro do meio ambiente Ricardo Salles, e nas COPs 26 e 27 o seu sucessor, o ministro Joaquim Leite.

Contudo, a COP 27 foi uma edição ímpar que ficou marcada por duas representações brasileiras presentes, uma composta pelo governo oficial do Presidente Jair Bolsonaro, enquanto a outra delegação convidada foi composta pelo presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva. Assim, essa edição marcou uma dicotomia do discurso brasileiro, em que houve diferenças no foco dos discursos, nas temáticas e até mesmo no tempo de fala proferida. Entretanto, por não se tratar ainda de um Chefe de Estado no poder, o presidente eleito não discursou no Segmento de Alto Nível, e por isso seu discurso não cabe no critério de análise desse estudo, mantendo um critério fixo e estabelecido para todas as edições. Por conseguinte, na COP 28 houve a presença do Presidente Lula, agora no poder, e na última edição analisada, a COP 29, esteve presente a figura do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que preparou o caminho para a COP 30.

Com o fim da fase de recolhimento das fontes, tendo sido estipulado o recorte temporal e a seleção de discursos, iniciei a fase de codificação e categorização dos discursos oficiais utilizados, que serão detalhados os seus mecanismos na seção seguinte.

2.3 Técnica de Categorização Temática

O centro de toda pesquisa de análise de conteúdo consiste na codificação dos dados trabalhados, por meio da estipulação de unidades de registro para que quando classificadas possam facilitar a visualização para o pesquisador. A codificação é, como a definição utilizada

por Bardin, o processo pelo qual os dados brutos, no presente trabalho esses dados são os discursos, são agregados e sistematizados, de maneira que permita a quem realiza a análise visualizar a descrição da unidade em que escolheu (Holsti, 1969 *apud* Bardin, 2016). Portanto, ela é a maneira de classificar elementos prioritários da análise em grupos, categorias, por um critério estabelecido previamente. Para que seja realizada a codificação é necessário antes de tudo da escolha da unidade de registro ou de análise, que podem ser desde palavras até mesmo parágrafos. São em sua maneira elementos textuais que exprimem um significado e ajudam o pesquisador a chegar a um resultado por meio da sua observação. No caso deste trabalho utilizei como unidade de registro frases, segmentos maiores de texto e parágrafos que exprimem uma ideia maior e apresentam uma temática. Ao classificar por meio de unidade de registros o pesquisador se liberta das palavras e abstrai do fator linguístico da AC, podendo então analisar o sentido e a semântica que aquele agrupamento de palavras traz ao texto, qual mensagem esse texto exprime (Bardin, 2016).

Dessa maneira, durante a leitura prévia dos documentos antes de iniciar a análise e codificação, identifiquei quatro categorias analíticas. Com base nos princípios de Bardin para a escolha de boas categorias, adotei os critérios da exaustividade, exclusividade relativa, homogeneidade e pertinência, servindo também aos objetivos do trabalho e realizando a categorização de forma que seja capaz de replicabilidade. Assim, estas categorias foram identificadas como a estrutura e o eixo principal de ação da diplomacia brasileira, identificada através dos pronunciamentos.

A primeira categoria identificada foi a de Compromissos Climáticos e Políticas Internas, que agrupa todos os códigos referentes às ações climáticas, metas internas de redução de emissões, programas e medidas implementadas, além de compromissos assumidos internacionalmente e propostas no âmbito das COPs, tudo isso em vista do cumprimento ou estabelecimento de novos compromissos climáticos. Esta categoria permite que durante a codificação consiga visualizar unidades de registro que indiquem continuidades e mudanças internas, e possa verificar se houve evolução do compromisso que o Brasil estabeleceu no Regime Internacional para Mudanças Climáticas, seja de forma interna ou externa. Por se tratar de discursos oficiais, estes dados são a oficialização de medidas pelo país e tem critério de verificação. Dentro dessas categorias estão códigos como “Políticas e Programas de Mitigação”, “Florestas e Uso da Terra”, “Adaptação e Resposta a Desastres”, entre outros que serão listados e apresentados na lista de códigos.

Por conseguinte, a segunda categoria consiste na Cooperação Internacional e Justiça climática, que se relaciona com a forma que o Brasil age no cenário externo em relação ao

Regime. A categoria aborda temas de cooperação internacional, à exemplo do financiamento climático, transferência de tecnologia, e temas relacionados à justiça climática, seja de forma implícita ou explícita, além disso contém em si narrativas e princípios que o país apresentou que se relacionam com a forma que o este se posiciona perante temáticas que versam a desigualdade social, as relações Sul-Sul, e eixos históricos da diplomacia do país. Inserido nesta categoria estão códigos como “Financiamento Climático”, “Mudança Climática como Problema Global”, “Multilateralismo e Governança Climática”, entre outros códigos listados posteriormente.

Em terceiro lugar, foi identificado a necessidade de uma categoria que pudesse abarcar toda a identidade histórica da diplomacia brasileira, no campo climático principalmente. Essa categoria de Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira vai representar as temáticas principais históricas que o país defendeu, com base na revisão de literatura realizada no primeiro capítulo, passando pelo papel do Brasil como ator climático internacional, permitindo visualizar as continuidades independente de governos, mas também temas que para aquele governo específico foram essenciais na formação da sua política externa. Essa é a categoria com maior número de intercorrências com outras categorias, por isso aplicado o princípio da exclusividade relativa, visto que os temas podem se intercorrer com quase todas as outras categorias existentes. Dentre os exemplos de códigos presentes estão “Medidas de Mitigação”, “Desenvolvimento Sustentável”, “Urgência Climática”, entre outros.

Por fim, a última categoria busca explicar a construção do discurso político e quais recursos de argumentação foram utilizados pelos governos, destacando não apenas o que se diz, mas como se diz. A categoria de Estratégias Retóricas e Posicionamento Político abarca códigos que apresentam o caráter do Brasil como protagonista, a autoanálise que o país faz dele mesmo, além de acolher também códigos que são relativos à construção de legitimidade em temas específicos, confrontos diretos com outros países ou grupos de países, proposições retóricas, defensivas ou conciliadoras. Dessa maneira, apresenta códigos como “Crítica ao Norte Global”, “Crítica ao Baixo Financiamento”, “Autoimagem de Liderança Climática”. Portanto, a adoção dessas quatro categorias permitiu durante a realização da codificação classificar e estruturar a linha de raciocínio que iriam seguir os códigos, para que propósito e com que intuito eles seriam classificados, servindo a que objetivo do trabalho.

Além disso, durante a etapa de codificação foram identificados códigos que apresentavam coocorrências e correlações, com seu sentido sendo capaz de pertencer a uma ou mais categorias. Por isso, códigos que apresentam características pertencentes a mais de uma categoria estão presentes no trabalho, sendo analisados e exibidos posteriormente. Tendo sido

realizada a explicação das categorias aplicadas, passarei em seguida para a análise quantitativa realizada no próximo capítulo, identificando a presença e a frequência de códigos e categorias.

CAPÍTULO 3: A DIPLOMACIA CLIMÁTICA BRASILEIRA EM NÚMEROS — ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DISCURSOS NAS COPs 21 A 29

A etapa de análise dos dados constitui o núcleo empírico da pesquisa que utiliza como método a análise de conteúdo. Conforme a metodologia de Bardin, submeti o objeto ou corpus do estudo a um processo sistemático de categorização e codificação, respeitando as categorias supracitadas, que permitiu identificar e selecionar as frases percebidas na leitura dos textos como indicativos de temas ou subtemas que serviram como unidades de registro para o trabalho, isto é, frases que implicam em um sentido temático. Em seguida, para retomar e facilitar a visualização dos discursos utilizados demonstro uma tabela que indica todo o corpus da pesquisa, indicando a edição e localidade da COP, junto com a identificação de quem proferiu o discurso e seu o cargo que ocupava no momento:

Tabela 2: Lista do Corpus do Trabalho

Edição	Ano	Presidente no ano da Edição	Cidade/País	Representante na COP	Cargo do Representante
COP 21	2015	Dilma Rousseff	Paris, França	Dilma Rousseff	Presidenta da República
COP 22	2016	Michel Temer	Marrakech, Marrocos	José Sarney Filho	Ministro do Meio Ambiente
COP 23	2017	Michel Temer	Bonn, Alemanha	José Sarney Filho	Ministro do Meio Ambiente
COP 24	2018	Michel Temer	Katowice, Polônia	Edson Duarte	Ministro do Meio Ambiente
COP 25	2019	Jair Bolsonaro	Madri, Espanha	Ricardo Salles	Ministro do Meio Ambiente
COP 26	2021	Jair Bolsonaro	Glasgow, Reino Unido	Joaquim Leite	Ministro do Meio Ambiente
COP 27	2022	Jair Bolsonaro	Sharm El-Sheikh, Egito	Joaquim Leite	Ministro do Meio Ambiente
COP 28	2023	Luiz Inácio Lula da Silva	Dubai, Emirados Árabes Unidos	Luiz Inácio Lula da Silva	Presidente da República
COP 29	2024	Luiz Inácio Lula da Silva	Baku, Azerbaijão	Geraldo Alckmin	Vice-Presidente da República

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em vista a presente lista, é necessário relembrar que utilizando o método de análise quantitativa, objetivo neste estudo inicialmente mensurar a frequência absoluta e relativa dos temas identificados por meio dos códigos criados e tratados durante a leitura destes discursos. Assim, a mensuração possibilita não só compreender como os temas se distribuem ao longo do mesmo discurso, mas também ao longo do tempo, identificando se há continuidade ou não nas temáticas apresentadas, como também perceber quando temas novos surgem. A presente análise vai além de uma leitura e apresentação dos discursos, esta oferece uma base empírica para validar ou invalidar as hipóteses apresentadas ao longo do trabalho, avaliando a presença, a recorrência ou variação dos elementos que a diplomacia brasileira tratou como centrais durante o decorrer dessas 9 edições da COP. Dessa maneira, as seguintes seções apresentarão a frequência dos códigos, de forma absoluta e relativa, suas comparações visuais com o decorrer dos anos, além de apresentar a evolução e mudança ou continuidade dos temas ao longo do tempo, apresentado por quadros e gráficos.

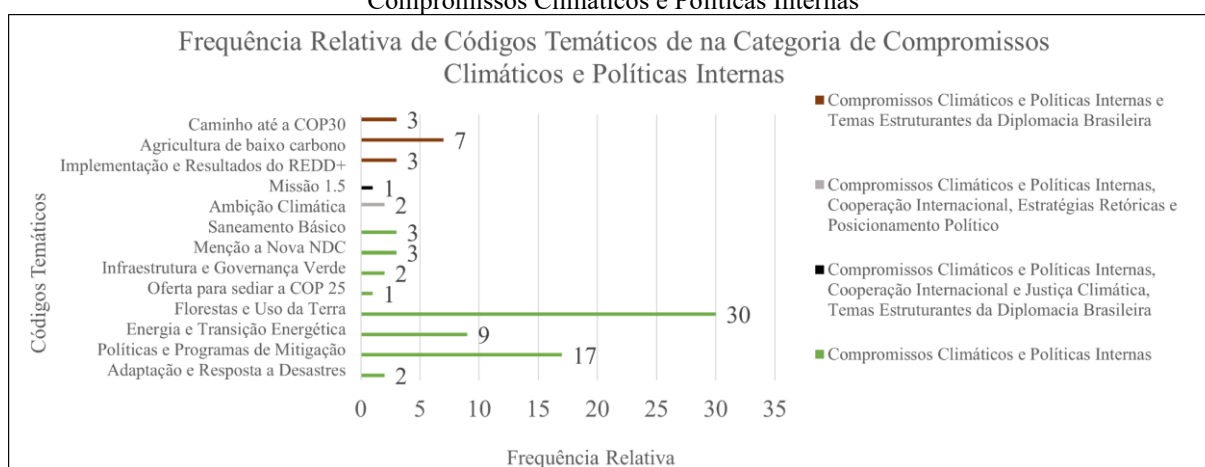
3.1 Lista e Frequência de Códigos por Categoria

Tendo já apresentado as quatro categorias temáticas que irei trabalhar, que são respectivamente Compromissos Climáticos e Políticas Internas, Cooperação Internacional e Justiça Climática, Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, e Estratégias Retóricas e Posicionamento Político, passei a análise da frequência dos códigos criados em cada categoria. Contudo, antes disso faz-se necessário a apresentação da lista de códigos, e uma breve explanação do sentido por trás de alguns deles. Durante a codificação, em seu primeiro momento, antes de passar pela etapa de revisões, o trabalho apresentou 98 códigos, contudo, após duas revisões minuciosas observei que era necessário reduzir a quantidade total de códigos, criando nas mesmas categorias códigos integradores, capazes de englobar outros códigos menores que apareciam com menor frequência. Dessa forma, sem prejudicar a análise, mas sim objetivando a melhora da visualização por meio de gráficos, houve a diminuição e a integração dos códigos, resultando num total de 53 códigos, com 286 citações divididas entre eles. Os códigos dividem-se nas quatro categorias de forma que 13 estão dispostos na primeira categoria, 20 na segunda, 14 na terceira e 22 na quarta, conforme a ordem citada anteriormente, existindo também casos de correlação entre os códigos que apresentam uma maior versatilidade no enquadramento com as categorias, podendo se classificar como duas ou três, dependendo dos critérios estabelecidos. Portanto, nas seguintes seções irei partir para a análise propriamente de cada categoria, além da exposição da lista de códigos.

3.1.1 Compromissos Climáticos e Políticas Internas

Partindo dessa breve explanação, faz-se necessário a apresentação dos gráficos de frequência relativa, por cada categoria, no período de todas as edições da COP. O primeiro grupo, que consiste nos Compromissos Climáticos e Políticas Internas apresentou em sua totalidade 13 códigos, sendo 8 deles exclusivos da categoria, e os outros 5 apresentam correlações com as demais. A imagem seguinte é a representação gráfica da distribuição dos códigos presentes na categoria trabalhada:

Figura 2: Gráfico 1 - Frequência Relativa de Códigos Temáticos presentes na Categoria de Compromissos Climáticos e Políticas Internas



Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

No gráfico acima podemos visualizar a frequência com que os códigos aparecem nos discursos, sem distinção de edição. O gráfico exibe de forma absoluta a quantidade de vezes com que cada código da presente categoria, Compromissos Climáticos e Políticas Internas, se distribuem nos discursos codificados das 9 edições analisadas. Importante ressaltar que o sentido dessa categoria é agrupar códigos que exprimem ideias relacionadas às ações climáticas do país, seja através de metas internas de redução de emissões, programas governamentais, investimentos e/ou formas de ação. Dessa maneira, na figura podemos visualizar quatro cores que identificam as categorias que estes códigos pertencem. Na cor predominante, isto é, o verde, estão os códigos que única e exclusivamente pertencem a categoria de Compromissos Climáticos, enquanto representados nas outras cores estão os códigos que apresentam correlação com as demais categorias. Representado pela cor marrom estão os códigos que pertencem as categorias de Compromissos Climáticos e Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, concomitantemente, enquanto na cor preta está o único código que pertence as categorias Compromissos Climáticos, Cooperação Internacional e Justiça Climática, e Temas

Estruturantes da Diplomacia Brasileira, e por fim, na cor cinza, o único código que pertence às categorias de Compromissos Climáticos, Cooperação Internacional e Estratégias Retóricas e Posicionamento Político. Nesse contexto, passarei a uma breve explanação acerca dos códigos mais frequentes, suas justificativas e mecanismos ou lógicas de codificação, ressaltando que devido a extensão da quantidade de códigos selecionei para essa explicação apenas os que apresentaram maior frequência, aparecendo mais de três vezes, indicando uma maior relevância e presença nos discursos proferidos.

Partindo desse ponto, na cor verde, os códigos predominantes como “Florestas e Uso da Terra”, “Energia e Transição Energética” e “Políticas e Programas de Mitigação” representam um amálgama de códigos que foram refinados até essas subcategorias, visto que no projeto inicial a lista era demasiadamente extensa. O código Florestas e Uso da Terra, que aparece de forma predominante, dividindo a liderança na presença com o código Medidas de Mitigação, da categoria Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, ambas aparecendo 30 vezes. Assim, o presente código engloba todas as citações que versam acerca da redução do desmatamento, e que tratam de medidas de preservação florestal ou recuperação de pastagens. O trecho seguinte é um exemplo de como foi utilizado o código:

Alcançaremos a partir daí o desmatamento ilegal zero na Amazônia e vamos neutralizar as emissões de supressão legal de vegetação. Nosso desafio é restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas e outros 15 milhões de hectares de pastagens degradadas. (Brasil, 2015).

Esse pequeno trecho foi retirado do primeiro discurso analisado, ainda na COP 21, no contexto Acordo de Paris, e foi proferido pela Presidente da República Dilma Rousseff (Brasil, 2015). Ele é um exemplo inicial de como o código foi utilizado, pois ao mencionar o desmatamento ela trata do compromisso que o país tem com a redução das emissões, buscando o desmatamento ilegal zero na região mais afetada. Além disso, o excerto também cita metas e políticas internas de restauração de florestas e pastagens, caracterizando como um compromisso que o país tem com a mitigação dos danos ao meio ambiente. Por outro lado, temos em seguida outro exemplo de como o código foi utilizado:

No setor florestal, temos nos empenhado firmemente para reduzir as taxas de desmatamento, que estavam saindo de controle quando assumimos o governo, em junho de 2016. Registramos uma queda de 16% no desmatamento na Amazônia este ano. (Brasil, 2017a).

O trecho acima cita diretamente o esforço do país em reduzir as taxas de desmatamento, exemplificando o compromisso que o país indica ter, além de exibir e registrar o quantitativo da redução, identificado pelos 16%. O padrão da codificação se deu por citações como essas duas que foram utilizadas de exemplo, pois ao fazerem referência explícita as características centrais da categoria, isto é, prevenção de danos ao setor florestal, a recuperação de pastagens e florestas, estabelecimento de compromissos do país e informar acerca de novas políticas internas adotadas, estas demonstraram um compromisso político e climático do país, de forma interna que afeta também como o país exibe-se ao mundo.

De outra maneira, o segundo código mais frequentes nessa categoria foi relacionado a Políticas e Programas de Mitigação, presente 17 vezes em todos os discursos, que englobou todas as citações que explicitamente tratavam de programas governamentais, políticas climáticas, leis e projetos que visavam um compromisso político do país com a redução dos efeitos adversos das mudanças climáticas. A seguir está um exemplo da linha que se seguiram os códigos:

[...] e acaba de ser apresentado ao Congresso um projeto de lei, elaborado em parceria com os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, estabelecendo uma nova política nacional de biocombustíveis, RenovaBio, que vai aumentar a eficiência de produção de biocombustíveis e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões. (Brasil, 2017a).

A citação trata explicitamente do programa RenovaBio, a política nacional de biocombustíveis estabelecida no período do Governo Temer, em 2017, que foi apresentada na COP 23 pelo ministro do meio ambiente José Sarney Filho. Instituído pela Lei Nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, o programa visava contribuir para as metas da NDC apresentadas no Acordo de Paris, além de promover uma renovação da matriz energética e aumentar o grau de eficiência na produção desse setor no país (Brasil, 2017b). Dessa forma, a citação e a postulação dela como pertencente ao código citado anteriormente se justifica, assim como o seguinte trecho:

A INDC, a Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil, tem como meta reduzir em 43% as emissões no ano 2030 em comparação com 2005. (Brasil, 2015).

Apesar de haver outro direcionamento e ser aparentemente uma citação menos complexa, ambas pertencem ao mesmo código pois tiveram citações ao compromisso que o país firmou, seja de forma mais extensa e relacionando a políticas específicas, seja apenas citando a NDC que o país apresentou no Acordo de Paris. Por meio desses códigos é possível

perceber como o país relembra de um compromisso que firmou e estabelece metas para o futuro, todas elas direcionadas por programas, leis e políticas climáticas mais extensas.

Por fim, o trio dos códigos mais frequentes dessa categoria termina com o código Energia e Transição Energética, que agrupa todas as citações referentes a matrizes energéticas de forma direta, seja tratando dos esforços para sua ampliação, seja tratando de novas maneiras, com metas claras ou incertas, mas que se refiram a energia e a métodos de efetivar a transição energética.

Além disso todas as fontes de energia renováveis terão sua participação em nossa matriz energética ampliada até alcançar, em 2030, 45%. (Brasil, 2015).

A questão das energias renováveis vai aparecer novamente na análise dos códigos da categoria de Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, contudo, com outro prisma. Nesse tópico especificamente buscamos apresentar quando são tratados como forma de compromisso ou política interna, seja através de medidas concretas como no excerto acima, seja apenas através da citação de uma nova expansão, contudo, ainda assim tratando como um compromisso climático.

Por fim, para finalizar essa categoria, na cor marrom estão presentes os códigos que têm correlação também com a categoria de Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, representados com maior frequência pelo código Agricultura de Baixo Carbono, que aparece 7 vezes, mas também Caminho para a COP 30 e Implementação e Resultados do REDD+, que ambos aparecem 3 vezes.

A começar pelo código Agricultura de Baixo Carbono, o sentido era contabilizar a frequência com que aparecia a temática. Contudo, durante a codificação percebi que os apresentavam uma correlação entre Compromissos Climáticos, a categoria analisada, mas também Temas Estruturantes, por se tratar de um instrumento que o país utiliza reiteradamente como argumento para reforçar a potência agroambiental que representa no cenário internacional. Apesar das citações se referirem a compromissos que o país assumiu ou políticas que adotou e efetivou, estes também davam o sentido de serem um tema estrutural para a diplomacia brasileira, dado seu grau de importância nas negociações climáticas. Logo abaixo encontra-se uma das citações presentes no texto que dita de forma menos direta o compromisso do país com uma agricultura sustentável:

Não há alternativa ao avanço em direção a uma agricultura resiliente e de baixo carbono, se quisermos enfrentar os riscos que a mudança dos padrões climáticos implica para a produção e oferta de alimentos. (Brasil, 2016).

Nesse caso, a agricultura de baixo carbono aparece tanto como Tema Estruturante como um Compromisso Climático a ser adotado pelo país, principalmente por tratar dele como algo insubstituível no caminho a uma economia verde capaz de enfrentar as mudanças do clima. Além disso, as citações também ocorrem no sentido de promover e confirmar políticas já estabelecidas e resultados obtidos na implantação de programas que investiram nas técnicas relacionadas à Agricultura de Baixo Carbono, como na citação seguinte:

O setor agrícola brasileiro demonstra compromisso, interesse e empenho na promoção de uma agricultura resiliente. Nos últimos 8 anos a área com agricultura de baixa emissão de carbono foi ampliada em 27 milhões de hectares, com a mitigação de 127,3 milhões de toneladas de CO₂. (Brasil, 2017a).

Dentre os outros códigos de cor marrom está a Implementação e Resultados do REDD+, que foi um instrumento que surgiu na COP 16, em Cancun, mas tomou forma e importância nas COPs seguintes (Derani, 2014). O mecanismo surgiu como uma importante medida de incentivo financeiro a redução de emissões dos GEE, de forma direta e indireta (Derani, 2014). Além disso, o Brasil o elevou a um patamar de importância por propor mudanças dentro de sua estrutura que foram adotadas, como por exemplo a compensação financeira por preservação de florestas nativas (Rocha, 2016). Portanto, além de um Compromisso Climático, de caráter internacional, a implementação do REDD+ também é observado como um Tema Estruturante devido a sua capacidade de ser utilizada como argumento diplomático em prol do país, sendo diversas vezes utilizado como quesito estratégico nas negociações da COP, consolidando a imagem do país na governança climática. Assim, as citações relacionadas podem exprimir o sentido de compromisso que o país tem com o instrumento, que quando instrumentalizado, vai trazer resultados futuros:

Nossos esforços de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia ganham agora um novo patamar de ação com a adoção da Estratégia Nacional da REDD Plus. (Brasil, 2015).

Por conseguinte, as citações também indicam os resultados que o REDD+ trouxe ao país, como na COP 23, em 2017, já havia obtido bons produtos da utilização e implementação do mecanismo:

O trabalho realizado durante uma década no combate ao desmatamento da Amazônia, por meio do REDD+, reduziu as emissões em 6 bilhões de toneladas de CO₂. Nos últimos três anos foram reduzidos outros 3,9 bilhões de toneladas. (Brasil, 2017a).

Para finalizar a questão dos Compromissos Climáticos, o último código que cabe ser analisado no momento está relacionado a COP 30, que foi tratado como um Tema Estruturante recente pela diplomacia do país. O Brasil no penúltimo ano de presença do Governo Temer, em 2017, realizou uma oferta para sediar a COP nos anos seguintes, no objetivo de retomar a posição histórica de protagonismo ao ter sediado a RIO 92 e RIO +20. Esse movimento de ofertar-se, como indica a citação relacionada ao código Oferta para Sedar a COP 25, é simbólico, mas também se caracteriza como um Tema Estruturante para diplomacia do país, como consta na citação relacionada ao código supracitado:

Coroando essa sequência virtuosa, anunciei ontem que o Brasil se oferece para hospedar a COP 25, em 2019, que deverá ser sediada em país da América Latina ou do Caribe. (Brasil, 2017a).

Após o abandono e a desistência de sediar a COP 25 pelo Governo Bolsonaro, o país então manteve-se com a questão de nunca ter sediado uma COP, apesar de ter sido local para a fundação da UNFCCC (Closs, 2024). Por isso, com a vitória de Lula na eleição de 2022, o país foi convidado e teve duas frentes presentes na COP 27, como citado anteriormente, com a delegação oficial do Governo Bolsonaro e a delegação do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva. Assim, ao discursar na plenária em Sharm-el-Sheikh o presidente eleito oficializou a candidatura do país como sede para os anos seguintes, oficializada e aceita em 2023, na COP 28 (Brasil, 2023b). Dessa maneira, foi retomado e elevado ao ponto mais alto da diplomacia brasileira a intenção de realizar um evento dessa magnitude, além de assumir novamente a posição de liderança climática e o protagonismo histórico estabelecido nos governos anteriores. Assim, o código Caminho para a COP 30 representa todas as citações e menções ao evento que está por vir, como a importância que o país dá na preparação para esse feito histórico, que vai além de Compromisso Climático e se sobrepõe como um Tema Estrutural da diplomacia do país:

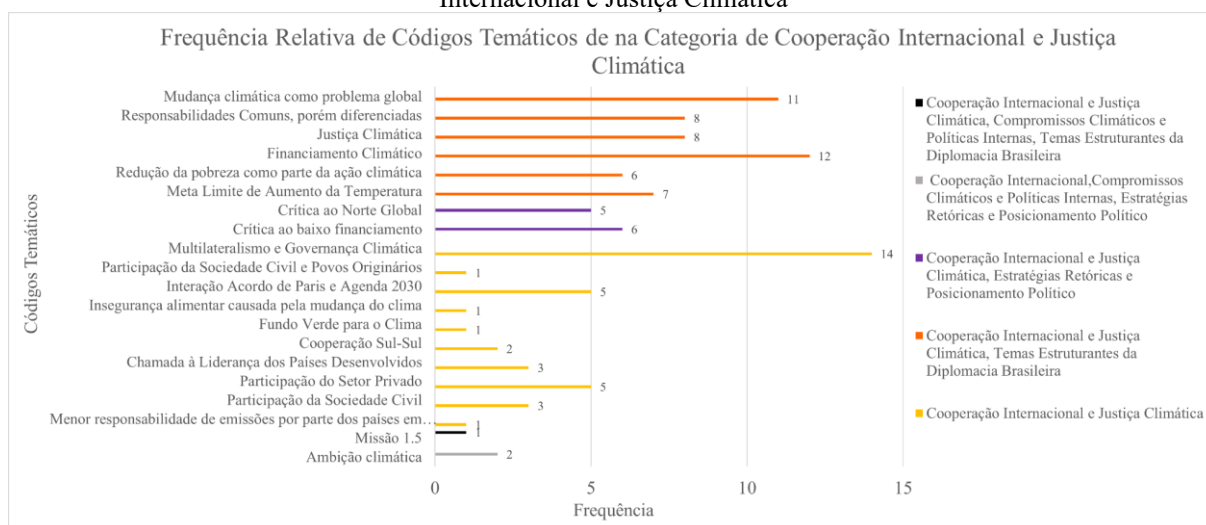
Nos dois anos até a COP30, será necessário redobrar os esforços para implementar as NDCs que assumimos. (Brasil, 2023).

Ademais, dentro do gráfico ainda podemos visualizar códigos nas cores preta e cinza que apresentam correlação com três categorias, contudo, estes serão apresentados posteriormente em uma seção própria para eles, devido a sua complexidade e necessidade de um foco maior para seu entendimento e justificativa, apesar da baixa frequência.

3.1.2 Cooperação Internacional e Justiça Climática

Em seguida, passamos à análise dos códigos temáticos presentes na segunda categoria, Cooperação Internacional e Justiça Climática, conforme a ordem apresentada. Na sua totalidade a categoria apresentou 20 códigos, sendo metade pertencentes única e exclusivamente a categoria, enquanto os outros 10 estão subdivididos com as demais. Essa categoria especificamente por tratar de temas abrangentes como cooperação internacional, acordos multilaterais, e o próprio multilateralismo, foi a que mais apresentou correlações com outras categorias, com 50% de seus códigos sendo pertencentes a uma ou mais de uma. Com a categoria de Temas Estruturantes unicamente apresentou 6 correlações, já com Estratégias Retóricas unicamente apresentou 2 correlações, e dois outros códigos apresentaram uma correlação tripla, um com as categorias de Compromissos Climáticos e Temas Estruturantes, enquanto o outro com Compromissos Climáticos e Estratégias Retóricas. Logo abaixo está o gráfico que representa a frequência dos códigos relativa a categoria trabalhada:

Figura 3: Gráfico 2 - Frequência Relativa de Códigos Temáticos presentes na Categoria de Cooperação Internacional e Justiça Climática



Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

Podemos visualizar no gráfico cinco cores, sendo duas delas repetidas que já foram apresentadas e serão explicadas posteriormente, em um momento dedicado aos códigos mais abrangentes, representados pelas cores preta e cinza claro, referentes aos códigos que apresentam correlação com as categorias Compromissos Climáticos e Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, e Compromissos Climáticos e Estratégias Retóricas e Posicionamento Político, respectivamente. Como cores novas, apresentamos o laranja, que apresenta

correlação com a categoria de Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, a cor roxa, que apresenta correlação com Estratégias Retóricas e Posicionamento Político, e na cor amarela estão os códigos unicamente identificados como pertencentes a categoria chave deste gráfico, Cooperação Internacional e Justiça Climática.

Representados pela cor amarela exclusivamente podemos visualizar três códigos principais, que aparecem com uma frequência maior que três vezes, estes são Multilateralismo e Governança Climática, Interação Acordo de Paris e Agenda 2030, e por fim Participação do Setor Privado. Foi possível entender que essa categoria, por se tratar de uma categoria ampla e abrangente apresentou diversos códigos correlativos com outras categorias, indicando que é um tema geral e amplamente multifacetado. Por isso, nessa breve seção irei também selecionar e partir para a explanação dos códigos mais frequentes que apresentaram também correlação com as demais categorias, nomeadamente os códigos Financiamento Climático, com 12 citações, Mudança Climática como Problema Global, apresentando 11 aparições, Justiça Climática e Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas, ambas com 8 aparições, além de Meta Limite do Aumento de Temperatura, Redução da Pobreza como Parte da Ação Climática que tiveram 7 e 6 aparições respectivamente. Os códigos que estão apresentados na cor roxa que apresentam correlação com Estratégias Retóricas e Posicionamento Político adotarei a explanação na seção seguinte, onde tratarei dessa categoria especificamente.

Dessa forma, iniciando pela cor amarela, o código que mais aparece em todos os discursos é Multilateralismo e Governança Climática. As citações codificadas aparecem de diferentes maneiras com o decorrer do texto, apesar de manterem sempre o significado em comum de manutenção das relações bilaterais e multilaterais como ponto-chave para resolução da questão climática. O código indica a presença de frases ou trechos que remetam ou tratem diretamente com a necessidade de engajamento político em prol da solução climática, além de citar mecanismos de governança como a própria convenção da UNFCCC, por isso, o trecho abaixo se apresenta como um exemplo de como pode ser apresentado de forma implícita:

Estamos aqui, Chefes de Estado e de Governo para vencê-lo, o que exige sentido de urgência, união, coragem para as novas escolhas e ações. É preciso engajamento e liderança política para traçar novos caminhos nesta luta contra um problema que afeta a todos. (Brasil, 2015).

Por expressar a ideia de ação conjunta dos Chefes de Estado e de Governo, a presidenta Dilma Rousseff nesse excerto invoca o multilateralismo sem citar diretamente o termo, remetendo a lógica da resposta global e compartilhada que tanto presenciaremos nessa

categoria. A centralidade da mensagem é a necessidade de os países cooperarem em prol do combate as mudanças climáticas, assim como no trecho seguinte que eleva a própria Convenção como um mecanismo ímpar de governança climática:

O importante acordo alcançado em Paris e seu rápido processo de entrada em vigor refletem o reconhecimento claro pela comunidade internacional de que a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática continua sendo o alicerce para coordenar a resposta global às mudanças do clima. (Brasil, 2016).

A vinculação do sentido desse trecho com o sentido do último se dá pelo caráter que tem de forma implícita. Apesar de serem de governos diferentes, ambas citações reforçam a ideia do multilateralismo como maneira de coordenar uma ação climática global, indicando também a própria UNFCCC como o instrumento central de governança climática, reforçando a ideia também da relevância dessa Convenção como forma de ação do Brasil na questão climática global, com interesse em galgar também posições de liderança por meio da ação nessa questão (Silva, 2019). Em outros momentos, o multilateralismo também é citado de forma explícita e direta, como no seguinte trecho do discurso do vice-presidente Geraldo Alckmin na COP 29:

Cada uma das etapas desse caminho representa avanços e hesitações do multilateralismo na tarefa de atingir metas ambientais comuns e na capacidade de estarmos à altura dos desafios. (Brasil, 2024).

Esse excerto é demasiadamente direto e invoca a ação do multilateralismo que, apesar de haver hesitações no caminho, mantém-se firme na missão de combater os avanços dos problemas relacionados a mudanças climáticas por meio da ação conjunta dos países.

Em seguida, dois códigos exclusivamente amarelos aparecem com a mesma frequência, 5 vezes ambas, estes são Participação do Setor Privado e Interação Acordo de Paris e Agenda 2030. Iniciando respectivamente pela primeira citada, diversas citações mencionaram o setor privado durante os discursos, algumas convocando a sua participação enquanto outras elevaram o setor a um grau de maior importância, expondo-os como setor primário e motor da economia. A citação a seguir relacionou os temas do Acordo de Paris com a ação do setor privado, reforçando a ideia de que o sucesso do combate às mudanças climáticas depende deles:

Os empresários do setor, que é o mais dinâmico na nossa economia, em termos de geração de empregos e exportações, estão apoiando nossas ações sob o Acordo de Paris, porque entendem que seus negócios dependem do sucesso que tenhamos no enfrentamento da mudança do clima em termos globais. (Brasil, 2017a).

Dessa maneira, o excerto enfatiza o papel do setor privado além de sua capacidade de ser parte essencial no combate aos efeitos adversos das mudanças do clima. Por outro lado, o fator interdependência empresas e clima também é citado em outras ocasiões, também expondo o setor como motor do ambientalismo e impulsionador da economia verde. A ampliação desses atores não estatais na ação climática global expõe o interesse do país em agir de forma cooperativa, trabalhando com soluções lucrativas e inovadoras, e o elevando a um patamar de parceiro estratégico, como bem mostra a citação a seguir, utilizada como exemplo de como as citações em que citavam o setor privado foram codificadas:

Desde 2019, trabalhamos junto com o setor privado para encontrar soluções climáticas e ambientais lucrativas para as empresas, as pessoas e a natureza. Invertemos a lógica dos governos anteriores, que só agiam para multar, reduzir e culpar. Este governo faz políticas para incentivar, inovar e empreender, criando, assim, marcos legais para uma robusta economia verde, com geração de emprego e renda a todos os brasileiros. (Brasil, 2022).

A intenção desse código portanto era relatar, nas citações em que aparecia a atuação do setor privado já concretizada, ou em situações em que este era convidado a agir, evoluindo de um parceiro que antes dependia do sucesso do combate às mudanças climáticas, mas também era parte dele, para um parceiro central no processo de enfrentamento as adversidades do clima, liderando as atividades estratégicas governamentais.

O último código exclusivo dessa categoria a ser analisado é Interação Acordo de Paris e Agenda 2030, que aparece apenas nas três primeiras edições analisadas, sendo 1 vez na COP 21, duas vezes na COP 22 e duas na COP 23, totalizando as 5 aparições nos 9 discursos. O código tem como intenção contabilizar as vezes que a Agenda 2030 foi citada, direta ou indiretamente, através também da menção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030, assim como o Acordo de Paris também foi acordada em 2015, e por isso as temáticas se interpelam e são lembradas nos discursos de forma mais presente. A Agenda consistia num plano de Ação da ONU para promover o desenvolvimento de forma sustentável em todo o mundo, equilibrando as dimensões social, econômica e ambiental, de forma que promovesse os direitos humanos, a equidade e igualdade de gênero nos seus 17 objetivos. Dessa maneira, os códigos que marca as interações entre o Acordo de Paris e a Agenda 2030 tem como objetivo observar quando essa temática aparece e de que forma, não apenas fomentando o desenvolvimento sustentável, mas sim todas os seus outros objetivos, por isso, a codificação aconteceu em citações como no exemplo abaixo:

A implementação coordenada do Acordo de Paris e da Agenda 2030 está visceralmente associada ao equacionamento das necessidades de financiamento e mobilização de recursos. (Brasil, 2017a).

O excerto acima apresenta de forma direta a citação a Agenda 2030, lembrando também e interagindo com outro código que vai aparecer posteriormente acerca do financiamento climático. Contudo, a temática também aparece ao citar as ODS, como na citação abaixo:

Nossa visão vai além da perspectiva ambiental. Ao implantar as políticas públicas necessárias, abrimos caminho para um novo projeto de desenvolvimento do País, de modo transversal e integrado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (Brasil, 2017a).

Como dito anteriormente, a temática específica da Agenda 2030 para de aparecer na COP 23, em 2017, e passa a partir de então apenas a ser citado o Desenvolvimento sustentável, sem levar em conta as outras especificações e amplitude da Agenda.

Ainda dentro da categoria Cooperação Internacional e Justiça Climática, é necessária uma análise acerca dos códigos que se correlacionam com os Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira que representam 30% das citações dessa categoria, a segunda maior marca exceto pelos códigos exclusivos da categoria, além de apresentarem frequências relativamente grandes quando comparados aos outros códigos da categoria, apresentando entre 7 e 12 citações. Assim, percebemos no quadro que existem os 6 códigos estão divididos entre Financiamento Climático, Mudança Climática como Problema Global, Justiça Climática, Responsabilidades Comuns, porém diferenciadas, Meta Limite do Aumento de Temperatura e por fim Redução da Pobreza como Parte da Ação Climática. Todos esses códigos exprimem a ideia

O código que mais aparece dentre todos na cor laranja é o Financiamento Climático. A justificativa desse código se dá pela necessidade contabilizar quantas vezes a temática do financiamento aparece dentro dos discursos, de forma implícita ou explícita. Por meio da codificação foi possível entender que os trechos se encaixavam propriamente em ambas as categorias já supracitadas por pertencerem a uma questão importante da Cooperação Internacional e um mecanismo de equalização e promoção da Justiça Climática, como também é um Tema Estruturante que a diplomacia brasileira diversas vezes tratou como ponto focal, vide a insistência na implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e do REDD+ (Moreira, 2009; Derani, 2014). Dessa forma, as citações exprimem de forma clara o papel que

tal temática tem para a diplomacia climática do país, como no exemplo abaixo que consta uma forma explícita de citação:

Nossa extensa pauta de ações, cuja implementação é fundamental para a agenda climática global, precisa de “investimentos verdes”, com oportunidades para a mobilização de recursos de todas as fontes, para criar o modelo de desenvolvimento que almejamos e de que necessitamos nas próximas décadas. (Brasil, 2017a).

Ademais, a temática também pode aparecer de maneira subjetiva e a ser compreendida nas entrelinhas, principalmente quando se observa todo o contexto dos trechos tirados. No discurso em 2024, na COP 29, o vice-presidente Alckmin cita “as condições e meios de implementação” quando se refere a uma parte prévia da citação que cita a nova NDC do país, e completa com o trecho abaixo:

Para isso, entretanto, precisaremos, juntos, assegurar as condições e meios de implementação adequados. (Brasil, 2024).

Portanto, é possível identificar a importância do financiamento climático como um Tema Estruturante, mas também parte do esforço em prol do multilateralismo e da Cooperação Internacional. Além disso, com uma frequência similar aparece outro código de igual importância, que é Mudança Climática como Problema Global. Este código foi identificado como pertencente a ambas as categorias pois o Brasil desde a primeira edição da COP analisada, como na citação que vem a seguir, cita a temática da mudança climática e evoca a comunidade internacional como um todo a agir, de forma abrangente e não excludente. O próprio princípio das RCPD, proposto pelo Brasil na RIO 92 e adotado como princípio constituinte da Convenção-Quadro que instituiu a COP, é uma maneira de evocar a questão global da mudança climática pois, mesmo que o país tenha menor responsabilidade, este ainda apresenta seu grau de culpa e deve se empenhar em prol da solução comum. Assim, a citação abaixo, apesar de curta, é uma síntese que deixa claro a posição brasileira acerca da mudança climática:

A mudança do clima pela ação dos homens é um dos maiores desafios globais contemporâneos. (Brasil, 2015).

Além disso, pode aparecer também em tons mais alarmistas, mas sempre evocando a necessidade da Cooperação Internacional para solucionar um problema que não é único dos países desenvolvidos, caracterizados diversas vezes como os causadores, ou dos países vulneráveis, que são aqueles que irão sofrer as consequências de forma mais grave, mas sim

uma questão que deve obter uma solução global, visto que é um problema global. Por isso, a citação abaixo é um exemplo desse tom alarmista que em certos momentos a diplomacia abraça:

Se não deixarmos nossas diferenças de lado em nome de um bem maior, a vida no planeta estará em perigo. (Brasil, 2023).

De maneira menos frequente, mas ainda assim relevante, estão os códigos de Justiça Climática e de Responsabilidades Comuns, porém diferenciadas, que em diversos momentos aparecem juntas, como no exemplo abaixo:

O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas é inegociável. Ameaçá-lo vai na contramão de qualquer noção básica de justiça climática. Essa noção demanda que sejam cumpridas as obrigações de financiamento. (Brasil, 2023).

Esse excerto relaciona três códigos: Financiamento Climático, Responsabilidades Comuns, porém diferenciadas e Justiça Climática, de forma explícita no texto. De maneira explícita, ao retomar o princípio das RCPB, o presidente Lula evoca também que a noção de Justiça Climática que o próprio princípio emana em sua constituição. Defendê-lo e mantê-lo como norteador e pedra angular do acordo da UNFCCC é equalizar a condição entre os países, permitindo que por meio do cumprimento das obrigações históricas de responsabilização as nações desenvolvidas optem por financiar os países menos favorecidos, resultando em um maior nível de Justiça Climática. O código, assim como Responsabilidades Comuns, porém diferenciadas faz parte do grupo que participa juntamente dos temas relacionados a Cooperação Internacional e servem ao propósito da categoria, sendo ambos temas centrais na promoção da cooperação e do multilateralismo, como também são Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira que desde a primeira edição da COP reivindica ambas as temáticas (Moreira, 2009). Dessa maneira, a Justiça Climática também aparece de forma implícita no texto em outras ocasiões, sempre remetendo a noção de igualdade e de equilibrar as soluções para que seja benéfica para todos os países de maneira universal, como exemplificado na citação abaixo:

A melhor maneira de construir soluções comuns para problemas comuns é a nossa união em torno de um acordo justo, universal e ambicioso. (Brasil, 2015).

O princípio das RCPD também aparece nos discursos de maneira mais incisiva, como forma de criticar e culpabilizar os países por não terem adotado medidas maiores de financiamento, como no trecho abaixo:

[...] principalmente pelos países que têm responsabilidades históricas pelas emissões globais e pelo desmatamento nos séculos anteriores. (Brasil, 2019).

Na prévia da citação, o ministro Ricardo Salles crítica o baixo financiamento e as lacunas que os países desenvolvidos, citados diretamente no excerto, deixam para trás. Por isso, apesar do princípio das RCPD ser relacionado a Cooperação Internacional e forma de ação dentro da Convenção, este também se configura como um Tema Estruturante devido a sua importância e relevância argumentativa, utilizada pela diplomacia brasileira independente de governo ou ideologia política.

O penúltimo código a ser analisado nessa categoria é referente a Meta Limite do Aumento de Temperatura, novidade estipulada pelo Acordo de Paris. A meta é citada, como na citação abaixo, como sendo um compromisso internacional e que necessita de esforço das partes para sua efetivação:

É somente por meio de um esforço concertado de todas as partes interessadas que iremos avançar para o nosso objetivo de manter o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2 graus centígrados e perseguir o limite de 1,5 graus, conforme estabelecido no Acordo de Paris. (Brasil, 2016).

Dessa maneira, a presença desse código nas categorias de Cooperação e Temas estão bem justificadas devido a sua semelhança com os outros códigos já supracitados. Quando citada, a meta estipulada pelo Acordo de Paris é sempre lembrada com uma vinculação ao esforço internacional em cumpri-la, e apresenta-se como um Tema Estruturante necessário para a construção de argumentos em prol das medidas de mitigação e da necessidade da reformulação das NDCs.

Por fim, o código Redução da Pobreza como Parte da Ação Climática está diretamente ligado às ODS, que tem como seu objetivo maior promover o desenvolvimento sustentável no caminho da erradicação da pobreza. O código aparece 6 vezes e em quase todas elas acompanhado do código relacionado a Justiça Climática, mantendo uma elevada quantidade de coocorrências. O país constrói historicamente argumentos diplomáticos por meio desta afirmação de que combater a pobreza é combater às mudanças climáticas, sendo utilizado a terminologia de que a pior poluição é a pobreza extrema (Moreira, 2009). Dessa maneira, a ação climática se relaciona com as ODS e por conseguinte são questões intrínsecas a Cooperação Internacional e a Justiça Climática, além de relacionar-se também como um Tema Estruturante por compor argumentos históricos da diplomacia brasileira, mesmo antes do período analisado. Assim, conforme a citação abaixo, o país elenca a necessidade de que para

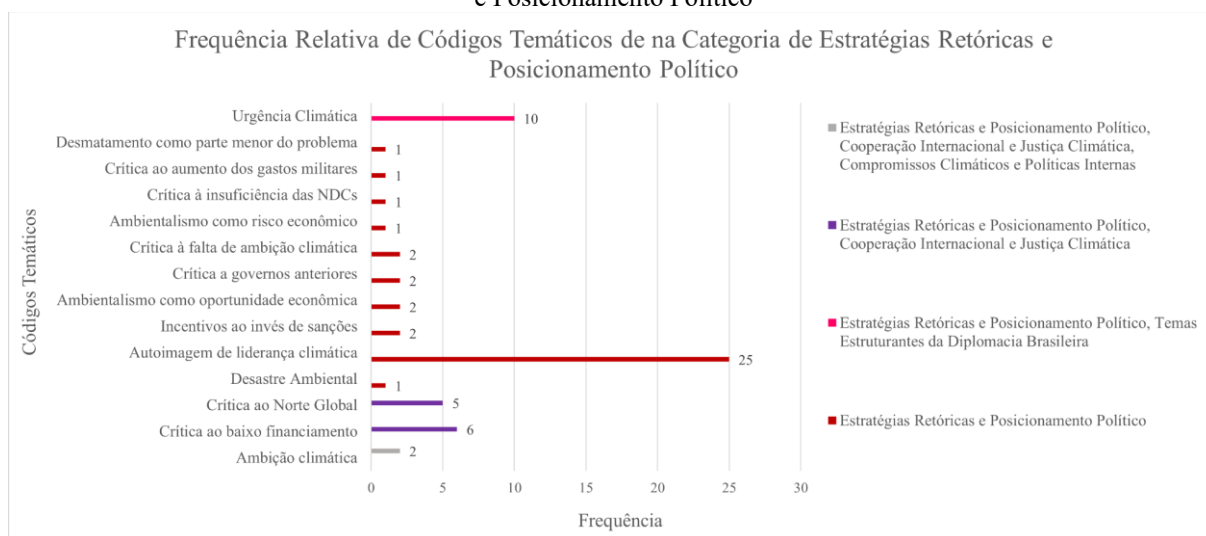
se obter o desenvolvimento sustentável é necessário primeiro superar a pobreza e a desigualdade social:

Cabe ao acordo de Paris propiciar as condições para que todos os países em desenvolvimento possam trilhar os caminhos da economia de baixo carbono superando a extrema pobreza e reduzindo as desigualdades. (Brasil, 2015).

3.1.3 Estratégias Retóricas e Posicionamento Político

Dando prosseguimento a análise, seguimos para a categoria de Estratégias Retóricas e Posicionamento Político, que iremos no momento analisar propriamente os 4 códigos mais presentes. Nesta categoria apresentamos na totalidade 14 códigos, sendo 10 códigos exclusivos da categoria, 1 tendo correlação com a categoria de Temas Estruturantes, apresentando também 2 códigos correlatos com a categoria de Cooperação Internacional e Justiça Climática e outro código com a categoria de Compromissos Climáticos e Cooperação Internacional. Segue abaixo o gráfico da frequência relativa a categoria principal de análise:

Figura 4: Gráfico 3 - Frequência Relativa de Códigos Temáticos presentes na Categoria de Estratégias Retóricas e Posicionamento Político



Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

Podemos visualizar no gráfico 4 cores que representam as categorias pertencentes. Na cor vermelha estão os códigos exclusivos da categoria principal do gráfico, enquanto na cor Rosa estão aqueles que apresentam interação com Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, além da cor Roxa como no gráfico passado, que detém interação com Cooperação Internacional e Justiça Climática, e por fim novamente a cor Cinza, que apresenta características de três categorias e correlação com Compromissos Climáticos e Cooperação Internacional. Na

presente seção iremos analisar propriamente os códigos mais frequentes, utilizando o mesmo critério de mais de 3 presenças, limitando a análise aos códigos de Autoimagem de Liderança Climática, com 25 citações, Urgência Climática, aparecendo 10 vezes, Crítica ao Baixo Financiamento, 6 vezes, e por fim, Crítica ao Norte Global, com 5 aparições.

O código Autoimagem de Liderança Climática é o terceiro mais frequente em todos os discursos, perdendo apenas para Medidas de Mitigação, pertencente a categoria de Temas Estruturantes que ainda vai ser apresentado, e ao código Florestas e Uso da Terra, já apresentado na categoria de Compromissos Climáticos e Políticas Internas. Além disso, é o único código junto de Medidas de Mitigação a aparecer em todas as edições da COP, mostrando a também importância deste código que retrata a retórica de liderança climática que o país valoriza na intenção de obter maior prestígio internacional. Assim, o código quantifica citações em que a pessoa que profere o discurso cita, direta ou indiretamente, valores climáticos do país, políticas que sejam de vanguarda, ou valoriza as posições de enfrentamento as mudanças climáticas, como na citação abaixo:

Ela é, sem dúvida, muito ambiciosa e vai além da nossa parcela de responsabilidade pelo aumento da temperatura média global. (Brasil, 2015).

Pouco antes da citação, neste discurso, a presidenta Dilma Rousseff apresentou as metas da nova NDC que o Brasil instituiu em 2015, no Acordo de Paris, como novo grande compromisso climático do país (Brasil, 2015). No excerto ela afirma que as novas metas de redução absoluta vão além da responsabilidade que o país detém pelos efeitos adversos das mudanças climáticas, reforçando a ideia de que o Brasil faz mais do que necessário para a sua posição nas estatísticas históricas de emissões dos GEE. O trecho do discurso utilizado como forma de citação trás o tom da retórica de projetar o país como um ator protagonista no cenário internacional, quando se trata da questão ambiental, partindo como um exemplo principalmente para os países em desenvolvimento, como na citação seguinte:

Somos o único grande país em desenvolvimento com metas absolutas de redução de emissões [...] (Brasil, 2017a).

Neste caso, a citação trata e compara as metas do país às metas dos países em desenvolvimento, isto é, países Partes Não Anexo I. Aqui o ministro José Sarney Filho vai expor novamente as metas que haviam sido estabelecidas na COP 21, que até então países em desenvolvimento como o Brasil não haviam anunciado reduções significativas. Assim, ao

assumir esse compromisso o país adota essa estratégia retórica de protagonista do Regime Internacional para Mudanças Climáticas, como também na citação seguinte:

Trouxemos, aqui na COP27, o Brasil das Energias Verdes, com matriz elétrica 85% renovável e recordes históricos de instalação de eólica e solar – e, devido às políticas de incentivos dos últimos anos, o País é um exemplo para o mundo. Com a energia excedente, poderá produzir hidrogênio e amônia verdes para exportação. Mais uma vez, somos parte da solução, que vai de alimento a energia limpa. (Brasil, 2022).

Na COP 27, a última do governo Bolsonaro, grande parte do discurso serviu como um apanhado dos últimos anos de governo, compromissos e políticas firmadas desde 2019, além de críticas aos governos anteriores, utilizadas como uma retórica para fortalecer e engrandecer suas próprias políticas (Brasil, 2022). Dessa maneira, o trecho acima exhibe a forma com que o governo vê sua própria política e trata ela como vanguarda climática, expondo seus ganhos e conquistas de maneira a elevar o país a um posto de liderança e potência verde. A retórica nesses casos se constrói de forma a não apenas expor o cumprimento dos compromissos climáticos, mas sim também pôr o país como parte da solução, como peça integral da questão climática, projetando sua influência e reforçando a ideia da legitimidade histórica da política ambiental brasileira. Portanto, o código contabiliza por meio das citações quantas vezes aparece a forma como o país constrói e molda a sua imagem e identidade no regime climático, configurando-se então como parte da categoria de Estratégias Retóricas e Posicionamento Político, que agrega códigos que apresentam a autoanálise que o país faz dele mesmo, visto que não é uma afirmação ou constatação externa de liderança, mas sim interna.

O segundo código com maior frequência nessa categoria detém uma correlação com a seguinte, de Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, que é o código Urgência Climática. Todas as citações desse código exprimem a ideia de que existe uma ameaça existencial para a vida caso não sejam freados o aquecimento global e as mudanças climáticas. Dessa forma, o uso de expressões fortes, de alarmismo e o sentido de urgência exposto nas citações põem esse código como parte da categoria de Estratégias Retóricas devido ao peso que traz a essa questão que a COP busca combater. Além disso, a urgência climática e todos os efeitos adversos das mudanças climáticas são também parte essencial da construção de temas que são frequentes na diplomacia brasileira e ajudam a construir argumentos em seu favor, configurando-se também como parte da categoria Temas Estruturantes. Dessa forma, visualizamos na citação abaixo como é construído o senso de urgência:

Estou confiante de que, neste fórum, continuaremos a avançar numa resposta afirmativa forte e coletiva àquela que representa a ameaça mais significativa para a humanidade no século XXI. Estamos reunidos aqui, como representantes de Governos, Parlamentos, sociedade civil, setor privado, academia e jovens, para superar coletivamente, com um sentido de urgência, este desafio global crucial. (Brasil, 2016).

A citação apresenta de diferentes formas a urgência climática, tanto quando o ministro cita como a mais significativa ameaça para o mundo, como também convocando toda a sociedade a agir em conjunto em prol da solução tal desafio (Brasil, 2016). Assim, o alarmismo construído, de forma responsável e justificada, serve como uma estratégia retórica afirmativa e positiva que influi esse sentido emergencial para a questão climática, como na citação seguinte, que é feita de forma mais direta:

No Brasil, a emergência climática já é uma realidade. A Amazônia está atravessando, neste momento, uma seca inédita. O nível dos rios é o mais baixo em mais de 120 anos. (Brasil, 2023).

No exemplo acima, o presidente Lula em seu discurso na COP em Dubai vai expor os efeitos já em andamento das mudanças climáticas e a necessidade do senso de urgência para encontrar uma solução (Brasil, 2023). Ao citar a seca extrema que reduziu o nível dos rios, em um país conhecido por ter a maior bacia hidrográfica do mundo, ele põe o devido alarme para que seja reforçado o enfrentamento ao aquecimento global, similar às estratégias utilizadas pelos países insulares que detém risco existencial. Expondo a realidade nacional de um país rico em recursos naturais que passa também por eventos extremos a presidente utilizada da retórica para criar a percepção de risco imediato, além de associar a um tema importante e recorrente na diplomacia brasileira.

Por outro lado, a categoria, por analisar questões retóricas e posicionamentos políticos do país dentro do discurso, visualiza também as críticas que se estabelecem nos discursos, divididas de forma multissetorial. Dentre todos os códigos desse gráfico, grande parte é a contabilização de críticas que o discursante faz a um setor específico, neste caso, iremos analisar as duas mais frequentes que são correlatas com a categoria de Cooperação Internacional e Justiça Climática, isto é, os códigos Crítica ao Baixo Financiamento e Crítica ao Norte Global, aparecendo 6 e 5 vezes respectivamente.

Dessa maneira, o código de Crítica ao Baixo Financiamento, que aparece 6 vezes de forma seguida entre as COPs 25 e 28, é uma forma do país denunciar o contraste que existe, para a visão da diplomacia brasileira, entre os compromissos estipulados pelo sistema internacional e aquilo que é cumprido. O tom acusatório das citações enquadra nos termos da

categoria de Estratégias Retóricas, visto que serve como forma de expor a incoerência entre discurso e prática, mas também de justificar a falta de ação dos governos em desenvolvimento. Na seguinte citação conseguimos perceber o caráter crítico que o ministro Ricardo Salles adota, reforçando a ideia de que é necessário fundos para que seja implementado um projeto verde de desenvolvimento:

Em termos de financiamento, tanto para mitigação quanto para adaptação, precisamos atentar para os países em situação mais delicada. Atualmente, o fundo de adaptação tem meros cem milhões de dólares, provavelmente menos do que o custo relacionado às despesas para organizar tantas COPs. (Brasil, 2019).

A crítica acima é construída de uma forma a ironizar a desproporcionalidade entre os custos operativos da reunião anual com o verdadeiro incentivo financeiro aos países que necessitam para desenvolver seus projetos sustentáveis. O trecho cita o fundo estabelecido nos Acordos de Cancun, na COP 16, que ainda não havia entrado recursos suficientes para sua operacionalização e funcionamento como devido, mesmo após o Acordo de Paris (Rodrigues, 2016). De outra forma, as citações ao Fundo e a falta de financiamento persistem com o tempo, e o tom acusatório também, mantendo a retórica brasileira de expor e denunciar a inação do sistema internacional em incentivar projetos que levem ao desenvolvimento de países que não tem condições de efetivarem sozinhos:

É inaceitável que a promessa de 100 bilhões de dólares por ano assumida pelos países desenvolvidos não saia do papel [...] (Brasil, 2023).

Nesse trecho a crítica é feita de forma mais direta, sem ironias, destacando a insuficiência dos recursos financeiros prometidos anos atrás que ainda não ocorreram, ocasionando no descumprimento total de parte do Acordo de Paris. Há diferenças na forma discursiva entre os dois discursos, contudo, a retórica se mantém e o tom da crítica também, relacionando com temas internacionais e que versam sobre financiamento, podendo categorizar como pertencente também a Cooperação Internacional e Justiça Climática.

Como penúltimo código desse segmento acerca das Estratégias Retóricas, analisamos o código Crítica ao Norte Global, que é mais abrangente que a última e aparece de forma a expor ou denunciar a hipocrisia dos países desenvolvidos, como uma forma de retórica para fortalecer a legitimidade e os argumentos brasileiros. O código aparece, como o último, pela primeira vez em 2019, em um tom acusatório, e expõe o modo de agir dos países do Norte Global, em detrimento dos esforços climáticos brasileiros, como na citação abaixo:

84% de nossa rede elétrica é abastecida por fontes renováveis de energia (biomassa, eólica, solar e hidrelétrica), enquanto muitos outros países que ainda são altamente dependentes em carvão, que abastece seus simbólicos carros elétricos. (Brasil, 2019).

Portanto, a crítica ao denunciar o uso de carros elétricos em detrimento do mantimento de um elevado consumo de energias fósseis faz uma sobreposição da matriz energética brasileira, amplamente renovável, e põe como uma forma mais legítima de manter-se verde e reduzir as emissões de GEE. Pela utilização do discurso e das críticas o código se encaixa perfeitamente na categoria de Estratégias Retóricas, além de acompanhar o código anterior na categoria de Cooperação Internacional devido a sua relação com o regime internacional e ação climática do Norte Global, neste caso, incompleta.

Para finalizar essa seção, dedico o último ponto a explicação do código Ambição Climática, que aparece duas vezes e detém tripla correlação, pertencendo a categoria de Estratégias Retóricas, Cooperação Internacional e Compromissos Climáticos. Para que a explicação fique mais clara, segue a citação abaixo:

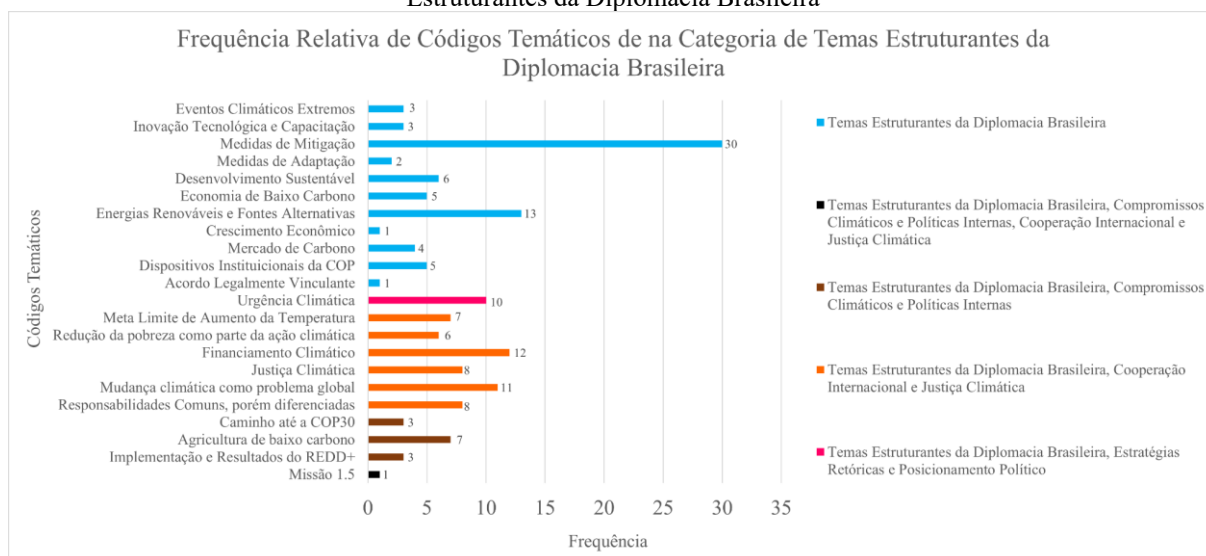
Nos dois anos até a COP30, será necessário redobrar os esforços para implementar as NDCs que assumimos. E, em Belém, precisamos anunciar NDCs mais ousadas e garantir os meios de implementação necessários para concretizá-las. (Brasil, 2023).

As citações ligadas a esse código refletem três dimensões possíveis, primeiro: projeta o Brasil no debate climático como liderança, ainda mais ao vincular essa ambição que os países devem ter ao desejo brasileiro de ousar mais nas metas de redução dos GEE; segundo: vincula a ambição a necessidade de meios para implementação dos projetos, isto é, recorre novamente a temática do financiamento; terceiro: ao remeter as NDCs e estruturar de forma clara um caminho para a COP 30, o Brasil busca novamente as raízes para firmar um novo compromisso climático ambicioso, que resulta no amalgama dos três temas em uma só citação. Esse código pode ser analisado de forma separada baseado em cada uma das suas categorias, seja pela capacidade retórica e pela estratégia sutil utilizada de tratar o Brasil como uma posição de liderança, seja pelos compromissos climáticos assumidos, seja pela busca novamente de temas relacionados a cooperação e financiamento para pautar o debate climático e a necessidade de meios para implementar projetos verdes. Portanto, explicadas as três dimensões desse complexo código, iniciamos a análise da última categoria.

3.1.4 Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira

A última categoria a ser analisada é referente aos Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira. Essa seção especificamente apresentou na sua totalidade 22 códigos, sendo 12 exclusivos da categoria, 1 tendo correlação com Estratégias Retóricas e Posicionamento Político, já analisado na seção anterior, 6 apresentando ligação com Cooperação Internacional e Justiça Climática, analisados na segunda seção, e 3 com convergência com Compromissos Climáticos e Políticas Internas, apreciado na primeira seção do ponto 2.3.1. Além disso, apresentou também o código Missão 1.5, que tem correlação tripla com as categorias de Compromissos Climáticos e Cooperação Internacional. Nesse ponto especificamente tratarei dos três códigos mais frequentes, isto é, os códigos Medidas de Mitigação, o mais frequente em todas as edições com 30 aparições, Energias Renováveis e Fontes Alternativas com 13, Desenvolvimento Sustentável que aparece 6 vezes, além de tratar também do código Missão 1.5, que apresenta tripla relação. Assim, segue abaixo o gráfico que revela a frequência relativa dos códigos presentes na categoria:

Figura 5: Gráfico 4 - Frequência Relativa de Códigos Temáticos presentes na Categoria de Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira



Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

Como podemos visualizar, existem no gráfico 5 cores principais, que indicam as categorias a que os códigos pertencem, contudo, 3 delas já tiveram seus sentidos explicados anteriormente, junto dos seus principais códigos. Já foram tratadas anteriormente as cores Rosa, que estão os códigos com interação com Estratégias Retóricas, Laranja, onde estão aquelas que tem relação com Cooperação Internacional e Justiça Climática, e Marrom, que apresentam nexos com Compromissos Climáticos e Políticas Internas. Portanto, na presente seção iremos dedicar

a tratar os códigos em azul, que são específicos de Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, e o único código em preto, com a correlação tripla com Compromissos Climáticos e Cooperação Internacional.

A partir disso, damos prosseguimento a análise do código Medidas de Mitigação, o código mais frequente junto de Florestas e Uso da Terra, da categoria Compromissos Climáticos, e formando a dupla dos únicos a estarem presentes em todas as edições com Autoimagem de Liderança Climática. O código aparece na totalidade 30 vezes, e representa todas as citações que citam as medidas de mitigação como tema central, dessa forma, esse código, assim como todos da categoria, representa quantas vezes esse tema apareceu nos discursos, seja por meio de metas claras, seja por meio de apenas citações ao combate ao desmatamento, diferenciando-se da categoria de compromissos climáticos que analisava de forma mais específica.

A temática das medidas de mitigação aparece no texto de formas diferentes, como medidas e metas claras de redução dos gases do efeito estufa, mas também como uma forma de construção de argumento diplomático para ser utilizado pelo país. A temática é vista como um eixo central da ação climática do país no cenário internacional, e essa ênfase nos discursos demonstra o lugar de importância que essa temática ocupa na consolidação do país como ator comprometido no enfrentamento às mudanças climáticas. Dessa forma, a citação abaixo é uma maneira de elencar a temática, nomeadamente a primeira citação a aparecer nos discursos:

Frente às emissões cumulativas, ações de mitigação de gás de efeito estufa devem ser simultaneamente acompanhadas de medidas de adaptação nos países em desenvolvimento, em especial naqueles mais vulneráveis. (Brasil, 2015).

Contudo, as citações também podem ser, como dito anteriormente, de forma mais direta e relacionados a compromissos futuros, havendo também casos de interação com os códigos da categoria Compromissos Climáticos na mesma citação, com focos diferentes. Enquanto na outra categoria analisamos o compromisso como fato, nesta analisamos este aparecendo como temática, seja direta ou indiretamente, seja de forma clara ou relativa, destacando assim citações que mencionam a NDC, projetos, metas futuras, as medidas como forma de combate, entre outras diversas formas de entender que o trecho está citando uma medida de mitigação. Assim, segue abaixo a citação que indica uma forma clara de relacionar a temática das medidas de mitigação:

Nossa NDC estabeleceu para a economia como um todo uma meta absoluta de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005 até 2025, e uma meta indicativa de 43% de redução até 2030. (Brasil, 2016).

O segundo código que aparece é Energias Renováveis e Fontes Alternativas, que assim como o código passado exprime a intenção temática, ou seja, contabiliza quando é citado de forma clara ou apenas como construção do argumento e do discurso. Destaca-se nesse código menções às metas de expansão das energias renováveis, projetos de uso de fontes alternativas, eficiência energética baseado no uso de novas fontes, entre outras questões que a temática abarca. Dessa maneira, a citação abaixo é uma constatação de uma meta clara estipulada que foi utilizada como citação para o código:

Além disso todas as fontes de energia renováveis terão sua participação em nossa matriz energética ampliada até alcançar, em 2030, 45%. (Brasil, 2015).

Além disso, como dito anteriormente, a matriz energética limpa é um dos pilares centrais da diplomacia brasileira, devido a sua grande capacidade de produção e capilaridade que, devido ao grande território, pode produzir desde grandes hidrelétricas até grandes parques eólicos e extensas usinas solares. Assim, a citação seguinte é uma forma de constatação mais aberta, menos relacionada a metas claras, mas que relaciona também a temática das energias renováveis e fontes alternativas aos combustíveis fósseis:

No setor de energia, além de intensificar o uso de biocombustíveis, vamos ampliar os leilões de fontes renováveis para geração elétrica. Estamos também trabalhando para aumentar a eficiência energética no consumo de eletricidade. (Brasil, 2017a).

Para finalizar os códigos relacionados especificamente a categoria de Temas Estruturantes, o último restante do trio selecionado para análise é Desenvolvimento Sustentável, que apresenta muitas ocorrências com os códigos relacionados a ODS. Dessa maneira, a temática do desenvolvimento sustentável, apesar de não ter uma frequência tão grande quanto os outros códigos da categoria, apresenta um grau de importância na construção do discurso diplomático brasileiro, visto que é o fio condutor entre a agenda ambiental e a agenda econômica. Durante a década de 80 e 90 o Brasil utilizava o discurso que o crescimento econômico não podia parar em prol do meio ambiente, contudo, esse argumento mudou e relacionou os dois, exibindo a importância do desenvolvimento sustentável (Viola, 2002). Dessa maneira, as citações aparecem de modo a vincular o desenvolvimento com a prosperidade das nações, de forma econômica e social, como na citação abaixo:

Devemos garantir que o bem-estar dos nossos cidadãos e a prosperidade das nossas nações sejam alcançados por meio de práticas eficazes de desenvolvimento sustentável. (Brasil, 2016).

Além disso, também pode aparecer citando formas novas de desenvolver regiões como a Amazônia, como também apresentar medidas específicas relativas ao desenvolvimento sustentável. A citação abaixo é outra forma como pode aparecer no texto:

[...] ao mesmo tempo, proporcionando às pessoas que vivem na Amazônia alternativas econômicas viáveis e sustentáveis que promovem o desenvolvimento das áreas florestadas, ao reconhecer o valor econômico dos recursos florestais. (Brasil, 2016).

O tema da Missão 1.5 aparece apenas uma vez, citado no discurso de Lula em 2023, na COP 28, onde foi acordado que fosse formado um grupo dos últimos três presidentes das COPs, Emirados Árabes Unidos, Azerbaijão e Brasil, chamado de *Troika* (Observatório do Clima, 2024). O trio de países petroleiros tem como objetivo por meio dessa missão criar um Mapa do Caminho, assim como em Bali, que leve a reformulação de metas ambiciosas até a COP 30 (*Ibidem*). Assim, a proposta que aparece de forma simples no trecho do discurso carrega um significado relevante que, apesar de ser pouco citada devido a sua recente adoção, leva consigo um grande objetivo climático de estabelecer metas que consigam reverter o aumento da temperatura a apenas 1,5°C, conforme o Acordo de Paris limitava, não sendo mais possível o aumento de 2°C. Dessa maneira, a missão aparece na citação da seguinte forma:

É por isso que o Brasil está propondo a Missão 1.5 – uma missão coletiva que vai nos manter na trilha do um grau e meio. (Brasil, 2023).

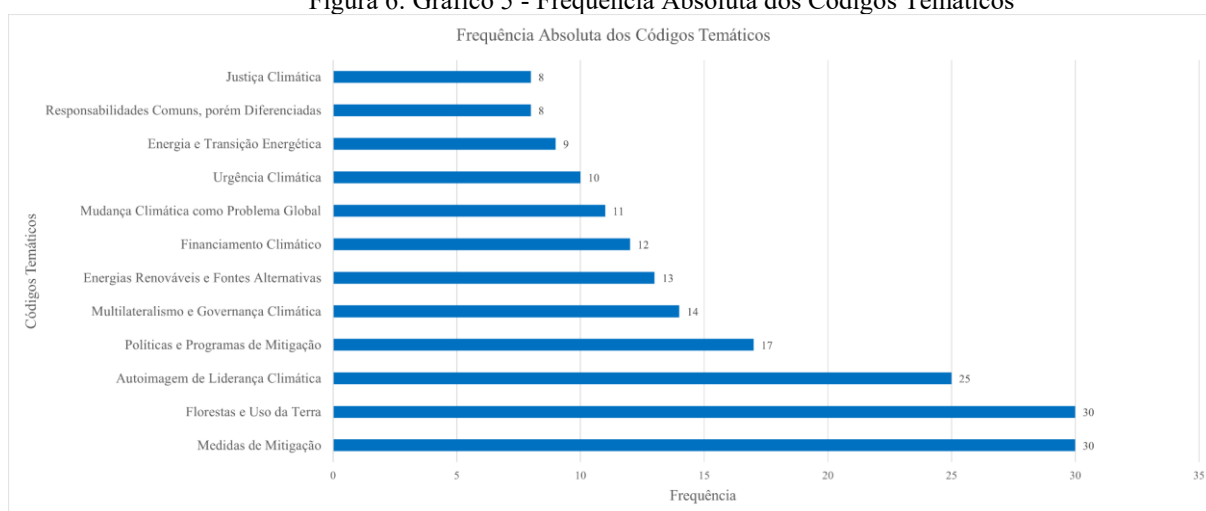
Tendo finalizando a exposição dos dados acerca da Frequência relativa por categoria, exponho agora o gráfico de frequência absoluta dos códigos, selecionando para facilitar a exposição os 15 códigos que aparecem de forma mais frequente, que serão também utilizados como base para as seguintes exposições e análises, seja por edição, seja para a evolução ao longo do tempo e dos temas por governo.

3.2 Lista e Frequência de Códigos Absoluta

Após toda a exposição dos códigos, explicação dos seus sentidos e categorizações, explicando todos eles por categoria, é necessário definir um número de códigos chave que iremos trabalhar para a análise por edições, devido a grande quantidade e incapacidade de pôr

em um só gráfico legível todos os 53 códigos. Por isso, limitei a análise a 12 códigos, que são os que apresentaram uma frequência igual ou maior que 8 vezes. O número surgiu baseado na necessidade de cortes, mas também baseado na necessidade de inclusão de temas analisados na revisão de literatura que foram percebidos como estruturantes, não podendo excluir questões como o princípio das RCPD e a Justiça Climática, cujas noções surgiram no berço do Regime Internacional para Mudanças Climáticas (Vieira, 2024). Assim, segue abaixo o gráfico que contém a frequência absoluta dos códigos temáticos que será utilizado como base para a análise dos códigos mais frequentes por edição:

Figura 6: Gráfico 5 - Frequência Absoluta dos Códigos Temáticos



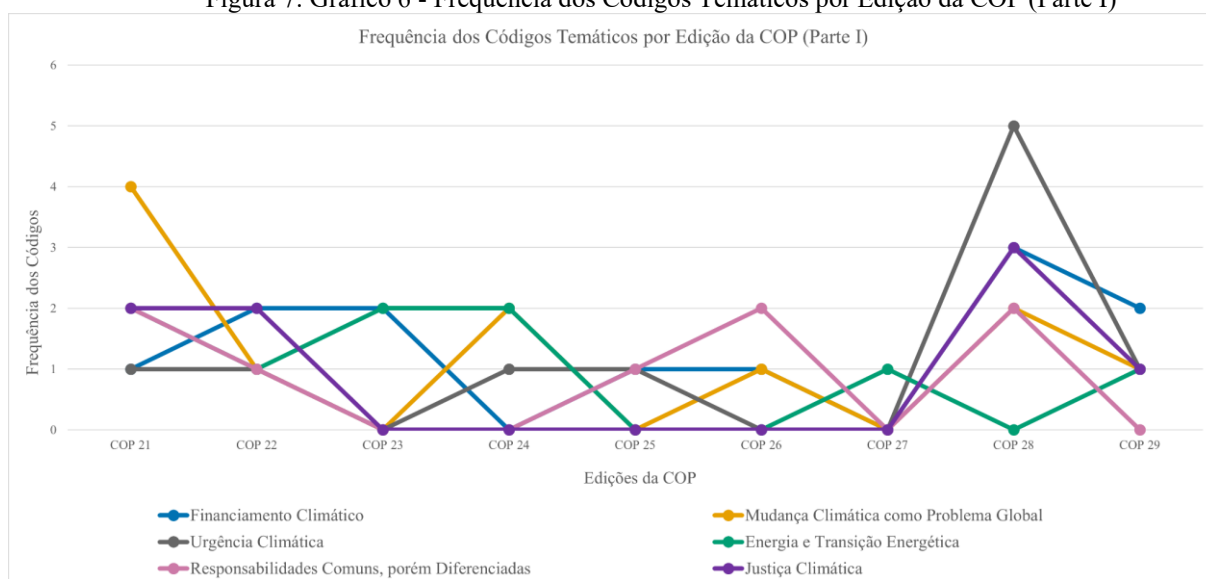
Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

No gráfico podemos perceber nomeados os 12 códigos, compondo o eixo X, e a quantidade de vezes que cada código aparece, compondo o eixo Y. Os códigos selecionados foram Medidas de Mitigação; Florestas e Uso da Terra; Autoimagem de Liderança Climática; Políticas e Programas de Mitigação; Multilateralismo e Governança Climática; Energias Renováveis e Fontes Alternativas; Financiamento Climático; Mudança Climática como Problema Global; Urgência Climática; Energia e Transição Energética; Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas; e por fim; Justiça Climática. Optei por não utilizar mais a divisão por categorias em vista que a análise agora passa a ser por frequência absoluta apenas, devido a já realização da análise dividida entre as categorias. A partir de então, utilizaremos esse gráfico como a base para o estudo dos códigos por edição e sua evolução ao longo do tempo, que seguirá na seção seguinte.

3.3 Lista e Frequência de Códigos e Categorias por Edição

Na presente seção iremos analisar e expor todos os dados dos códigos e categorias presentes ao longo do tempo, isto é, analisando edição por edição da COP. Primeiramente, decidi dividir os gráficos que expõem os 12 códigos em dois, isto é, contemplando primeiro os 6 códigos que aparecem entre 8 e 12 vezes, e posteriormente os outros 6 códigos que aparecem entre 13 e 30 vezes, para facilitar a leitura. Na formulação inicial dos gráficos, com 12 linhas, a leitura se tornou confusa e a visualização foi prejudicada, por isso a decisão se mostrou correta para facilitar o entendimento e a observação dos dados. Assim, a sequência será a primeira metade dos códigos, isto é, aqueles que apresentaram menor frequência, entre 8 e 12 aparições, em seguida os códigos de maior frequência, que apareceram entre 13 e 30 vezes, e por último o gráfico contendo as categorias, sendo elas um amalgame de todos os códigos, para representar quais categorias foram mais presentes em cada uma das edições da COP. Assim, damos prosseguimento apresentando o primeiro gráfico:

Figura 7: Gráfico 6 - Frequência dos Códigos Temáticos por Edição da COP (Parte I)



Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

No gráfico nós podemos perceber a primeira parte da análise dos 12 códigos mais frequentes, onde estão presentes a primeira metade de códigos que apresentaram a frequência entre 8 e 12 aparições. Estão contemplados no gráfico os códigos Financiamento Climático, representado pela cor azul, com 12 aparições totais; Mudança Climática como Problema Global, na cor amarela, que apareceu 11 vezes; Urgência Climática, com 10, na cor cinza escuro; Energia e Transição Energética, com 9, na cor verde; e por último Justiça Climática, na cor roxa, e Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas, na cor rosa, ambas com 8 aparições. É possível observar que a distribuição dos códigos não é linear, muito menos constante, e sim

possui variações que vão de 0 aparições, como mínimo, até 5, como máximo apresentado. Podemos perceber durante o gráfico que diversos códigos oscilam de maneira brusca, ao contrário de outros que mantêm uma constância maior, indicando diferença entre a maior e menor relevância de determinados tópicos por edição analisada. Logo abaixo está também a tabela que apresenta os dados numéricos para validação do gráfico e facilitação da sua leitura em pontos em que há a coocorrência numérica.

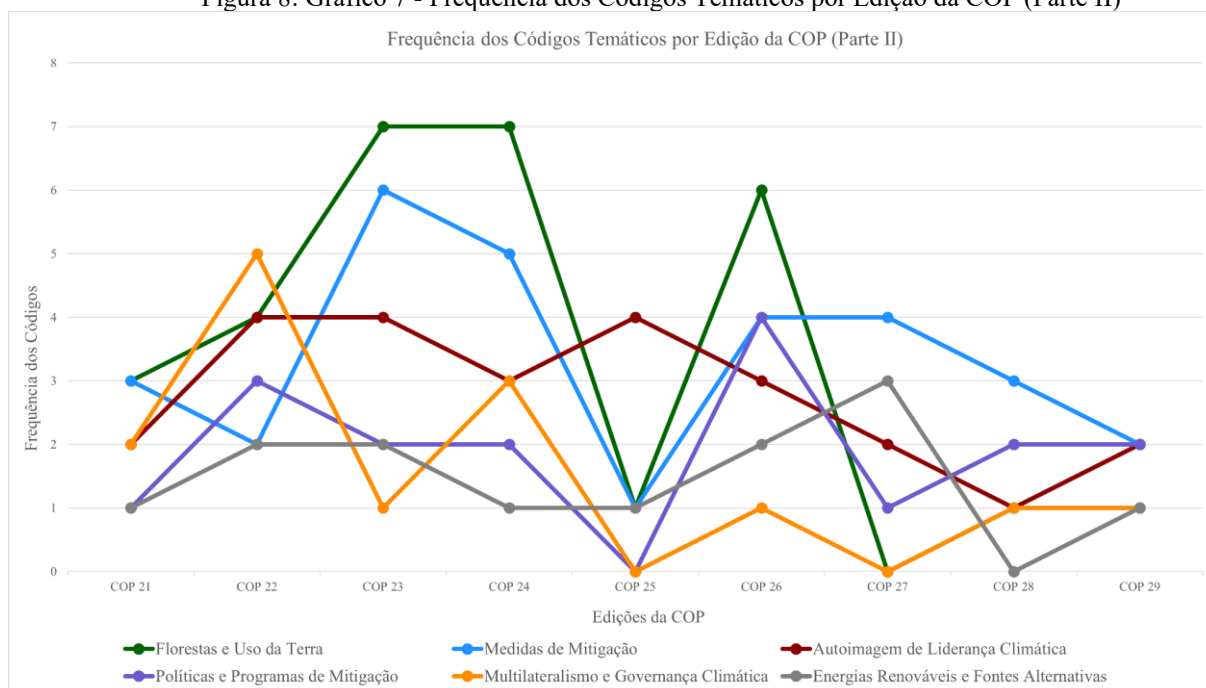
Tabela 3: Frequência dos Códigos Temáticos por Edição da COP (Parte I)

Edição da COP	Financiamento Climático	Mudança Climática como Problema Global	Urgência Climática	Energia e Transição Energética	Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas	Justiça Climática
COP 21	1	4	1	2	2	2
COP 22	2	1	1	1	1	2
COP 23	2	0	0	2	0	0
COP 24	0	2	1	2	0	0
COP 25	1	0	1	0	1	0
COP 26	1	1	0	0	2	0
COP 27	0	0	0	1	0	0
COP 28	3	2	5	0	2	3
COP 29	2	1	1	1	0	1

Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

Como dito anteriormente, a tabela apresenta-se como um complemento da visualização do gráfico, devido a linhas que se interpelam e podem acabar dificultando a visualização. Por isso, justifica-se a escolha de expor os dados numéricos objetivando a facilitação da leitura posterior. Logo abaixo seguimos com a análise do segundo gráfico desta seção, que é o complemento do gráfico acima que apresenta os 6 códigos mais frequentes, que apareceram entre 13 e 30 vezes durante as edições. Assim, segue o gráfico:

Figura 8: Gráfico 7 - Frequência dos Códigos Temáticos por Edição da COP (Parte II)



Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

O gráfico acima exhibe, como no gráfico passado, a frequência por edição dos códigos temáticos. Neste estão contemplados os códigos mais frequentes, contemplados por Florestas e Uso da Terra, na cor verde, junto de Medidas de Mitigação, na cor azul, ambas com 30 aparições; seguido de Autoimagem de Liderança Climática, com 25 aparições, representado pela cor vermelha; Políticas e Programas de Mitigação, aparecendo 17 vezes, na cor lilás; Multilateralismo e Governança Climática, 14 vezes, na cor laranja; e por último Energias Renováveis e Fontes Alternativas, na cor cinza, com 13 aparições. Também é possível observar oscilações que variaram de 0, como mínimo, até 7 aparições por edição, como máximo observado. Assim, exponho também a tabela como forma de facilitação da visualização:

Tabela 4: Frequência dos Códigos Temáticos por Edição da COP (Parte II)

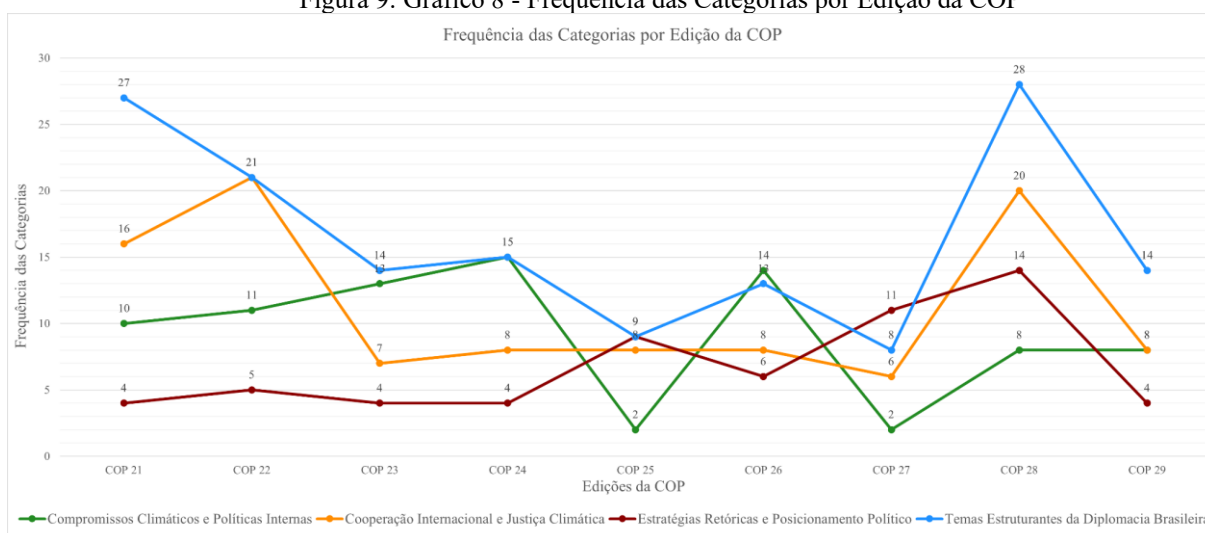
Edição da COP	Florestas e Uso da Terra	Medidas de Mitigação	Autoimagem de Liderança Climática	Políticas e Programas de Mitigação	Multilateralismo e Governança Climática	Energias Renováveis e Fontes Alternativas
COP 21	3	3	2	1	2	1
COP 22	4	2	4	3	5	2
COP 23	7	6	4	2	1	2
COP 24	7	5	3	2	3	1

COP 25	1	1	4	0	0	1
COP 26	6	4	3	4	1	2
COP 27	0	4	2	1	0	3
COP 28	1	3	1	2	1	0
COP 29	1	2	2	2	1	1

Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

A tabela apresenta os dados numéricos do gráfico acima, expondo de forma mais visível as frequências dos códigos por edição. Logo abaixo seguimos com a análise do terceiro e último gráfico desta seção, e conseqüentemente deste capítulo de exposição, que é o gráfico de frequência das categorias por edição da COP. Portanto, segue abaixo o gráfico:

Figura 9: Gráfico 8 - Frequência das Categorias por Edição da COP



Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

Acima no gráfico nós podemos ver a frequência de cada categoria nas edições da COP, representados pelas cores principais dos gráficos anteriores. Em azul nós visualizamos a categoria de Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, que varia entre 8 e 28 citações; já em laranja a categoria de Cooperação Internacional e Justiça Climática, que varia entre 6 e 21 vezes; em verde Compromissos Climáticos e Políticas Internas, que oscila entre 2 e 15 aparições; e por fim, Estratégias Retóricas e Posicionamento Político, que aparece entre 4 e 14 vezes. Percebemos que algumas categorias mantêm uma relativa estabilidade, enquanto outras variam bruscamente entre as edições, cabendo então ao próximo capítulo a análise e

interpretação dos dados expostos. Logo abaixo como nos outros gráficos vemos a tabela que facilita a visualização e leitura dos dados:

Tabela 5: Frequência das Categorias por Edição da COP

Edição da COP	Compromissos Climáticos e Políticas Internas	Cooperação Internacional e Justiça Climática	Estratégias Retóricas e Posicionamento Político	Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira
COP 21	10	16	4	27
COP 22	11	21	5	21
COP 23	13	7	4	14
COP 24	15	8	4	15
COP 25	2	8	9	9
COP 26	14	8	6	13
COP 27	2	6	11	8
COP 28	8	20	14	28
COP 29	8	8	4	14

Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

3.4 Considerações Finais do Capítulo

A análise quantitativa dos discursos da delegação brasileira no Segmento de Alto Nível da COP permitiu cumprir o objetivo do trabalho, isto é, analisar a frequência e distribuição geral das temáticas dos discursos das delegações brasileiras. Além disso, auxiliou também para que fosse capaz calcular a frequência absoluta e relativa dos códigos e temas expostos, comparar por meio do tempo da presença de temas, identificando mudanças e continuidades no decorrer das 9 edições analisadas, como também mapear quais foram os principais temas abordados nos discursos ao longo do período. De modo geral, os gráficos demonstram a recorrência significativa de temas que foram considerados como importantes para o país, mas também exibem que certos temas considerados importantes não se comprovaram por meio dos discursos.

Apesar das limitações de trabalhar apenas com o que é citado nos discursos oficiais, e não partindo para a análise de todos os tratados firmados, acordos e declarações oficiais, ainda assim foi possível ter uma noção do que ocorre na diplomacia brasileira e como certos temas são observados e percebidos como forma de ação estrutural do corpo diplomático. A análise

das categorias, de forma geral, permitiu perceber em que edições o Brasil tratou de forma mais compromissada, e quais de forma mais retórica, expondo mais críticas e menos compromissos políticos.

Dessa maneira, os dados trabalhados e expostos nesse capítulo serão levados para a análise no quarto e último capítulo deste trabalho, que irá tratar e obter resultados a partir do que foi exposto, confirmando ou não as hipóteses apresentadas na introdução. Os números servem também para entender como os temas evoluem e mudam, como se distribuem ao longo dos anos, e ao longo dos governos, conforme será também analisado no próximo capítulo. Portanto, o presente capítulo se apoiou no esclarecimento da metodologia, na introdução e justificativa do corpus do trabalho, na apresentação da técnica de Categorização Temática utilizada, como também na exposição das Categorias e dos Códigos. Por fim, foi feita a tratativa dos dados e exposto por meio de 8 gráficos toda a frequência relativa dos códigos por categorias, mas também de maneira absoluta, já com o recorte dos 12 códigos mais frequentes, além da frequência dos códigos e categorias por edições, que finalizou o capítulo e preparou o terreno fértil para a análise que vem a seguir.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS DA ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DISCURSOS BRASILEIROS NAS COPS (21–29)

O presente capítulo tem como grande objetivo analisar os dados expostos e apresentados no capítulo anterior, aprofundando a análise quantitativa dos discursos proferidos pelo Brasil nas COPS entre 2015 e 2024. Enquanto no capítulo passado evidenciamos os dados numéricos apenas, nesta parte do trabalho buscaremos compreender o significado destes números, focando na interpretação dos resultados encontrados, objetivando responder a pergunta de pesquisa e confirmar ou não suas hipóteses. A partir de agora buscaremos analisar e expor os padrões de códigos, com o objetivo central de evidenciar a frequência e distribuição das temáticas entre os 9 discursos selecionados.

Nesse sentido, esse capítulo busca inicialmente mapear os códigos mais recorrentes, identificando os padrões e as variações de frequência entre diferentes edições, observando também a evolução temporal que os códigos e as categorias apresentaram, por fim, comparando a ênfase que os diferentes governos dão em cada temática. Por meio da utilização novamente dos gráficos e tabelas já expostos, além da exposição de novos, conseguirei facilitar a análise e visualização de tudo aquilo que foi já previamente analisado, focando agora na escrita dos resultados. Assim, o capítulo vai oferecer uma síntese quantitativa de todo o trabalho, exibindo

como o país reforçou ou abandonou certas temáticas ao longo dessa década de discursos dentro da COP.

4.1 Frequência Global dos Códigos e Categorias nas COPs 21–29

A análise da frequência global dos códigos e categorias nas 9 edições da COP analisadas permitiram inferir temas dominantes por trás desses códigos. Com base nos dados apresentados no início do capítulo passado, na totalidade o trabalho tem 53 códigos, divididos entre 4 categorias. Entre elas, 13 códigos aparecem na categoria de Compromissos Climáticos e Políticas Internas, 20 em Cooperação Internacional e Justiça Climática, 14 em Estratégias Retóricas e Posicionamento Político e 22 em Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira. De forma geral, a última categoria citada, contendo as temáticas centrais em que age a diplomacia brasileira, é a categoria mais frequente e que mais aparece nos textos.

Durante a codificação e formulação dos gráficos já apresentados foi percebido a centralidade de três temas específicos que se destacam na sua frequência. Primeiramente, o código Medidas de Mitigação, da categoria Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, é o mais presente em todas as edições da COP, apresentando 30 aparições de forma absoluta, conforme indica o gráfico 5, além de marcar presença em todas as 9 edições, conforme apresenta o gráfico 7 e a tabela 4. O código Florestas e Uso da terra, aparece também 30 vezes, contudo, é ausente na edição da COP 27, e é marcado a partir da COP 25 por um baixo nível de engajamento, analisado posteriormente. Da mesma forma, ocorre também a alta frequência global do código de Autoimagem de Liderança Climática, que representa de forma isolada o destaque da categoria de Estratégias Retóricas e Posicionamento Político.

Ao tratar dos eixos centrais e temáticos percebidos pela análise da frequência global, é possível perceber o destaque para os três códigos supracitados, que carregam um significado geral de aparições frequentes e uma forte presença em sentidos absolutos, como expõe também a imagem abaixo que constata a nuvem de códigos de forma geral do trabalho:

Figura 10: Nuvem de Códigos mais Frequentes entre as COPs 21 a 29



Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

A imagem confirma o que os números absolutos exibem, que é a centralidade dos temas relacionados a Medidas de Mitigação, Florestas e Uso da Terra e Autoimagem de Liderança Climática. Além disso, releva um equilíbrio na frequência global entre os três temas, por serem temas de provável caráter conjuntural, que será confirmado ou não na análise posterior por edição. Constatar a presença forte dos três códigos principais abre o caminho para a posterior análise por edição e em seguida a análise por governo, que irá comparar o foco em cada código e categoria por governo. A nuvem exibe também um desequilíbrio quanto as categorias, em que prevalece o azul, representando a categoria de Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira; com o roxo representando Estratégias Retóricas; e o verde Compromissos Climáticos, as demais cores representam os códigos que se entrelaçam entre categorias, que já foram explicados anteriormente.

Em síntese, a análise apenas pela frequência global dos códigos evidencia que há uma presença maior destes três, sendo necessário um panorama de constância e uma análise por edição propriamente para identificar o domínio e a prevalência de cada código. Na seção seguinte evidenciaremos a evolução temporal dos temas apresentados neste tópico.

4.2 Evolução Temporal das Categorias e Temas

No ponto acerca da evolução temporal das Categorias e dos Temas, isto é, os códigos, utilizaremos como base os gráficos 6, 7 e 8, além das tabelas 3, 4 e 5, que tratam acerca da frequência por edição dos 12 códigos mais frequentes e das categorias de forma absoluta. Dessa maneira, para obter os resultados de constância e variação dos códigos e das categorias, mensurando a regularidade das ocorrências, desenvolvi o Índice de Constância, correspondente a seguinte fórmula:

$$IC = \text{Média de Frequência} / \text{Desvio Padrão}$$

A lógica por trás do índice acima resulta da razão entre a média de aparições de cada código ou categoria e o desvio-padrão desse código ou categoria. Essa fórmula busca expressar e simplificar a visualização dos dados obtidos, de maneira sintética e numérica, calculando o grau de estabilidade temática, ou seja, o quanto determinado tema se mantém presente de forma regular nos discursos brasileiros.

Portanto, a fórmula acima servirá para observar e poder comparar numericamente os códigos e as categorias mais frequentes, indicando qual teve maior constância, isto é, que possuir um valor alto na fórmula, ou uma menor constância, que possuir um valor baixo. Códigos que apresentam uma Média De Frequência (MF) mais alta irão apresentar uma maior frequência ao longo do tempo, contudo, para apresentar um bom IC é necessário de um baixo Desvio-Padrão (DP). A fórmula do DP vai indicar o quanto um código varia durante as edições, por isso, quanto menor o seu valor mais constante será o código, por isso, não apenas a média da frequência vai indicar a constância de um código ou categoria. Importante ressaltar que a MF será calculada com o total das edições da COP, e não apenas as que o código aparece, prevalecendo a ideia de que para um código ser importante ele não pode ser relativo a suas edições, mas sim a todo o conjunto analisado.

Dessa maneira, com base inicialmente nas categorias, que indicam os eixos temáticos da ação da diplomacia brasileira, nós conseguimos perceber uma predominância da categoria de Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, visto que é dentre todas as categorias é a que tem o código mais frequente, Medidas de Mitigação, além de também ser a que tem o maior número de aparições por edição, em três edições, aparecendo 27 vezes na COP 21; 21 vezes na COP 22; e 28 vezes na COP 28, com base nos dados dos gráficos 8 e da tabela 5. Assim, segue abaixo a tabela de Constância das Categorias para facilitar a transcrição dos dados:

Tabela 6: Tabela de Constância das Categorias entre as COPs 21 e 29

Código/Categoria	Presença em nº de COPs	Média de frequência	Desvio-padrão	Índice de Constância
Compromissos Climáticos e Políticas Internas	9	9,2	4,5	2,04
Cooperação Internacional e Justiça Climática	9	11,3	5,6	2,02

Estratégias Retóricas e Posicionamento Político	9	6,8	3,5	1,94
Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira	9	16,6	6,8	2,44

Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

Com base nos dados da tabela acima, a categoria mais constante em todo o trabalho é Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira. Apesar de haver um desvio padrão mais alto, a média de frequência também se mantém muito mais alta que as outras categorias, indicando que as temáticas que se fazem presentes nestas categorias apresentam-se realmente como o eixo principal de ação da diplomacia do país. A categoria de maneira geral é representada pelos códigos exclusivos Medidas de Mitigação; Energias Renováveis e Fontes Alternativas; e Desenvolvimento Sustentável, que apresentam as três maiores frequências internas a categoria. Contudo, também apresenta uma gama elevada de correlações com outras categorias, apresentando 5 dos 12 códigos mais frequentes de todo o trabalho, representados por Financiamento Climático; Mudança Climática como Problema Global; Urgência Climática; Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas; e Justiça Climática.

Na prática confirmar a constância dessa categoria como maior que as outras sugere que independente de governos ou mudanças institucionais no país, há uma centralidade desses temas relacionados a ao empenho do país em reduzir suas emissões de gases do efeito estufa por meio de medidas de mitigação, como também de investir e promover suas energias renováveis, além de também traduzir o empenho internacional do país em trazer temas como o financiamento, as mudanças climáticas de forma problematizada e também a justiça climática para a tribuna de discurso. A devida constância indica que temas que de fato foram percebidos como estruturantes para a diplomacia brasileira se revelaram como tal, criando uma identidade diplomática climática do país não construída apenas em retórica ou de forma episódica, mas sim por meio desses eixos centrais de ação.

Por outro lado, apresentamos como menor IC a categoria de Estratégias Retóricas e Posicionamento Político, que corrobora a visão da análise da categoria passada. A categoria apresentou um dos códigos mais frequentes, que foi a Autoimagem de Liderança Climática, identificado 25 vezes nos discursos, como também marcou presença em todas as edições. Contudo, a categoria foi a segunda que menos apresentou códigos, 14 no total, em que apenas

4 dos códigos obtiveram frequência maior que 3. Por conta disso, sua média de frequência esteve muito perto do seu desvio padrão, que indicou um IC abaixo das outras categorias.

Na prática isso reflete que a retórica e os recursos discursivos, como críticas ou criações de imagens por meio da fala, apesar de ainda serem utilizados estes não detém um grande papel na ação diplomática brasileira, preservando então a fatos e ações diplomáticas tangíveis. A retórica e as estratégias utilizadas pelos governos não são políticas de Estado, mas sim um artefato político que sofre mudanças conforme a ideologia central do governo, e por isso se trata de acessórios a diplomacia, e não compõem um núcleo central de ação do país. Nos discursos analisados, assim como nas citações tratadas, ela é um recurso que tem o intuito de criar ou reforçar narrativas, proferir ou se defender de críticas, e não traduzir de forma concisa ou diretamente compromissos, metas mensuráveis ou políticas consolidadas. Dessa maneira, conseguimos perceber que a diplomacia brasileira não é legitimada simplesmente por retórica ou ações políticas, mas sim depende de suas ações concretas e compromissos firmados. Ainda assim, é possível observar o código Autoimagem de Liderança como uma forma que os discursantes têm de criar uma imagem que o Brasil pode corroborar com as suas ações e comunicar políticas, não exclusivamente de forma retórica, por isso destaca-se dos outros códigos da categoria que apresentaram menor frequência.

Passando agora para a análise propriamente dos códigos, iniciando pelos mais frequentes, conseguimos perceber com base no gráfico 7 e na tabela 4 que a priori o código que mais indica ser frequente é o código Medidas de Mitigação, aparecendo 30 vezes durante todo o trabalho, marcando presença em todas as edições, além de apresentar frequências altas de citação como na COP 23 que apareceu 6 vezes e na COP 24 que apareceu 5 vezes. Contudo, a seguinte tabela baseada nas fórmulas já supracitadas e utilizadas para o cálculo das categorias mostrou um resultado diferente do superficial exibido pela leitura apenas do gráfico:

Tabela 7: Tabela de Constância dos Códigos de maior Frequência entre as COPs 21 e 29

Código/Categoria	Presença em nº de COPs	Média de frequência	Desvio-padrão	Índice de Constância
Florestas e Uso da Terra	8	3,3	2,6	1,26
Medidas de Mitigação	9	3,3	1,5	2,2
Autoimagem de Liderança Climática	9	2,8	1	2,8

Políticas e Programas de Mitigação	8	1,9	1,1	1,72
Multilateralismo e Governança Climática	7	1,6	1,5	1,06
Energias Renováveis e Fontes Alternativas	8	1,4	0,8	1,75

Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

Conforme a tabela exibida acima, o código que apresenta maior índice de constância é o de Autoimagem de Liderança Climática, que, apesar de não ser o mais frequente, com a MF sendo 2,8, apresenta um DP muito baixo quando comparado aos outros códigos, o que pela fórmula final de IC eleva o seu valor. Neste caso, indica uma posição contrária a análise das categorias pois, mesmo que a categoria de Temas Estruturantes seja a mais constante (IC = 2,44) e frequente (MF = 16,6), ainda assim um código da categoria menos frequente (MF = 6,8) e constante (IC = 1,94) se destaca. Esse código especificamente aparece em todas as 9 edições da COP, somente em 1 edição (COP 28) aparece 1 vez; em 3 edições (COP 21, 28 e 29) aparece 2 vezes; em 2 edições (COP 24 e COP 26) aparece 3 vezes; e por fim em 3 edições (COP 22, 23 e 25) aparece 4 vezes. Dessa maneira, a recorrente aparição e um maior indicativo de constância exibe que há uma preocupação constante do país com a sua projeção internacional, de modo que mesmo a retórica não sendo o eixo mais importante de ação e projeção, ainda assim detém um caráter importante em como o país vê a si mesmo no cenário internacional. É importante entender que o país tem como linha de ação principal conteúdos substantivos, como as medidas de mitigação e os compromissos climáticos, mas também é necessário de uma ação conjunta, usando a retórica como um acessório, para expandir os ganhos do país no sistema internacional.

Por outro lado, vamos ter como mais frequente (MF = 3,3) e segundo mais constante (IC = 2,2) o código Medidas de Mitigação, cuja explicação se alinha com a explicação acerca da categoria de Temas Estruturantes. A recorrência desse código confirma que o Brasil levou como prioridade para os seus discursos a intenção de assumir metas mensuráveis e respeitar o desenvolvimento histórico da política externa que levou o país ao patamar de prestígio quanto a diplomacia climática. Em todas as citações que aparecem juntos, Medidas de Mitigação e Autoimagem de Liderança Climática trabalham juntas com o objetivo de prover e quantificar

os compromissos relacionados a mitigação dos gases do efeito estufa que o país promove, como também relatar como o Brasil expõe a si mesmo no sistema internacional.

No campo intermediário, nós temos os códigos Políticas e Programas de Mitigação (IC = 1,72) e Energias Renováveis e Fontes Alternativas (IC = 1,72), que ambos se mantêm de forma relativamente constante todas as edições da COP. A frequência desses códigos sinaliza que o país não deixou de dar ênfase contínua em instrumentos internos para que tornasse material os compromissos de mitigação dos GEE, além de não poupar esforços para a implementação de uma matriz renovável. Ambos são essenciais e fazem parte do projeto de projeção internacional do país, sendo percebidos como eixos importantes de ação da diplomacia climática. A centralidade desses códigos é operacional e indica que, apesar de governos, mantém-se um caráter funcional e não ideológico desses temas, que servem para a construção da imagem do país e da eficácia energética que almeja.

Por fim, para terminar a análise dos códigos centrais e mais frequentes, vemos uma queda da temática do Multilateralismo e Governança Climática que deixou de ser um tema recorrente, principalmente após a COP 25, conforme indica o gráfico 7. O código apresentou presença em 7 edições da COP, e marcou uma frequência baixa (MF = 1,6) comparada a importância que aparentava ter anteriormente, principalmente na temática da governança climática (Silva, 2019). A baixa frequência desse código no decorrer das edições da COP indica uma queda da sua importância, e sinaliza que os reflexos políticos de transição de governos podem ter comprometido a agenda multilateral. Já o código Florestas e Uso da Terra, apesar de apresentar uma frequência alta (MF = 3,3), apresenta um desvio-padrão também alto (DP = 2,6), além de não estar presente na edição da COP 27, que perde um grau de importância na concorrência com outros códigos. É possível perceber uma queda abrupta a partir da COP 25, apresenta uma recuperação na COP 26, mas retorna novamente a níveis baixos nas edições seguintes. Essa descontinuidade pode relevar uma possível perda relativa na centralidade da Amazônia no discurso brasileiro, ou uma mudança nos compromissos estabelecidos e estipulados, deslocando o foco para outros setores.

Portanto, ao analisar as categorias e os códigos é possível perceber uma continuidade em certas temáticas, como as medidas de mitigação, a imagem do país como uma liderança climática, além de uma constância relativa dos compromissos políticos por meio das políticas de mitigação e da ênfase nas energias renováveis. Contudo, é notado uma descontinuidade nos temas que cercam a agenda multilateral e a governança climática, além do brusco rompimento com os temas que versam desmatamento e recuperação florestas, indicando traços de falta de compromisso ou desmobilização do projeto ambiental do país. Assim, após expostos e

analisados esses dados, torna-se fundamental entender como essas mudanças ocorreram de governo à governo.

4.3 Comparação da Frequência de Temas entre Governos

Durante a introdução foram apresentadas duas linhas de hipóteses para o trabalho, que tiveram como base a pergunta que o presente trabalho busca responder: de que maneira se distribuem e evoluem as temáticas centrais da diplomacia climática brasileira nos discursos oficiais entre as COPs 21 e 29, e até que ponto essas temáticas refletem continuidade ou variação conforme os diferentes governos em exercício? Dessa maneira, buscando entender a segunda parte do questionamento, dedico essa seção a análise da comparação entre os códigos e as categorias mais frequentes por cada governo nesse período entre as COPs 21 e 29. Para melhor visualização, retomamos a tabela número 2, onde foi apresentado o Corpus do Trabalho, e estão listados os presidentes em cada período da COP.

A partir desta tabela nós conseguimos visualizar que as 9 edições analisadas foram marcadas por 4 governos diferentes, primeiramente a Presidenta Dilma Rousseff, apenas em 1 edição devido ao seu Impeachment, sucedido pelo Presidente Michel Temer, que participou de 3 edições, posteriormente o Presidente Jair Bolsonaro, que participou também de 3 edições, visto que não teve a COP em 2020, devido a pandemia de Covid-19, e por fim, o governo do Presidente Lula, em seu terceiro mandato, com apenas 2 edições até o momento. Para facilitar a análise, não trataremos por ano nem por edição, visto que essa questão já foi tratada anteriormente, mas sim pondo os governos como um bloco, somando as citações totais durante seu período, e para melhor comparar calculando a sua frequência de citações por ano, entre parênteses ao lado do número absoluto. Portanto, tomando como base para essa seção os gráficos 6, 7 e 8, além das tabelas 3, 4 e 5, nós conseguimos periodizar de forma que seja possível facilitar a visualização dos códigos e das categorias em cada governo:

Tabela 8: Tabela de Frequência das Categorias por Governo

Categoria	Dilma (COP 21)	Temer (COP 22–24)	Bolsonaro (COP 25–27)	Lula (COP 28–29)
Compromissos Climáticos e Políticas Internas	10 (10)	39 (13)	17 (5,6)	16 (8)
Cooperação Internacional e Justiça Climática	16 (16)	36 (12)	20 (6,6)	28 (14)

Estratégias Retóricas e Posicionamento Político	4 (4)	13 (4,3)	25 (8,3)	18 (9)
Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira	27 (27)	50 (16,6)	30 (10)	42 (21)

Fonte: Elaboração própria, com base nos discursos oficiais do Brasil nas COPs 21–29 (Brasil, 2015–2024), analisados no software Atlas.ti.

Finalizando a análise geral do trabalho pelas categorias, é possível perceber inicialmente duas discrepâncias. Para sintetizar e retomar a análise, vamos tratar cada período de cada governo como um bloco por inteiro, mas também as seus médias com base nos anos de governo quando em comparação com governos que tiveram menos tempo, à exemplo Dilma e Lula. Percebemos então que há uma disparidade na categoria de Temas Estruturantes em dois períodos, governo Lula, com média de 21 citações por ano de governo, e no governo Dilma, onde em um só ano houve 27 citações. Apesar do governo Temer os temas se manterem constantes, com 50 citações ao total, apresentando 21, 14 e 15 citações respectivamente por ano, a média anual foi de 16,6 citações, indicando apesar de tudo houve uma baixa nesse sentido. Além disso, vemos também uma queda abrupta das citações dessa categoria, que é a categoria mais frequente e mais constante, no governo Bolsonaro, que tem como média apenas 10 citações por ano de governo.

Os dados acerca dessa categoria vão mostrar que os governo Dilma liderou na menção aos Temas Estruturantes, seguido pelo governo Lula, Temer e por fim o governo Bolsonaro. Esses números relevam uma queda com o passar dos anos após a queda do governo Dilma, que é subitamente retomada com a ascensão do governo Lula, indicando que houve durante o período Temer uma manutenção da frequência de citações aos Temas Estruturantes, mas um abandono durante o governo Bolsonaro. Importante ressaltar que em sua edição com maior número de citações durante o governo Bolsonaro, na COP 26 com 13 citações, ainda citou menos que o menor ano dos outros governos, COP 23 e 29 com 14 citações. Dessa maneira, fica evidenciado por meio desses dados uma descontinuidade acerca dos Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira, que põe, por hora, em cheque a hipótese positiva apresentada na introdução do trabalho. A hipótese positiva indicava que principalmente as categorias de Temas Estruturantes e Compromissos Climáticos, representados pelos códigos que falam sobre florestas e uso da terra; mitigação de gases do efeito estufa; energias renováveis e combate ao desmatamento; seriam mais contínuas e apresentariam maior frequência geral e índices de

continuidade, sendo ancoradas em compromissos históricos da diplomacia do país, não submetidos a agendas políticas. Porém, a manutenção em níveis baixos durante o governo Temer e a queda abrupta durante o governo Bolsonaro negam essa hipótese apresentada, indicando que os Temas Estruturantes são sim afetados por agendas políticas.

Por outro lado, tratando da categoria intermediária de Cooperação Internacional e Justiça Climática, foi possível perceber o mesmo fenômeno. Durante o governo Dilma houve 16 citações, enquanto o governo Temer apresentou uma média de 12 citações por ano, o governo Bolsonaro representado por uma queda abrupta de apenas 6,6 citações por ano, e por fim a retomada com o governo Lula, que citou 14 vezes por ano. O mesmo fenômeno da categoria passada se repete aqui, havendo uma quantidade maior de citações nos governos Dilma e Lula, com uma manutenção no governo Temer, e por fim uma queda total durante o governo Bolsonaro, indicando também um abandono dos temas relacionados a multilateralismo e a cooperação internacional nesse período, juntamente com a justiça climática. Durante o governo Bolsonaro a temática foi citada 8 vezes na COP 25 e 26; e apenas 6 vezes na COP 27, registrando a maior baixa de toda categoria. Após o fim do governo Bolsonaro houve uma retomada para 20 citações na COP 28, o segundo maior número em toda categoria, havendo posteriormente uma queda para 8 no último ano, mas mantém a constância se mantendo em 14 citações por edição. Dessa maneira, repetiu-se nessa categoria o fenômeno acontecido na anterior, indicando um alto valor de citações no governo Dilma, manutenção durante o governo Temer, queda no governo Bolsonaro e por fim uma retomada no governo Lula. Por enquanto esse fenômeno exclusivamente nesta categoria comprova a hipótese negativa apresentada na introdução do trabalho, que afirmava que os temas acerca da cooperação internacional são variados conforme a mudança dos governos e são submetidos às agendas políticas, havendo uma redução em detrimento do aumento dos discursos retóricos.

Tratando agora da categoria de Compromissos Climáticos e Políticas Internas, é possível perceber que houve uma inversão em parte da tabela, agora com o governo Temer liderando na totalidade, com 39 citações, mas também na média, com 13 citações por ano, seguido do governo Dilma, com 10 citações, posteriormente o governo Lula com média de 8 citações, e por fim, o governo Bolsonaro, com média de 5,6 menções por ano. Nesse contexto é possível perceber que os dois primeiros governos, com Temer como maior frequência, foram mais proativos em firmar políticas e compromissos climáticos, ou tratá-los durante o discurso, enquanto houve uma queda novamente durante o governo Bolsonaro, apresentando a menor média anual, e uma tímida retomada durante o governo Lula. Essa constatação quantitativa novamente nega a hipótese positiva do trabalho, apresentada na introdução, que indicava que

as temáticas referentes a florestas; uso de terras; combate ao desmatamento; mitigação e energias renováveis, representados de forma geral pelas duas categorias Temas Estruturantes e Compromissos Climáticos, seriam constantes independentemente de governo, por serem eixos centrais da diplomacia do país. Assim, apesar de nos dados acerca da frequência e constância geral ambas apresentarem uma constância média alta, com o Índice de Constância igual a 2,44 para Temas e 2,04 para Compromissos, ainda assim há uma variação significativa entre os governos, mostrando que apesar de serem eixos centrais, fatores ideológicos podem afetar a representatividade desses temas na ação diplomática brasileira.

Por fim, a última categoria de Estratégias Retóricas e Posicionamento Político, que apresenta a menor constância total, apresentou maior quantidade média de citações no governo Lula, 9 vezes; seguido pelo governo Bolsonaro, 8,3; e posteriormente pelo governo Temer, com 4,3; seguido do governo Dilma com apenas 4. Esses dados podem representar duas questões primariamente, que com a análise dos códigos específicos em cada momento podem indicar a diferença.

Primeiramente, a partir do governo Bolsonaro nós já percebemos, com base nos dados da tabela 5 e do gráfico 8, que há uma disparidade e um crescimento de 4 para 8 citações já na COP 25, descendo para 6 na COP 26 e disparando para 11 na COP 27, em seguida com o início do governo Lula sobe ainda para 14 citações, e novamente retoma ao nível normal de 4 citações, média dos governos Temer e Dilma. É possível então entender que em ambos os períodos houve o crescimento das estratégias retóricas, onde no período Bolsonaro foi marcado por um crescimento em detrimento dos códigos relacionados ao multilateralismo, enquanto no governo Lula foi um crescimento da retórica associado a esses temas. Dessa maneira, nós podemos perceber pela frequência de códigos que durante o governo Bolsonaro prevaleceram os códigos relacionados a críticas, como Crítica ao Norte Global, Crítica ao Baixo Financiamento, além da inclusão de novos códigos como Crítica a Governos anteriores. No governo Lula entretanto os códigos que prevaleceram foram Urgência Climática, Autoimagem de Liderança, Crítica a Insuficiência das NDCS e Ambição Climática, evidenciando então o contraste entre códigos que, na mesma categoria, expressam sentidos diferentes, um mais relacionado a um caráter de retração da diplomacia, com uma ação reativa e defensiva, enquanto a outra de um caráter de ascensão ao posto de liderança climática, acompanhando o crescimento dos compromissos e do multilateralismo como temas.

Portanto, a análise da distribuição das categorias ao longo dos quatro governos diferentes que ocuparam esse período evidencia que houve continuidades em certos temas e descontinuidades em outros, mas nunca uma ruptura concreta. A categoria de Temas

Estruturantes confirmou a sua constância e centralidade, reafirmando que certos temas são construções históricas e tradicionais da diplomacia do país e nunca são abandonados, apesar de serem menos frequentados e ter sido confirmado as suas mudanças com base no perfil do governo. Além disso, houve a constatação que temas como Cooperação Internacional sofrem mais com a mudança de governos, sendo totalmente suscetíveis a troca de governos, assim como as Estratégias Retóricas, que ganharam força no governo Bolsonaro e mantiveram-se no governo Lula, mas com sentidos diferentes de ação. Por fim, os compromissos políticos também provaram ser suscetíveis às transições de governos, apesar de apresentarem um índice de constância bem definido.

4.4 Síntese dos Principais Achados

Encerrando o capítulo que serviu como a síntese interpretativa da análise realizada principalmente no capítulo 2, nós conseguimos inferir certos resultados que confirmam e que negam as hipóteses apresentadas na introdução desta pesquisa. Primeiramente, por meio da análise da frequência e a distribuição das temáticas ao longo das COPs nós conseguimos concretizar os objetivos do trabalho. Foram mapeados os principais temas e por meio das tabelas de frequência global, frequência por edição da COP de categorias e de códigos, além da tabela de constância dos códigos, chegamos ao resultado de que o tema mais constante e frequente ao longo de todas as 9 edições analisadas foi a categoria de Temas Estruturantes da Diplomacia Brasileira. Esses dados apresentados acima confirmam que, por apresentar um alto IC, a categoria referida manteve-se de forma geral como o núcleo central da ação da diplomacia brasileira. Contudo, ao tratar os dados da análise por governos, a queda vertiginosa dos números dessa categoria acaba por negar a hipótese de que estes temas centrais não sofreriam alterações com base nas mudanças de governo. Ainda assim, a temática manteve uma frequência total alta e, mesmo com o período Bolsonaro, de forma geral ainda se mantém relevante, sendo mesmo no governo dele uma das categorias que mais aparece nos seus discursos.

Apresentamos também por meio dos gráficos e da recente análise algumas descontinuidades significativas. Temas como Cooperação Internacional e códigos relacionados ao multilateralismo apresentaram um baixo índice de constância, além da dificuldade de aparição destes temas nos períodos entre as COPs 23 e 27. Durante todo esse período a temática da cooperação internacional manteve-se baixa, comprovando a hipótese de que existem governos que priorizam essa questão, sendo um tema suscetível a agendas políticas governamentais. Em detrimento disso, houve um crescimento das Estratégias Retóricas no período Bolsonaro, que se mantiveram no governo Lula, sugerindo um reforço a construção

narrativa do país no cenário internacional, de maneira que o governo Bolsonaro usou da retórica para compensar a falta de ações, presenciada pela baixa de citações da categoria Compromissos Climáticos e Temas Estruturantes, como também o governo Lula usou da retórica para reforçar aquilo que havia feito, registrando uma alta nas demais categorias citadas, como confirmam os dados do gráfico 8.

A nível dos códigos, houve a presença e dominância de três códigos principais quando se tratou de frequências absolutas, que foram Florestas e Uso da Terra; Medidas de Mitigação; e Autoimagem de Liderança. Contudo, a permanência no cálculo da constância manteve-se apenas com as duas últimas, sendo o código pertencente a categoria de Estratégias Retóricas o mais constante de todo o trabalho, reforçando a ideia de que o país constrói sua própria identidade através dos discursos políticos, e utiliza dos mesmos para projetar seu *soft power* climático e receber prestígio internacional, galgando posições na liderança climática. Por fim, de maneira geral foi possível perceber que o governo Dilma e Lula tiveram uma maneira de agir bem parecida, com similaridades nos códigos e nas categorias presentes em seus discursos, e foi capaz de visualizar uma breve manutenção de alguns temas no governo Temer, enfrentando de fato quedas abruptas no governo Bolsonaro, com a redução da média de todas as categorias, exceto Estratégias Retóricas e Posicionamento Político. Assim, o perfil do governo Dilma e Lula foi marcado por uma maior presença das categorias de Temas Estruturantes e Cooperação Internacional, enquanto o governo Temer por Temas Estruturantes e Compromissos Climáticos, mas com médias anuais já menores que os dois citados, e por fim o governo Bolsonaro teve como ênfase Temas Estruturantes e Estratégias Retóricas, mas manteve as médias mais baixas ainda, indicando um esvaziamento do projeto e do debate climático como ponto central da diplomacia brasileira.

Portanto, o estudo tornou possível de perceber que a diplomacia brasileira não é um bloco homogêneo e, apesar de ter temas centrais, suas frequências e métodos de utilização nos discursos são suscetíveis a ideologias políticas e sofrem influência de agendas domésticas. Assim, houve alterações substanciais nas quantidades de temas em governos que não priorizaram essas temáticas. Dessa maneira, os resultados obtidos no trabalho até aqui oferecem subsídios fundamentais para a próxima etapa: a conclusão do trabalho, em que serão novamente retomados os objetivos, as hipóteses, a relevância e os limites que o trabalho enfrentou, e por fim a confirmação de uma trajetória de consistência ou não do país nessa década de análise dos discursos brasileiros nas Conferências das Partes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como ponto de partida a necessidade de entender mais o papel da diplomacia climática brasileira na década iniciada a partir do Acordo de Paris, que tem como grande marco a realização da COP 30 neste ano de 2025 em Belém. O problema central de toda pesquisa buscou responder o questionamento acerca da maneira em que se distribuíram e evoluíram as temáticas centrais da diplomacia climática brasileira nos discursos oficiais entre as COPs 21 e 29, e até que ponto essas temáticas refletem mudanças ou continuidades conforme as transições dos governos em exercício.

Por isso, o objetivo central do trabalho, buscando responder esse questionamento, consistiu em analisar a frequência e a distribuição das temáticas dos discursos brasileiros entre as 9 edições da COP analisadas, objetivando identificar padrões e alterações nas estratégias diplomáticas brasileiras. Além disso, objetivos secundários que serviram como marco de andamento do trabalho foram definidos, consistindo em calcular a frequência relativa dos códigos a cada categoria, mas também de forma absoluta, além de mapear e categorizar as principais temáticas presentes nos discursos, e por último comparar longitudinalmente a presença dos temas, identificando possíveis mudanças ou manutenções de ênfase nas temáticas ao longo do tempo.

A relevância e a importância para o atual cenário, e principalmente no ano em que se realiza a COP 30 se dá devido a necessidade de analisarmos os temas discutidos e priorizados pelos diferentes governos brasileiros durante o tempo, para entender o caminho que guiou até a COP 30 e poder visualizar previamente a tendência que o governo Lula deve seguir nesta edição. A Conferência neste ano tem um alto valor simbólico, inicialmente para o país, que com o governo Bolsonaro havia desistido de realizar a COP 25 em 2019 e retoma agora à posição de um país compromissado com o clima, mas também para todo o mundo, visto que este ano se comemoram 20 anos da entrada em vigor do Protocolo de Kyoto e 10 anos da assinatura do Acordo de Paris. Por conta disso, a edição este ano da reunião tem como grande objetivo rever as NDCs dos países, estipulando novos caminhos e medidas mais ambiciosas, com o foco em reverter ou no máximo limitar os efeitos adversos das mudanças climáticas.

O país ocupa no momento uma posição de centralidade, com todos os países membros da UNFCCC e compromissados com o clima voltando seus olhos e aguardando ansiosamente a realização deste evento. Essa temática acerca dos discursos eleva-se também na medida em que percebemos a complexidade da polarização política atual, no país e no mundo, que dificulta mais ainda a efetivação de discursos políticos, e o Regime Internacional para Mudanças Climáticas sofre ataques constantes, necessitando de uma nova onda de esperança e liderança para traçar o caminho.

Como resultados do trabalho apresentamos no capítulo 3 e 4 os dados trabalhados acerca das frequências globais, por edição, e por governo, que em primeiro lugar foi possível perceber uma predominância dos Temas Estruturantes, relacionados a questões históricas que a diplomacia brasileira sempre defendeu e tratou como eixo de ação, à exemplo das medidas de mitigação, desenvolvimento sustentável, energias renováveis, e a utilização da Amazônia das florestas como ponto focal de desenvolvimento e preservação. Essa tradição diplomática, apesar de ter enfrentado reveses durante o governo Bolsonaro principalmente, resiste e mantém-se ao longo do tempo, apresentando um alto Índice de Constância e uma permanência no eixo de ação do país.

Ademais, mapeamos os principais temas e percebemos que a diplomacia agiu em 4 eixos principais, que serviram como as categorias de análise do trabalho, que foram os Temas Estruturantes, os Compromisso Climáticos e Políticas Internas, Cooperação Internacional e Justiça Climática, e por fim as Estratégias Retóricas e Posicionamento Político. Essas divisões foram o eixo principal do trabalho e serviram como categorias no momento de codificação dos termos, que foram percebidos dentre eles como maior frequência as Medidas de Mitigação; as Florestas e Uso da Terra; a ideia da Autoimagem de Liderança Climática; as Políticas e Programas de Mitigação; o Multilateralismo e a Governança Climática; e por último as Energias Renováveis e Fontes Alternativas. Esses 6 principais pontos se destacaram em todo o trabalho, marcando a centralidade deles para a diplomacia brasileira e a utilização deles como recurso discursivo.

Por outro lado, na análise longitudinal e principalmente governamental nós percebemos mudanças que reafirmaram uma das hipóteses e negou a outra. A hipótese positiva apresentada na introdução afirmava, de forma geral que as temáticas estruturantes não sofreriam alterações significativas com base na transição de governos. Esta afirmação foi negada na análise realizada no capítulo 4 do trabalho, que apresentou os dados ao longo do tempo e ao longo dos blocos de governo e percebeu que houve sim alterações significativas nas quantidades de citações desses temas. No entanto, foi confirmada a hipótese negativa, que apresentava a ideia de que temas como cooperação internacional e o multilateralismo seriam mais suscetíveis a agendas políticas, o que foi confirmado devido ao abandono das temáticas relacionadas a essa categoria durante os governos Bolsonaro, mas também sofrendo fortes reveses no governo Temer.

Dessa maneira, a contribuição que esta pesquisa oferece é um mapeamento de caráter quantitativo, trazendo dados comparativos de uma década de discursos, entre os quais houve uma efervescência dos temas climáticos no início, com a chegada do Acordo de Paris, mas um intermédio de questionamento das mudanças climáticas, e uma breve tentativa de retorno no

último biênio. O mapeamento sistemático desses discursos pode contribuir positivamente para pesquisas futuras que busquem trabalhar com as COPs, e, principalmente, pela esperança de um novo período de ebulição de trabalhos e pesquisas que estudem a UNFCCC devido a realização da COP 30 no país. Ao destacar as variações e continuidades dos temas, busco entender padrões na diplomacia brasileira que pode facilitar as análises do futuro que o Regime Internacional para Mudanças Climáticas terá a partir daqui.

Apesar das contribuições, o estudo também apresentou limitações, como a ausência de documentos acerca das COPs pré-Acordo de Paris, além da dificuldade em trabalhar apenas com discursos oficiais, sendo as vezes necessário recorrer às consequências dos discursos, isto é, as declarações finais, acordos multilaterais, que podem comprovar ainda mais a efetivação deles. É importante ressaltar que a análise do caráter quantitativo também envolve certo grau de interpretação subjetiva, que pode também ser limitada, com a adição de um caráter quantitativo podendo também ser mais aberta e tratar melhor os dados de forma geral.

Em síntese, o estudo demonstrou que a diplomacia climática brasileira, apesar de uma estrutura robusta e uma tradição robusta, pode sofrer alterações e descontinuidades com base nos governos. Os discursos proferidos mostram que o país manteve seus princípios históricos, mas também apresentou variações conforme as ondas ideológicas que o mundo surfava. Essas variações impactaram diretamente na ação do país no cenário internacional, limitando em certos períodos em que poderia haver maior engajamento em prol do enfrentamento às mudanças climáticas. Pode-se concluir, portanto, que o Brasil deve agir como liderança climática e de forma estrutural no sistema, em prol da sobrevivência a emergência climática, cujo impacto, relatado nos discursos, pode afetar a vida humana na terra e a sobrevivência das espécies, sendo necessário uma ação imediata na limitação dos seus efeitos adversos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Flávia Araujo de et al. O PNUMA e suas limitações para a governança ambiental internacional. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 141-169, jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/fronteira/article/download/10071/9755/44685>. Acesso em: 13 fev. 2025.

ALEXIM, Alexandria dos Santos; CORONEL, Anna Julia Martins. A emergência global e o regime internacional de mudanças climáticas. *Revista Iberoamericana de Derecho, Cultura y Ambiente - RIDCA*, v.1, jun. 2022. Disponível em: <https://aidca.org/ridca1-a-emergencia-global-e-o-regime-internacional-de-mudancas-climaticas-alexandria-alexim/>. Acesso em: 3 mar. 2025.

ALVES, José Augusto Lindgren. A Década das Conferências (1990-1999). Brasília: FUNAG. 2. ed, 2018.

AMORIM, Sertório de; NETO, Silva. O que é um paradigma? *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 345-354, out. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2011v45n2p345>. Acesso em: 10 mar. 2025.

AZZI, Diego Araújo et al. Política Externa Brasileira para o Meio Ambiente: da formação do conceito de desenvolvimento sustentável à atuação de Jair Bolsonaro. *O Cosmopolítico*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 131–148, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ocosmopolitico/article/view/54448>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Trad: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer, M.; Gaskell, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, Editora Vozes, p.189-217, 2007.

BOECHAT, Livia Preti; RIBEIRO, Wagner Costa. O Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos: uma análise de seu primeiro ciclo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [S. l.], v. 58, 2021. DOI: 10.5380/dma.v58i0.73444. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/73444>. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 2.652, de 1º de Julho de 1998. Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2652.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 5.445, de 12 de Maio de 1995. Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5445.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 6.527, de 1º de Agosto de 2008. Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, 1 ago. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6527.htm. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP21). Paris, França, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/cop-21-2015-arquivo>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Discurso do Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, na 22ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP22). Marrakech, Marrocos, 2016. <https://tinyurl.com/cop-22-2016-arquivo>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Discurso do Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, na 23ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP23). Bonn, Alemanha, 2017a. Disponível em: <https://tinyurl.com/cop-23-2017-arquivo>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Lei Nº 13.576, de 26 de Dezembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, 27 dez. 2017b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13576.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Discurso do Ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, na 24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP24). Katowice, Polônia, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/cop-24-2018-arquivo>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Discurso do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP25). Madri, Espanha, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/cop-25-2019-arquivo>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Discurso do Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, na 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26). Glasgow, Reino Unido, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/Cop-26-2021-arquivo>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Discurso do Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, na 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP27). Sharm El-Sheikh, Egito, 2022.

Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/somos-parte-da-solucao-diz-ministro-em-discurso-na-conferencia-do-clima>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP28). Dubai, Emirados Árabes Unidos, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-primeira-sessao-do-segmento-de-alto-nivel-para-chefes-de-estado-e-governo-da-cop-28>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Brasil é formalmente eleito país-sede da COP 30. Brasília: Agencia Gov, 11 dez. 2023b. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202312/brasil-e-formalmente-eleito-pais-sede-da-cop-30>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Discurso do Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, na 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP29). Baku, Azerbaijão, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/11/discurso-do-vice-presidente-da-republica-geraldo-alckmin-representando-o-presidente-lula-no-segmento-de-alto-nivel-da-cop29>. Acesso em: 15 mai. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). 20 anos do IMPEACHMENT do Collor: Departamento de Taquigrafia resgata histórico e registra 20 anos do impeachment do presidente da República Fernando Collor. *Escrevendo a História*, [s. l.], 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: 3. ed, 2010.

CERVO, A. L. Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 2, p. 5–25, jul. 2003.

CLIMATEWATCH. Historical GHG Emissions. ClimateWatch, 2025. Disponível em: https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?end_year=2022&start_year=1990. Acesso em: 03 abr. 2025.

CLOSS, Marília. Política externa brasileira para a América Latina e Caribe: caminhos para a (re)construção da integração regional sustentável e soberana. In: FOLLY, Maiara et al (Org). *Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo*. Brasília: FUNAG, 2024. p.101-122. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1280>. Acesso em: 15 fev. 2025.

COELHO, André Luiz; SANTOS, Vinicius. Política Externa Brasileira e a Questão Ambiental no Contexto das Conferências da ONU. *Conexao Política*, Teresina v. 3, n. 2, 85 108, ago./dez. 2014. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/conexao politica/article/view/4297>. Acesso em: 05 mar. 2025.

DERANI, Cristiane. O REDD+ e a Convenção do Clima. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 19, n. 76, p. 511–529, out./dez., 2014. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2014;1001022399>. Acesso em: 25 mar. 2025.

DUARTE, Lillian C. B. Política Externa e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

EULER, A. M. C. O Acordo de Paris e o Futuro do REDD+ no Brasil. *Cadernos Adenauer XVII*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 85-104, 2016. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1055679/1/CPAFAP2016AcordodeParis.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

FRANCO, M. Análise de conteúdo. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GAMBA, C.; RIBEIRO, W. C.. A encruzilhada brasileira na ordem ambiental internacional das mudanças climáticas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 177–194, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4HH8hjWrWSGnN8yPdJvPw3k/?lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2025.

KRASNER, S. D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 42, p. 93–110, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/b9xbgR49ZTvbzLq5RKfZrDg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 mar. 2025.

LAFER, Celso. Discurso. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1992, p.103-107. In: Divisão do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores. *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Relatório da Delegação Brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG): Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais (IPRI), 1993, 144p.

LAGO, André Corrêa do. Primeira Carta do Presidente da COP30, Embaixador André Corrêa do Lago. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima: Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/primeira-carta-do-presidente-da-cop30-embaixador-andre-correa-do-lago>. Acesso em: 25 jan. 2025.

LLANO, N.; FACCIOLLA, A.; FLEURY, F. *Brasil nas COPs*. Versão 1.0. MBA Jornalismo de dados, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, 2022. Disponível em: <http://www.brasilnacop.com>. Acesso em: 08 fev. 2025.

MOREIRA, Helena Margarido. A Atuação do Brasil no Regime Internacional de Mudanças Climáticas de 1995 a 2004. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP - Programa San Tiago Dantas, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/22c6ea62-b027-4806-907f-cb683a8c25aa>. Acesso em: 25 fev. 2025.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. Análise das Metas do Acordo de Copenhague. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, n. 4, p. 63-68, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/journalissue/d12e1e0b-9b0f-4341-a0d6-4fe4f9eb29d4>. Acesso em: 21 mar. 2025.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Grupo especial de presidentes de COPs dá largada em Missão 1.5. Observatório do Clima, 2024. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/grupo-especial-de-presidentes-de-cops-da-largada-em-missao-1-5/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). General Assembly Resolution 43/196 of 20 December 1988, United Nations Conference on Environment and Development. 1988. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/RES/43/196>. Acesso em: 19 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). General Assembly Resolution 44/228 of 22 December 1989, United Nations Conference on Environment and Development. 1989. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/RES/44/228>. Acesso em: 19 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Decisão 1/CP.1: Mandato de Berlim. Berlim: Conferência das Partes da UNFCCC, 1995. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/1168>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Decision 1/CP.13 Bali Action Plan. Bali: Conferência das Partes, 2007. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/5079>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Decision 1/CP.15 Outcome of the work of the Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention (Copenhagen Accord). Copenhagen: Conferência das Partes, 2009. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/past-conferences/copenhagen-climate-change-conference-december-2009/cop-15/cop-15-decisions>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Decision 1/CP.16 The Cancun Agreements: Outcome of the work of the Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention. Cancun: Conferência das Partes, 2010. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Decision 2/CP.17 Outcome of the work of the Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative

Action under the Convention. Durban: Conferência das Partes, 2011. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/7109>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Decision 1/CP.18 Agreed outcome pursuant to the Bali Action Plan. Doha: Conferência das Partes, 2012. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/past-conferences/doha-climate-change-conference-november-2012/cop-18/cop-18-decisions>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ORTIZ, Fabiola. COP20: um acordo tardio, mas melhor do que nada. *O Eco*, 2014. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/28832-cop20-um-acordo-tardio-mas-melhor-do-que-nada/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

RICUPERO, Rubens. A Diplomacia na Construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal Editores. 1. ed, 2017.

ROCHA, Receba Souza. Uma Análise do Acordo de Paris: A Convenção-Quadro e a Nova Fase do Regime Multilateral de Mudança Do Clima. 2016. 54f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/16370>. Acesso em: 17 fev. 2025.

RODRIGUES, Elze Camila Ferreira. A Atuação Internacional do Brasil para as Mudanças Climáticas: As Cop de 2009 a 2015. 2016. 91f. Dissertação (Mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP - Programa San Tiago Dantas, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138969>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SAAVEDRA; Fernando Estenssoro. História do Debate Ambiental na Política Mundial (1945-1992) – a perspectiva latino-americana. Trad: Daniel Rubens Censi. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. Disponível em: <https://www.editoraunijui.com.br/produto/amostra/1958>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. Análise de Conteúdo Categorical: Manual de Aplicação. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em: 01 mai. 2025.

SILVA, Karina Okamoto. Regime Internacional De Mudança Climática: O Brasil nas negociações da UNFCCC (1995-2011). 2017. 91f. Dissertação (Mestrado) - UNESP - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/f25464d1-d284-4ac6-80cf-be37327897cc>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SILVA, Raissa Pereira Araújo e. O Brasil e o Regime Internacional De Mudanças Climáticas: Contribuições Nacionalmente Determinadas e o Acordo de Paris (COP 21). 2019. 25 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/24954>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SILVERWOOD-COPE, Karen et al. 15 anos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: passado e futuro. *WRI Brasil*, 2024. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/15-anos-da-politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima-passado-e-futuro>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TOLEDO, Bruno. Conferência de Lima pavimenta caminho “tortuoso” para novo acordo climático. *Observatório do Clima*, 2014. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/conferencia-de-lima-pavimenta-caminho-tortuoso-para-novo-acordo-climatico/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

VIEIRA, Flávia do Amaral. Política externa brasileira: da Rio-92 à COP30. In: FOLLY, Maiara et al (Org). *Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo*. Brasília: FUNAG, 2024. p.101-122. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1280>. Acesso em: 15 fev. 2025.

VIOLA, E.. O Regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 50, p. 25-46, out. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/jf4CkyjgTkKh3CV6hF7hXTS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2025.